

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MAYKON FROZ MARQUES

PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO: uma
análise dos resultados e alcance da política

São Luís-MA

2016

MAYKON FROZ MARQUES

**PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO: uma
análise dos resultados e alcance da política**

Monografia apresentada ao curso de
Graduação em Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Maranhão – UFMA,
como requisito para obtenção do Grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Me. Jadson Pessoa da Silva

São Luís-MA

2016

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Marques, Maykon Froz.

Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado :
uma análise dos resultados e alcance da política / Maykon
Froz Marques. - 2016.

107 f.

Orientador(a): Jadson Pessoa da Silva.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

1. Crédito. 2. Microcrédito. 3. Programa Nacional de
Microcrédito Produtivo Orientado. I. Silva, Jadson Pessoa
da. II. Título.

MAYKON FROZ MARQUES

PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO: uma
análise dos resultados e alcance da política

Monografia apresentada ao curso de
Graduação em Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Maranhão – UFMA,
como requisito para obtenção do Grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Jadson Pessoa da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a. Me. Ana Cecilia Vasconcelos Loayza
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Me. Heric Santos Hosoe
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, e ao meu pai que, apesar da enorme distância, se faz sempre presente.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por estar sempre ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

Aos meus pais José Bonifácio e Lúdia pelo incentivo aos estudos e pelo amor que me deram desde sempre.

Aos meus irmãos Fabrício e Edinho, pela amizade, companheirismo e pelo conforto de saber que sempre terei com quem contar durante minha caminhada.

A minha noiva Danielle pelo amor, apoio, por todas as palavras de motivação e, sobretudo, pela compreensão durante o tempo que dediquei para a realização deste trabalho.

A meu orientador Jadson Pessoa pelas indicações e orientações, e todo aprendizado que tive com este trabalho e também pela qualidade de suas contribuições para com este orientando.

A todos os professores do curso de Ciências Econômicas da UFMA pela expressiva contribuição que tiveram nessa jornada, por despertarem o meu interesse pela economia e por contribuírem para minha formação intelectual e espírito crítico.

Aos colegas de curso pela amizade e pelo espírito de grupo, que tornou mais agradável à convivência e a realização de todas as atividades.

*Dinheiro, segundo o provérbio, chama dinheiro.
Quando se tem um pouco, é mais fácil conseguir
mais. A grande dificuldade é ter um pouco.*

Adam Smith

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os resultados das operações de microcrédito no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) instituído em 2005 pelo Governo Federal. Do ponto de vista metodológico, a abordagem inicial emprega uma pesquisa bibliográfica acerca da contextualização teórica sobre o crédito e o microcrédito. Ela inicia com a exposição do papel do crédito na economia, demonstrando ainda a questão da oferta creditícia e a análise do crédito. Em seguida, é abordado conceitualmente o microcrédito e sua relação com a microfinanças e evidenciado o contexto histórico mundial e nacional e as principais características do microcrédito. Posteriormente, é apresentada a abordagem geral do PNMPO e são expostos, por meio da pesquisa documental, com base nas informações constantes dos relatórios gerenciais disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os dados relativos ao PNMPO. Baseado no escopo, pretendeu-se fornecer os resultados auferidos pelo PNMPO ao longo dos dez anos de sua implementação e apontar as características dos tomadores dos empréstimos. De modo geral, os resultados da pesquisa evidenciaram que ocorreu um grande avanço, relativamente ao início do programa, tanto em termos de operações de crédito quanto de valores concedidos, apesar de ainda haver a possibilidade de sua expansão. Além disso, constatou-se que os empreendimentos informais são os maiores beneficiários do PNMPO.

Palavras-chave: Crédito. Microcrédito. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the results of productive microcredit operations regarding the National Guided Productive Microcredit Program (PNMPO) established in 2005 by the Federal Government. From a methodological point of view, the initial approach employs a bibliographic research on the theoretical context on credit and microcredit. It begins with the exposure of the role of credit in the economy and also demonstrates the issue of credit supply and credit analysis. Then, it is discussed conceptually the microcredit and its relation to microfinance and is highlighted the global and national historical context and the features of the microcredit. Later, it's presented the general approach of PNMPO and are exposed, through documentary research, based on information contained in the management reports provided by the Ministry of Labor and Employment (MTE), the data on PNMPO. Based on the scope, was intended to provide the results earned by PNMPO over the ten years of its implementation and point out the characteristics of the borrowers. Overall, the survey results revealed that there was a major breakthrough, considering the start of the program, when it comes down to credit operations and values granted, although there is still the possibility of its expansion. In addition, it was found that informal enterprises are the biggest beneficiaries of PNMPO.

Keywords: Credit. Microcredit. National Guided Productive Microcredit Program

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Evolução da taxa média de juros do crédito (2012 – 2014).....	35
Gráfico 2 - Evolução do Spread médio das operações de crédito - Total (2012 – 2014).....	36
Gráfico 3 – Evolução da taxa média de juros do crédito – Pessoa Física (2012 – 2014).....	36
Gráfico 4 - Taxas de juros – Crédito às pessoas físicas.....	37
Gráfico 5 - Evolução da taxa média de juros do crédito – Pessoa Jurídica (2012 – 2014)	37
Gráfico 6 - Taxas de juros – Crédito a pessoa jurídica.....	38
Gráfico 7 - Evolução do Crédito/PIB no Brasil (2010 – 2014).....	39
Gráfico 8 - Crédito/PIB – Brasil e demais países (2013)	39
Gráfico 9 - Taxa de crescimento anual do crédito.....	40
Gráfico 10 - Variação real do PIB	41
Gráfico 11 - Fonte de recursos para abertura de empresas.....	42
Gráfico 12 - Razão dada pelos bancos às empresas para não aprovação dos pedidos de empréstimo bancário.....	43
Figura 1 - C's do crédito.....	45
Figura 2 - Conceito de microfinanças, microcrédito e MPO.....	54
Figura 3 - Experiência brasileira no microcrédito	63
Figura 4 - Estrutura Operacional do PNMPO	71
Gráfico 13 – Clientes do PNMPO por Sexo (2007 – 2015)	74
Gráfico 14 – Média dos clientes do PNMPO por Sexo (2007 – 2015)	75
Gráfico 15 – Média dos clientes do PNMPO por Situação jurídica (2007 – 2015)	75
Gráfico 16 – Média dos clientes do PNMPO por Situação jurídica (2007 – 2015)	76
Gráfico 17 – Finalidade do crédito pelos clientes (2009 – 2015).....	77
Gráfico 18 – Média da finalidade do crédito pelos clientes (2009 – 2015).....	77
Gráfico 19 – Finalidade do crédito pelos clientes por volume de crédito (2007/2015)	78
Gráfico 20 – Média do PNMPO por ramo de atividade (2007 – 2015)	79
Gráfico 21 – Evolução do PNMPO por ramo de atividade (2007-2015)	79

Gráfico 22 – Evolução do PNMPO quanto à Constituição jurídica (2011 – 2015)	80
Gráfico 23 – Operações de microcrédito por Região (2009 – 2015).....	81
Gráfico 24 – Operações de microcrédito por Região e por ano (2009 – 2015).....	82
Gráfico 25 – Operações de microcrédito no PMMPO (2005 - 2015)	83
Gráfico 26 – Valor nominal concedido no PMMPO (2005 - 2015).....	83
Gráfico 27 – Comparativo trimestral das operações de microcrédito (2014 - 2015)	84
Gráfico 28 - Atuação do microcrédito em relação ao Sistema Financeiro Nacional (SFN)	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do Crédito (2010-2014).....	38
Tabela 2 - Clientes do PNMPO por Sexo (2007 – 2015).....	99
Tabela 3 - Clientes do PNMPO por Situação Jurídica (2007 – 2015).....	100
Tabela 4 – Finalidade do crédito pelos clientes (2009 – 2015).....	101
Tabela 5 – Finalidade do crédito por volume de crédito (2007/2015)	102
Tabela 6 – Evolução do PNMPO por ramo de atividade (2007 – 2015).....	103
Tabela 7 – Constituição jurídica por Carteira Ativa (2011 – 2015).....	104
Tabela 8 – Operações de microcrédito por Região (2009 - 2015).....	105
Tabela 9 – Operações de microcrédito por Região e por ano (2009 - 2015).....	106
Tabela 10 – Execução consolidada do PNMPO (2005-2015).....	107

LISTA DE SIGLAS

ADIM	Associação para o Desenvolvimento da Mulher na Economia Informal
ADOPEM	<i>Asociación Dominicana para el Desarrollo de la Mujer</i>
AGI	Agentes de Intermediação
BANCOSOL	Banco Solidariedade S.A.
BCB	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRB	Banco de Brasília
CEAPE	Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores
CEF	Caixa Econômica Federal
CMN	Conselho Monetário Nacional
EMC	Eficiência Marginal do Capital
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FENAPE	Federação de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
GTZ	Sociedade Alemã de Cooperação Técnica
IAF	<i>Inter American Foudantion</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFO	Instituições Financeiras Operadoras
IMF	Instituição de Microfinanças
IMPO	Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado
INEC	Instituto Nordeste Cidadania
MPE	Micro e Pequenas Empresas
MPO	Microcrédito Produtivo Orientado
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização Não governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCPP	Programa de Crédito Produtivo Popular
PDE	programação Anual de Depósitos Especiais do FAT
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Programa de Microcrédito

PMC	Programa de Microcrédito do BNDES
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PRODEM	Promoção e o Desenvolvimento da Microempresa
PROMICRO-UP	Programa de Crédito para Microunidades de produção
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SCM	Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIMPO	Sistema de Informações Gerenciais do PNMPO
SGS	Sistema Gerenciador de Séries Temporais
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNO	União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações
WWB	<i>Women's World Bank</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 CRÉDITO	19
2.1.1 Pressupostos econômicos sobre o crédito: uma breve análise	20
2.1.1.1 O papel do crédito segundo Adam Smith.....	20
2.1.1.2 A concepção de Marx acerca do papel crédito.....	21
2.1.1.3 Visão Schumpeteriana sobre o crédito	25
2.1.1.4 O crédito de acordo com Keynes.....	28
2.1.1.5 O crédito na ótica de Kalecki	32
2.1.1.6 A guisa da discussão.....	34
2.1.2 A problemática do acesso ao crédito	35
2.1.3 Análise de crédito	44
2.1.3.1 Os C's do crédito	45
2.1.3.1.1 <i>Caráter</i>	46
2.1.3.1.2 <i>Capacidade</i>	46
2.1.3.1.3 <i>Capital</i>	47
2.1.3.1.4 <i>Colateral</i>	47
2.1.3.1.5 <i>Condições</i>	48
2.1.3.2 A teoria da Informação Assimétrica.....	48
2.1.3.2.1 <i>Seleção adversa</i>	49
2.1.3.2.2 <i>Risco moral</i>	50
2.1.3.2.3 <i>Conclusão sintética</i>	51
2.2 MICROCRÉDITO	52
2.2.1 Definições e sua correlação com a microfinanças	52
2.2.2 Breve contexto histórico	55
2.2.2.1 O nascimento do Grameen Bank.....	56
2.2.2.2 Experiências brasileiras	59
2.2.3 Características básicas do microcrédito	64
2.2.3.1 Público Alvo Constituído pela População de Baixa Renda.....	64
2.2.3.2 Crédito Produtivo	65
2.2.3.3 Crédito Orientado	65
2.2.3.4 Ausência de Garantias	66
2.2.3.5 Empréstimos de Pequenos Valores e com Prazos Menores	67
2.2.3.6 Taxas de Juros Menores	67
2.2.3.7 Baixo Custo Operacional.....	68
3 PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	69
3.1 INSTRUMENTO DA POLÍTICA	69
3.2 ESTRUTURA OPERACIONAL	70
3.3 FONTE DE RECURSOS	72
3.4 EVOLUÇÃO DO PNMPO (2005-2015).....	73

3.4.1 Considerações iniciais	73
3.4.2 Apresentação e análise dos resultados do PNMPO	74
3.4.2.1 Distribuição por Gênero	74
3.4.2.2 Distribuição por Situação Jurídica.....	75
3.4.2.3 Distribuição por Finalidade do Crédito	76
3.4.2.4 Distribuição por Ramo de Atividade	79
3.4.2.5 Distribuição por Constituição Jurídica	80
3.4.2.6 Distribuição do Microcrédito por Região	81
3.4.2.7 Execução Consolidada do PNMPO (2005-2015).....	83
4 CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES	98

1 INTRODUÇÃO

O crédito atua no sistema capitalista como multiplicador dos fluxos financeiros dando dinamicidade a economia, através da transferência do dinheiro para as atividades produtivas, possibilitando a multiplicação da riqueza.

A literatura econômica reconhece que o acesso crédito é imprescindível para o processo de crescimento econômico, tendo em vista o desempenho do seu papel como responsável pelo financiamento dos investimentos.

Entretanto, no Brasil, percebe-se uma oferta de crédito insuficiente frente à sua demanda, além do custo de crédito no país ser relativamente elevado. Apesar de nos últimos anos ter se percebido uma melhora da relação Crédito/PIB, este resultado ainda está muito aquém em relação aos países desenvolvidos.

O volume relativo do crédito no Brasil é inferior ao verificado em países com níveis similares de renda. Além de rara, a cessão de empréstimos ocorre a taxas exorbitantes, seja pela alta taxa básica de juros (Selic), seja em função do alto *spread* envolvido nas taxas de empréstimos (NERI, 2008).

Neste cenário, onde há uma oferta de crédito reprimida e com custo elevado, o sistema bancário tradicional utiliza-se de análise de crédito para nortear a decisão quanto à concessão dos empréstimos. Dentre as práticas de análise, exemplifica-se a exigência de colaterais. Segundo Neri (2008), a exigência de garantias pelas instituições financeiras objetiva minimizar os problemas decorrentes da assimetria da informação, uma vez que este processo dispensa os custos resultantes dos processos de monitoramento.

Neste diapasão, por não dispor de ativos financeiros, o segmento de baixa renda se depara com um panorama de indisposição do mercado de crédito pelo sistema financeiro convencional. Nestes termos, os pequenos empreendedores buscam fontes alternativas de recursos, tais como, recursos próprios, empréstimos de familiares, amigos e, em alguns casos, até mesmo junto a agiotas, o que restringe, portanto, a capacidade de investimentos desses pequenos empreendimentos na economia, já que a falta de acesso ao crédito tem sido apontado como um dos principais constrangimentos para o desenvolvimento dos pequenos negócios. De acordo com Parente (2002) 95% dos microempreendimentos não possuem acesso ao crédito convencional.

Há de considerar que este segmento que encontram dificuldades no acesso ao crédito pelo sistema financeiro tradicional, tais como as Micro e Pequenas Empresas (MPE) e os empreendimento informais, é de suma importância para a economia do país. As MPEs, por

exemplo, representaram em 2011, nas atividades de serviço e de comércio, respectivamente, 98% e 99%, do total de empresas formalizadas (SEBRAE, 2014c). O setor informal, por sua vez, na última pesquisa da Economia Informal Urbana – 2003, contava com mais de dez milhões de empreendedores informais, incluindo trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, empregados com e sem carteira de trabalho assinada, além dos trabalhadores não remunerados (IBGE, 2005).

Deste modo, visualizando o crédito como ferramenta indispensável ao desenvolvimento dos países, e considerando que apenas parcela diminuta da população dispõe de recursos suficientes para o fomento de grandes investimentos e com acesso direto ao crédito, faz-se necessária a adoção de políticas que possibilitem a democratização de acesso ao crédito, sobretudo, aos pequenos empreendimentos, responsáveis diretos pela geração de renda e emprego, e demais setores alijados do mercado formal de crédito. Neste contexto, desponta como alternativa para essa democratização os programas de microcrédito, que tem servido aos países emergentes como instrumento que promove o desenvolvimento das atividades econômicas exercidas por conta própria e aos setores de baixa renda.

Apesar de desde o século XV já se verificar as primeiras manifestações do microcrédito, foi Mohammad Yunus, com a criação em Bangladesh do *Grameen Bank*, na década de 70, o responsável pela difusão, diante dos resultados alcançados, do interesse do público e da comunidade científica em geral pela metodologia do microcrédito e o seu impacto nas populações de baixa renda. Basicamente, a metodologia proposta por Yunus consiste em emprestar, a pessoas das comunidades pobres, pequenas quantias, livrando-as dos agiotas, com intuito de melhorar a condições de vida dessas pessoas, e, ao mesmo tempo, manter a sustentabilidade da instituição.

No Brasil, nessa mesma década, antes mesmo da experiência do *Grameen Bank*, deu-se início aos programas de crédito popular, ocorrendo, primeiramente, por meio do Programa União Nordeste de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), com foco no setor informal, utilizando-se da metodologia da capacitação dos beneficiários do programa.

Embora conhecida no Brasil desde os anos 1970, é entre 1994 e 2005 que a concessão de microcrédito ganha contornos de política de Estado, com fins, entre outros, para geração de renda.

Essa capacitação e acompanhamento dado ao prestatário é uma das principais características dos programas atuais de microcrédito. Soma-se a esse perfil, o fato do microcrédito ter um enfoque voltado ao financiamento das atividades empreendedoras, ou

seja, com destinação à atividade produtiva. Atualmente, a maioria dos programas nacionais utiliza metodologia do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO).

Sob a ótica do MPO, o Governo Federal instituiu em 2005 o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), a fim de atender as demandas dos chamados microempreendedores populares, sendo o objetivo principal do programa o incentivo à geração de trabalho e renda, criando condições para que estes tenham acesso ao crédito.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar os resultados alcançados pelo PNMPO, tendo como recorte o período de 2005, início do programa, a 2015, e verificar se o programa tem alcançado a problemática deste trabalho, qual seja: O PNMPO tem alcançado os agentes econômicos que encontram dificuldades na obtenção de crédito pelo sistema financeiro tradicional?

Para responder este questionamento, serão buscados os objetivos específicos deste trabalho, conforme a seguir: realizar uma revisão da literatura sobre o crédito e a temática do microcrédito; resgatar o histórico das distribuições de concessão de crédito do PNMPO; e, por fim, analisar o perfil da população atendida pelo programa.

Para este estudo foram utilizados dois procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado. Neste sentido, foi abordada a conceituação e colocação de vários autores por meios de livros, trabalhos acadêmicos e artigos especializados, com o intuito de reforçar ainda mais os assuntos que se remetam ao tema estudado. Já a pesquisa documental, ainda segundo Gil (2008), vale-se de materiais que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão”, existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc. As técnicas utilizadas para a coleta de dados podem ser tanto a documentação indireta como direta (LAKATOS; MARCONI, 2006).

Para este trabalho, foi utilizada a documentação indireta que tem o intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse, através do levantamento de dados de fontes variadas. Como fonte de documentação indireta, foram utilizados os relatórios gerenciais disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ademais, foram empregadas outras fontes secundárias, tais como dados estatísticos, pesquisa e relatórios setoriais, outros órgãos tais como o Banco Central do Brasil (BCB), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, no intuito de compor o embasamento teórico da pesquisa.

O presente trabalho estrutura-se da seguinte forma: Além deste capítulo introdutório, a monografia conta com mais três capítulos. O segundo capítulo deste trabalho traz uma revisão da literatura sobre o crédito e o microcrédito. O capítulo 3 faz preliminarmente uma abordagem do instrumento da política, estrutural operacional e fonte de recursos do PNMPO, para então apresentar, com base nas informações constantes dos relatórios do MTE, os dados relativos ao programa. E, finalizando, no capítulo 4 são apresentadas as conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico a seguir se propõe a fundamentar por meio de estudos literários, os principais assuntos referentes ao tema proposto.

O presente capítulo expõe as principais abordagens teóricas acerca do crédito e do microcrédito.

Em sua primeira seção é abordada a parte histórica e conceitual do crédito, a visão de alguns renomados teóricos sobre o papel desempenhado pelo crédito no desenvolvimento econômico e, por fim, a realidade atual no tocante à acessibilidade e análise do crédito.

A seção final discorre sobre a definição do microcrédito e sua relação com o ramo da microfinança, o histórico do microcrédito no mundo e no caso brasileiro, através de suas experiências, e a abordagem das principais características do microcrédito.

2.1 CRÉDITO

As primeiras formas de crédito remontam das sociedades antigas nas quais as atividades econômicas estavam voltadas exclusivamente para os meios rurais e agrícolas, onde o prazo entre o plantio e a colheita determinava a necessidade de antecipação de entrega aos produtores de sementes e implementos agrícolas. Essa entrega antecipada, fez com que surgissem os primeiros formatos de crédito. Em seguida, com o surgimento do dinheiro, as atividades comerciais deram origem às primeiras instituições bancárias, que passaram a realizar operações de crédito com diversas modalidades, embora muito longe das formas praticadas atualmente (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2005).

Na concepção moderna, o crédito é conceituado por Schrickel (2000, p 25) nos seguintes termos: “crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte do seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipulado.”

Crédito não significa apenas a cessão de patrimônio. É uma relação de confiança entre as duas partes. A concessão de créditos está vinculada à crença de que haverá o cumprimento das obrigações (CENTA, 2004).

Portanto, o crédito é sinônimo de confiança, seguindo a própria etimologia da palavra *creditum*, advinda do latim, que significa acreditar, confiar.

Sobre a relevância do crédito Bessa argumenta:

a relevância do crédito para todos os agentes da atividade econômica (indústria, agricultura, comércio, etc.), bem como para o consumidor final, é fácil de ser percebida. Em regra, o início de qualquer atividade econômica depende da obtenção de crédito (2003, p.40).

Esta relevância do papel econômico e social desempenhado pelo crédito é destacada ainda por Silva (2000) pelas seguintes razões:

- a) possibilita às empresas aumentar seu nível de atividade;
- b) estimula o consumo influenciando na demanda;
- c) ajuda as pessoas a obter moradia, bens e até alimentos;
- d) facilita a execução de projetos para os quais as empresas não dispõem de recursos próprios suficientes.

Do exposto, percebe-se que o crédito está evidente no cotidiano dos agentes econômicos, tendo em vista que este instrumento permite a realização das mais diversas necessidades humanas, tendo sido, historicamente, fundamental no desenvolvimento das civilizações, e, por fomentar a fruição de riquezas, destaca-se como essencial para a economia. Ademais, o crédito é um dos recursos financeiros mais utilizados nas economias contemporâneas, possibilitando que um tomador, seja pessoa física ou jurídica, ante a um credor, disponha de recursos para investimentos, financiamentos, compra de bens, entre outras atividades.

Por conseguinte, o crédito é um dispositivo fundamental para as operações econômicas modernas, tendo a capacidade de impulsionar e dinamizar as transações econômicas.

2.1.1 Pressupostos econômicos sobre o crédito: uma breve análise

Esta seção tem por objetivo a revisão da literatura acerca da utilização do crédito para a dinâmica produtiva no sistema capitalismo à luz das principais matrizes teóricas.

2.1.1.1 O papel do crédito segundo Adam Smith

Um dos primeiros estudos voltados à discussão do crédito no processo produtivo econômico moderno partiu de Adam Smith na sua obra “A Riqueza das Nações”.

Sob a perspectiva de Smith o crédito é uma espécie de ativo, sujeito a riscos, mas que gera uma expectativa de lucro ao prestamista.

Segundo o autor: “o dinheiro emprestado a juros é sempre considerado como um

capital pelo prestador. Este espera que, no devido tempo, ele lhe seja restituído e que nesse meio-tempo o tomador lhe pague uma certa renda anual pelo uso do mesmo” (SMITH, 1996, p. 349).

Para Smith (1996) o tomador do crédito faz uso deste ou para fins de consumo ou utiliza-o como capital. Se utiliza o recurso emprestado como consumo, apenas o faz de forma a esbanjar o dinheiro, não havendo, neste caso, nem a reposição do capital nem a dos juros, a não ser que o mutuário se desfaça de alguns de seus bens cujo valor possibilite o saneamento da dívida. Por outro lado, se opta pelo emprego como capital, que é o que mais interessa neste trabalho, o faz para manutenção da mão de obra produtiva, a qual reproduz o valor, com lucro. Em tal caso, o tomador consegue repor o capital e pagar os juros, sem que para isto, tal qual ocorre no modo de mero consumo, precise alienar qualquer outra fonte de sua renda ou nela interferir.

Destarte, o crédito, utilizado na forma de capital, conforme explicita Smith, influi positivamente na capacidade produtiva, mostrando-se, portanto, importante para o desenvolvimento econômicos dos países.

2.1.1.2 A concepção de Marx acerca do papel crédito

Para Marx (1986), a partir da circulação simples de mercadorias, se forma a função do dinheiro enquanto meio de pagamento e, em consequência, uma relação de credor e devedor entre os produtores de mercadorias e comerciantes de mercadorias, ou seja, o crédito, para Marx, seria um desdobramento direto da função dinheiro como meio de pagamento.

O dinheiro de crédito se origina diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, já que são colocados em circulação os próprios certificados de dívidas por mercadorias vendidas, para transferir os respectivos créditos. Por outro lado, ao estender-se o sistema de crédito, estende-se a função do dinheiro como meio de pagamento. Enquanto tal, recebe forma própria da existência, na qual ocupa a esfera das grandes transações comerciais, enquanto as moedas de ouro e prata ficam confinadas à esfera do varejo (MARX, 1996, p.259).

Em seguida, com o desenvolvimento do comércio e com o modo de produção capitalista, Marx afirma que a base do sistema de crédito é ampliada, generalizada e aperfeiçoada.

O funcionamento do dinheiro, enquanto meio de pagamento, ocorre no sentido de que a mercadoria é vendida na perspectiva de recebimento do pagamento em momento

posterior. A esta promessa de pagamento, Marx sintetizou na categoria geral de letras de câmbio.

Até o dia de vencimento e pagamento, essas letras de câmbio circulam por sua vez como meio de pagamento; e elas constituem o dinheiro comercial propriamente dito. À medida que, por fim, elas se anulam mutuamente por compensação entre crédito e débito, funcionam absolutamente como dinheiro, pois então não ocorre uma transformação final em dinheiro. Assim como esses adiantamentos recíprocos dos produtores e comerciantes entre si constituem a base propriamente dita do crédito, seu instrumento de circulação, a letra de câmbio, forma a base do dinheiro de crédito propriamente dito, das notas de banco etc. Estes baseiam-se não na circulação monetária, seja de dinheiro metálico, seja de moeda-papel do Estado, mas na circulação de letras de câmbio (MARX, 1986, P.301).

O desenvolvimento do comércio de dinheiro, apontado por Marx, repercute no sistema de crédito, mais precisamente no aparelhamento do crédito via empréstimo bancário. Com o desenvolvimento do comércio de dinheiro ocorre, por outro lado, a ampliação do sistema de crédito, bem como administração do capital portador de juros ou do capital monetário como função particular dos comerciantes de dinheiro, detentores dos fundos de reserva dos homens de negócios, das operações técnicas de cobrança e pagamento, das de pagamentos internacionais e, conseqüentemente, do comércio de barras.

O negócio bancário, segundo Marx (1986), consiste em agregar grandes somas de capital monetário, oriundo dos prestamistas individuais e do fundo de reserva dos capitalistas, tornando-se os administradores gerais deste capital, com o fito de emprestá-lo futuramente aos mutuários a uma taxa superior à taxa paga aos depositários. Assim, aparecem como intermediários entre o prestamista inicial e o mutuário. Neste cenário, os banqueiros ao concentrarem grandes quantias de capital monetário tornam-se representantes de todos os prestamistas de dinheiro, em concorrência aos capitalistas industriais e comerciais, tornando o capital social.

Assim sendo, os banqueiros atuam no sentido de gerenciar o capital monetário alheio, emprestando-o como se a eles pertencessem, operando este sistema de crédito.

Segundo Marx (1986), os bancos dispõem de capital emprestável, podendo fazer uso deste de múltiplas formas. Primeiramente, estes bancos concentram sob si grandes somas de capital monetário originário dos fundos de reservas dos produtores e comerciantes ou ainda no caso de depósitos para pagamentos. Neste sistema, parte significativa do capital monetário deste fundo, que de outro modo ficaria sem utilização na forma de fundo de reserva, é então emprestado a juros, e, em breves palavras, a reserva do comércio concentrada no sistema bancário funciona então como capital portador de juros.

Há de se falar ainda que, de acordo com Marx, com o desenvolvimento do sistema de crédito há a ampliação do nível de depósitos aos bancos, em razão do pagamento de juros por depósitos. Assim, quem anteriormente apenas mantinha dinheiro sem qualquer utilidade, ou então quem consumia seus rendimentos de forma gradual, passa então a depositar suas poupanças no sistema bancário. A soma desses pequenos depósitos logo suscita um grande capital monetário sob a guarda dos bancos. Estes créditos bancários são fornecidos na forma, entre outras, de letras de câmbio contra outros bancos, cheques contra os mesmos, aberturas de crédito da mesma espécie e nas próprias notas bancárias do banco.

Diante do que foi exposto, Marx (1986) aponta quatro questões principais, a saber, acerca das consequências do desenvolvimento do sistema do crédito na produção capitalista:

- a) necessidade da formação do crédito para mediar a equalização da taxa de lucro ou o movimento dessa equalização, sobre a qual repousa toda a produção capitalista;

O crédito funciona como instrumento de mediação da equalização da taxa de lucro, entre os diferentes capitais individuais que concorrem entre si para se apropriar de maior parcela da mais valia global gerada.

- b) diminuição dos custos de circulação;

O crédito possibilita a economia com os custos de circulação de três formas: primeiramente, o crédito fica de fora das grandes transações, ou seja, as transações envolvendo grandes quantias são substituídas por dinheiro de crédito; em segundo lugar, o crédito dá celeridade ao processo de circulação das mercadorias, assim como aceleram a metamorfose das mercadorias e do capital e a velocidade da circulação monetária. Por fim, os custos de circulação diminuem à medida que o dinheiro na forma de ouro é substituído por papel-moeda.

- c) formação de sociedades por ações;

A ampliação da escala de produção e das empresas somente é possível com a constituição das sociedades, ou seja, essa expansão não ocorreria considerando apenas capitais isolados. A soma do capital oriundo da associação dos indivíduos recebe a forma de capital social em contraste ao capital privado. As empresas do mesmo modo apresentam-se como empresas sociais em oposição às empresas privadas. Nesta prima, “é a abolição do capital como propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista” (MARX, 1986, p.332). Como resultado, o capitalista assume o papel de mero

gestor do capital alheio e os proprietários de capital convertem-se em simples capitalistas monetários.

d) sistema de ações.

O sistema de crédito, ao concentrar a riqueza capitalista, garante ao capitalista individual disposição absoluta do capital da propriedade alheia, e, em consequência, do trabalho alheio, ou seja, essa disposição sobre o capital social dá ao capitalista individual disposição também sobre o trabalho social. A expropriação do capital, por meio de sua centralização, constitui expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção, que com o desenvolvimento da produção social deixam de ser privados e passam a serem propriedades dos capitalistas associados. “Essa expropriação apresenta-se, porém, no interior do próprio sistema capitalista como figura antitética, como apropriação da propriedade social por poucos” (MARX, 1986, p.334). O capital individualmente representa apenas a superestrutura do crédito. Nesta estrutura, quando o capitalista especula ele está arriscando um capital que não o pertence. Desta forma, o sistema de crédito encoraja os detentores da propriedade do capital social.

O capitalista industrial, ao utilizar-se de crédito, atinge a maximização da produção, dando celeridade e alavancagem à reprodução do capital, ou seja, potencializa a criação da mais-valia. Ademais, com o dinheiro de empréstimo, o capitalista tem sob o seu poder a possibilidade de proceder com o investimento em meios de produção e contratação de mão de obra, em período anterior à obtenção do lucro que permitiria a conquista destes resultados (MOLLO, 2011).

Segundo Marx (1986), se por um lado, o sistema de crédito constitui a metamorfose das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, fruto da centralização do capital social, por outro ele proporciona os meios para o desenvolvimento e ampliação das cooperativas dos trabalhadores. Tanto as sociedades por ações quanto as cooperativas devem ser consideradas como formas de transição do modo de produção capitalista ao modo associado, diferindo-se no sentido de que enquanto nas primeiras a antítese entre capital e trabalho é abolida negativamente, para as últimas esta abolição é positiva.

Marx verifica ainda outra dicotomia existente. Se de um modo, o crédito constitui como a mola propulsora da produção do capital e, ao fomentar a centralização do capital social, leva a expropriação do capital e do trabalho alheio, ampliando cada vez mais exploração da riqueza social por parte de poucos, de outro, constitui a forma de passagem para um novo modo de produção capitalista, chamando atenção ainda para o fato de que o

crédito concebe ao capitalista industrial a capacidade de expansão da sua escala de produção e ampliação dos mercados consumidores, porém, essa expansão é limitada na medida em que o sistema de crédito também amplifica as crises de superprodução e da superespeculação.

Se o sistema de crédito aparece como a alavanca principal da superprodução e da superespeculação no comércio é só porque o processo de reprodução, que é elástico por sua natureza é forçado aqui até seus limites extremos, e é forçado precisamente porque grande parte do capital social é aplicada por não-proprietários do mesmo, que procedem, por isso, de maneira bem diversa do proprietário, que avalia receosamente os limites de seu capital privado, à medida que ele mesmo funciona. Com isso ressalta apenas que a valorização do capital, fundada no caráter antitético da produção capitalista, permite o desenvolvimento real, livre, somente até certo ponto, portanto constitui na realidade um entrave e limite imanentes à produção, que são rompidos pelo sistema de crédito de maneira incessante. O sistema de crédito acelera, portanto, o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, os quais, enquanto bases materiais da nova forma de produção, devem ser desenvolvidos até certo nível como tarefa histórica do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises e, com isso, os elementos da dissolução do antigo modo de produção. (MARX, 1986, P.335).

Desta forma, o crédito segundo Marx é levado a cabo pelos capitalistas visando à maximização dos lucros até o momento em que o processo de acumulação chega ao seu extremo gerando no final as crises, mostrando seu caráter contraditório.

De acordo Germer (1995), o crédito resolve certos problemas ou contradições do processo de acumulação, porém, amplifica os efeitos das instabilidades do sistema de modo geral.

Assim, Marx acerca desse papel ambíguo do crédito conclui que “essa duplicidade é que dá aos principais arautos do crédito [...] seu agradável caráter híbrido de embusteiro e profeta” (Marx, 1986, p.335).

2.1.1.3 Visão Schumpeteriana sobre o crédito

Em sua obra denominada de Teoria do Desenvolvimento Econômico, Schumpeter dedica relevante atenção à temática do crédito e atribui a este um papel fundamental para o desenvolvimento econômico, assegurando que este desenvolvimento, em princípio, é impossível sem que haja a participação do crédito.

Na perspectiva de Schumpeter o fenômeno do crédito é crucial no sentido de possibilitar a transferência do poder de compra ao empresário.

O crédito é essencialmente a criação de poder de compra com o propósito de transferi-lo ao empresário, mas não simplesmente a transferência de poder de

compra existente. A criação de poder de compra caracteriza, em princípio, o método pelo qual o desenvolvimento é levado a cabo num sistema com propriedade privada e divisão do trabalho. Através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela. Ele substitui temporariamente, por assim dizer, o próprio direito por uma ficção deste. A concessão de crédito opera nesse sentido como uma ordem para o sistema econômico se acomodar aos propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas (SCHUMPETER, 1997, p. 110).

Para Schumpeter (1997) o desenvolvimento é resultado de novas combinações no sistema econômico, através da inserção de novos bens e métodos de produção, adoção de novas fontes de matéria-prima, sendo que para ocorrer a realização dessas novas combinações é essencial a presença do crédito.

Do exposto, conclui-se que os recursos utilizados pelos empresários constituem-se como ferramenta para reprodução do fluxo circular¹ e o crédito corrobora com o processo de inovação e consequente desenvolvimento, sem que haja a necessidade antecipada de poupança, tal qual disposto por Keynes e por Kalecki, conforme será observado nas próximas seções.

Em suas palavras:

A função essencial do crédito no sentido em que o tomamos consiste em habilitar o empresário a retirar de seus empregos anteriores os bens de produção de que precisa, ativando uma demanda por eles, e com isso forçar o sistema econômico para dentro de novos canais (SCHUMPETER, p. 110).

A concessão de crédito ao empresário expressa uma emissão de ordem ao sistema econômico, visto que gera capacidade produtiva adicional, transformando capital líquido em capitais fixos ou meios de produção. Diferentemente da abordagem clássica, que atribui um peso exclusivo a variáveis reais, Schumpeter considerava que o dinheiro também teria a capacidade de exercer um papel preponderante no estímulo à economia, influenciando, inclusive, as variáveis reais. Com o crédito, o empresário consegue adiantar seus gastos com insumos e máquinas e, em consequência, antecipa os lucros, os quais através deste poderá pagar os empréstimos. Nesse sentido, os investimentos globais são estimulados pela aquisição de recursos financeiros ou pelo crédito bancário, o que dinamiza o crescimento econômico. Com o crédito, o desenvolvimento, originado das inovações tecnológicas, independe da

¹ Schumpeter presume a existência de um estado organizado comercialmente e uma economia concorrencial, onde vigora a propriedade privada, a divisão do trabalho, o sistema de crédito, os empresários — espírito industrial e motivação aos negócios —, os trabalhadores e proprietários de terra, agindo em situação de equilíbrio geral. As mudanças ocasionalmente ocorridas assumem papel adaptativo e coadunável com oscilações ocasionais, havendo a repetição contínua no campo da produção e do consumo.

poupança prévia (SOUZA, 2005).

Sendo admitido que as inovações se incorporam em novas instalações, então nesse ponto reside um problema acerca do financiamento destas inovações. As empresas, no estado estacionário, financiam suas inovações utilizando os resultados correntes. Entretanto, quando o empresário necessita dos meios de pagamentos para construir as instalações necessárias ao processo de inovação, a partir de poder aquisitivo novo, ou seja, que antes não existia, esta inovação só ocorre com o advento do crédito que, para Schumpeter, é fundamental para o desenvolvimento econômico (NAPOLEONI, 1979).

Como numa economia planificadora a realização de um processo inovador requereria uma ordem da autoridade planificadora que desviasse os recursos produtivos dos seus empregos correntes para novas utilizações, assim numa economia capitalista o crédito, nas mãos do empresário, assume um função análoga, porque lhe permite utilizar, para os seus fins, uma parte da riqueza do sistema (NAPOLEONI, 1979, p. 55).

Neste sentido, Schumpeter considera a força motriz do processo de crescimento a inovação empresarial, sendo que para que essa aconteça, os bancos desempenham um forte papel na economia. Nesta visão, são os responsáveis pela intermediação entre os empresários e os proprietários de capital, ou seja, agentes que querem tomar e emprestar capital (OLIVEIRA; GONÇALVES; ANDRADE, 2010).

Acerca desse processo de inovação, Napoleoni afirma que este é a chave para compreensão dos fenômenos do capital e do crédito:

Se a indústria se ampliasse mediante pequenas variações sucessivas, segundo curvas contínuas, o papel do crédito seria apenas técnico; um papel subordinado, já que todos os aspectos fundamentais do processo econômico poderiam ser explicados em termos de bens. Nesse caso, com efeito, o financiamento poderia e deveria ser feito essencialmente com a renda bruta corrente: seriam de aplainar apenas pequenas defasagens. Na hipótese simplificadora de que o inteiro processo circular da produção e do consumo ocupasse exatamente um único período, ou seja, de que todos os instrumentos e todos os bens de consumo fossem completamente consumidos no período, o capital (definido em termos monetários) e a renda seriam exatamente iguais, fases diversas de um mesmo fluxo monetário. Todavia, dado que a inovação é descontínua; dado que implica modificações relevantes; dado que é típico do capitalismo concorrencial que seja incorporada em novas empresas, a inovação requer grandes despesas anteriores ao aparecimento de qualquer renda: o crédito se torna, por isso um elemento essencial do processo (NAPOLEONI, 1982, p. 203-204).

Portanto, para o vislumbre do processo de inovação descrito por Schumpeter, faz-se, primeiramente, necessária a criação do crédito, que atua, por sua vez, como instrumento que possibilita a operação da utilização de novos empregos dos meios de produção existentes.

Schumpeter visualiza o crédito como um dos elementos básicos do processo de

desenvolvimento econômico, sendo um complemento monetário de inovação, haja vista que possibilita aos empresários desprovidos dos meios de produção, o alcance destes. Nesta esteira, através da criação de moeda bancária, os bancos concedem aos empresários-inovadores o poder de compra necessário para desviar os recursos de seus usos tradicionais, permitindo que as inovações ocorram (PAULA, 2011).

Em suma, Schumpeter considera, então, que não sendo os empresários necessariamente os proprietários dos meios de produção e tendo em vista, ainda, que não contam com recursos próprios necessários para suscitar os investimentos e, com isso, adotar novas combinações, o crédito bancário apresenta-se como indispensáveis ao efetivo exercício do empresariado, procedendo com as inovações necessárias ao progresso, e para realização da ampliação do processo produtivo, resultado ao fim no desenvolvimento econômico.

2.1.1.4 O crédito de acordo com Keynes

Antes de adentrar na questão do crédito, é imperioso anteriormente revisar, mesmo que de forma sumária, o investimento na perspectiva de Keynes, tendo em vista que, como se verá mais adiante, o crédito desempenha um papel destacado como financiador do investimento.

Keynes, ao romper com os ditames da teoria clássica, propõe que a taxa de juros não se constitui como uma variável de ajuste entre poupança e investimento², mas sim como um prêmio pela renúncia à preferência pela liquidez³. Na prática, segundo esta abordagem, a taxa de juros, além dos fluxos de investimento e poupança, deriva, sobretudo, das decisões psicológicas na formação da carteira dos agentes econômicos, em um ambiente de incertezas, baseadas nas expectativas em relação ao cenário futuro, sobre como financiar suas decisões de gastos.

De acordo com Barrere (1961), o empresário possui um leque de opções quanto ao dispêndio de seus recursos. Pode ele preferir manter o equipamento que já possui ou optar

² Keynes, na sua obra Teoria Geral do Emprego, Juro e da Moeda (1936), introduz o princípio da demanda efetiva, onde o nível de emprego e renda da economia dependem dos gastos autônomos, em especial dos investimentos, e que o consumo ampliaria o impulso autônomo através do multiplicador. Neste diapasão, Keynes inverte o papel da poupança como fonte de fundos para o investimento.

³ São três os motivos, a saber, pelos quais, segundo Keynes, os indivíduos conservam a sua riqueza sob a forma líquida: a) motivo transação, relacionado às necessidades de numerários indispensáveis para a realização de transações correntes; b) motivo precaução, que decorre da efetuação das despesas exigidas em situações imprevistas, compromissos já concluídos, aquisições adiadas na expectativa de uma conjuntura mais vantajosa etc; e c) motivo especulação, correspondente às despesas de aplicação econômica, onde os agentes buscam tirar vantagens em face de previsões sobre o estado futuro da atividade econômica.

por comprar bens de capitais incrementais ou pode ainda decidir por emprestar dinheiro a juros. Se opta pelo investimento em substituições as opções elencadas anteriormente é porque espera-se obter alguma vantagem nisso.

Ademais, as decisões por investimento ou poupança são independentes. Há uma liberdade pela decisão de poupar, no entanto o montante desta decisão estará limitado à renda. Por outro lado, o investimento é o determinante do nível de renda, portanto, em consequência, determina também o volume de poupança. Desta forma, a despeito do comportamento dos indivíduos em relação à poupança, o nível que será poupado estará relacionado ao montante da renda, em outras palavras, pela decisão por investir dos empresários. Nestes termos, a poupança é ajustada pelo investimento e não o inverso (GRASEL E SANTANA, 1999).

Em relação aos investimentos das empresas, Keynes (1996) argumenta que os empresários investem o montante do capital até o momento em que a Eficiência Marginal do Capital (EMC)⁴ se iguala à taxa de juros. Até este ponto, há vantajosidade ao empresário aplicar o capital próprio e tomar empréstimos para investimentos. De outro modo, além do equilíbrio, o investimento ocasionará prejuízos.

Esta EMC e a taxa de juros devem ser conhecidas anteriormente à definição no nível de investimento. A primeira depende da expectativa de receitas e do preço de oferta do capital, enquanto que a taxa de juros é definida pela preferência pela liquidez e pela quantidade de moeda em circulação. Esta taxa de juros não representa a variável mais relevante na determinação do investimento, constituindo apenas um parâmetro ao qual se comparam as expectativas de retorno. Por outro lado, o estado de expectativa dos empresários é elemento fundamental na decisão de investir, posto que esta expressa a influência do princípio da demanda efetiva, verificando *ex-post* a decisão de investir e envolvendo riscos e incertezas (GRASEL; SANTANA, 1999).

Para Keynes, considerando que a EMC deriva da renda esperada, o volume de produção é influenciado pela expectativa de modificações no valor da moeda. Se há uma expectativa de baixa no valor da moeda há um estímulo ao investimento e por consequência no emprego em geral, em razão da elevação dos investimentos. Nestes termos, um aspecto importante a considerar quanto à decisão de investir é o da expectativa (MAGNABOSCO, 2015).

Estas expectativas, das quais dependem as decisões da atividade econômica,

⁴ “[...] defino a eficiência marginal do capital como sendo a taxa de desconto que tornaria o valor presente do fluxo de anuidades das rendas esperadas desse capital, durante toda a sua existência, exatamente igual ao seu preço de oferta” (Keynes, 1996, 149).

keynes divide em dois tipos:

O primeiro tipo relaciona-se com o preço que um fabricante pode esperar obter pela sua produção “acabada”, no momento em que se compromete a iniciar o processo que o produzirá, considerando que os produtos estão “acabados” (do ponto de vista do fabricante) quando prontos para serem usados ou vendidos a outrem. O segundo refere-se ao que o empresário pode esperar ganhar sob a forma de rendimentos futuros, no caso de comprar (ou talvez manufaturar) produtos “acabados” para os adicionar a seu equipamento de capital. Chamaremos às primeiras expectativas a curto prazo e às segundas expectativas a longo prazo (KEYNES, 1996, p.77-78).

Assim, as variáveis resultantes do investimento estão relacionadas com as expectativas em relação ao futuro (retorno esperado), a taxa de juros e o custo de reposição dos bens de capital. Deve-se esperar um aumento dos investimentos quando houver uma diminuição da taxa de juros ou do custo de reposição do bem de capital, ou ainda quando houver um aumento do retorno esperado do investimento (MAGNABOSCO, 2015).

Destarte, o investimento está diretamente ligado à expectativa da lucratividade vislumbrada pelo empresário. E esta expectativa, por sua vez, baseia-se em fatores psicológicos em relação às incertezas quanto ao futuro, o que torna esta decisão por investir deveras dinâmica.

Em contraposição em mais um ponto em relação à teoria clássica, Keynes argumenta que a poupança não é pré-requisito para o investimento. Levando em consideração o princípio da demanda efetiva, a poupança representa apenas a parte da renda que não é consumida, portanto, sua gênese ocorre após, em decorrência do próprio investimento, em outros termos, considerando que a poupança é fruto da geração da renda, não pode ser considerada como origem do processo. Por conseguinte, o financiamento não advém da poupança, mas sim, como visto antecipadamente, das expectativas positivas dos agentes ao renunciarem à liquidez e pelo incremento do crédito.

Resgatadas as disposições de Keynes a respeito do investimento, resta agora saber qual a relação desta variável com o crédito.

Na discussão pós-teoria geral com Ohlin e Robertson no artigo publicado no *Economic Journal*, em 1937, Keynes reafirma o papel fulcral dos bancos na economia, como agente financiador do investimento, assim como sinaliza que o investimento não ocorre devido à falta de poupança, mas sim em razão da ausência de financiamento. Segundo Keynes:

[...] os bancos detêm, em geral, a posição-chave na transição de uma escala inferior de atividade para uma mais elevada. Se se recusam a um afrouxamento, o crescente congestionamento do mercado de empréstimos a curto prazo ou do mercado de

novas emissões, conforme o caso, inibirá a melhoria, não importa quão frugal o público se proponha a ser a partir de suas rendas futuras. Por outro lado, haverá sempre exatamente suficiente poupança *ex post* para promover o investimento *ex post* e, desse modo, liberar o financiamento que este estava antes empregando. O mercado de investimentos pode tornar-se congestionado por causa de falta de dinheiro, mas nunca se congestionará por falta de poupança. (KEYNES, 2010, p.96).

Portanto, exsurge a importância do setor bancário no desempenho do provento da liquidez necessária para que os agentes realizem seus gastos. Para Keynes, os bancos atuam no sentido tanto da criação passiva quanto ativa da moeda, sendo no primeiro caso, criada através de depósitos coletados previamente, e no último caso a moeda bancária (depósitos) é gerada através da concessão de empréstimos (PAULA, 2011).

Os meios de pagamentos são elementos fundamentais para o início do processo de investimento. Para obtenção destes meios, o investidor poderá basicamente obtê-los através de três maneiras: ativos monetários previamente acumulados, emitindo obrigações (securitização) e tomando empréstimos de bancos, sendo este último meio relacionado diretamente com o financiamento de investimento em uma economia com sistema bancário moderno. Na visão keynesiana, em oposição à visão ortodoxa⁵, os recursos iniciais para a realização dos investimentos não necessariamente nascem da poupança prévia, mas podem (e devem) se originarem da criação de moeda por parte dos bancos (CARVALHO *et al*, 2007).

Nos termos de Keynes, o crédito constitui o financiamento (*finance*) gerando a renda, sendo que parte desta que não é consumida constitui a poupança. Este cenário possibilita o *fundings* necessário à ampliação da capacidade produtiva. Decorre, portanto, que uma economia com baixo desenvolvimento financeiro é uma economia onde ocorre a repressão do investimento. Assim, o ciclo de negócio passa a ser obstaculizado não pela inexistência de poupança, mas pela interrupção do investimento (OLIVEIRA, 2008).

Destarte, o processo de financiamento do investimento na visão keynesiana ocorre através do circuito financiamento-investimento-poupança-*fundings*, posto que neste raciocínio a realização do investimento não necessariamente advém da poupança prévia, ou seja, conforme visto anteriormente, a poupança está relacionada com o nível de investimento, sendo este responsável pela ampliação da capacidade de poupança futura, que, por sua vez, pode ser estimulado pelo incremento do crédito.

Em termos gerais, sob a ótica keynesiana, os empresários decidem por investir

⁵ Nesta visão, para que o investimento ocorra é mister que haja saldo entre a renda e o consumo geral, em outras palavras, faz-se necessária a existência de uma poupança prévia. Assim, o sacrifício presente do consumidor na figura da redução do seu consumo representa uma recompensa futura. Desta forma, na visão ortodoxa, o nível de investimento é determinado, pois, pela poupança, sendo a taxa de juros a variável de ajuste no mercado.

face às expectativas em relação ao futuro, sendo que estas expectativas devem ser compartilhadas pelos bancos. Assim, o financiamento fomenta a decisão do investimento dos empresários. E através dessa estrutura, o circuito financiamento-investimento-poupança-*funding* se completa. Nesse sentido, portanto, o crédito representa importante elemento para o financiamento do investimento.

2.1.1.5 O crédito na ótica de Kalecki

Michael Kalecki foi responsável pelo aprofundamento do princípio da demanda efetiva e, assim como Keynes, observou, em uma lógica inversa da desenvolvida pela escola ortodoxa, que o investimento é na realidade criador e não resultante da poupança.

De acordo com Kalecki (1977) as variáveis fundamentais da determinação do nível de atividade econômica são o investimento, o consumo dos capitalistas, o déficit orçamentário do Governo e as exportações, sendo que o mais relevante para o desenvolvimento econômico é o investimento já que deste derivam as demais.

Kalecki, como já mencionado no primeiro parágrafo desta seção, afirma que a poupança é derivada do investimento, tendo em vista que o lucro, e por consequência, a poupança ocorrem a partir da relação entre o consumo e o investimento. Neste sentido, o investimento é determinado pelos gastos dos capitalistas, enquanto que a poupança constitui-se como a parte do lucro que não é gasta ou consumida, ou seja, enquanto o primeiro é uma variável *ex-ante* a segunda é uma variável que ocorre *ex-post*, portanto uma variável *ex-ante* não pode ser determinada por uma *ex-post*. Ademais, o financiamento uma vez ocorrido pode se autofinanciar, sem haver a necessidade da existência de uma poupança prévia. De acordo com este autor:

[...] o investimento, uma vez realizado, automaticamente fornece poupança necessária para financiá-lo. De fato, em nosso modelo simplificado, os lucros em um dado período constituem o resultado direto do consumo dos capitalistas e do investimento naquele período. Se o investimento aumenta em um certo valor, a poupança a partir dos lucros é portanto maior. (Kalecki, 1977, p.70).

Para Kalecki (1977) a acumulação do capital possibilita a expansão da empresa, permitindo a realização de novos investimentos, sem defrontar-se com os obstáculos representados por um mercado de capitais limitado ou pelo risco crescente. Além disto, os lucros obtidos com a expansão podem ser reinvestidos nos negócios, e há, ainda, a possibilidade da firma contrair novos empréstimos, elevando o seu nível de investimento.

Entretanto, essa capacidade de crescimento das empresas esta sujeita à limitação em decorrência no nível de capital sob a posse das empresas:

Seria impossível uma firma tomar emprestado capital acima de um certo limite determinado pelo volume de seu capital de empresa [...] O tamanho de uma firma portanto parece achar-se circunscrito pelo volume do capital da empresa tanto através de sua influência na capacidade de conseguir capital emprestado como através de seu efeito no grau de risco. (Ibid., p.113-114).

Assim sendo, sob a ótica kaleckiana, que neste ponto se aproxima claramente com a visão schumpeteriana, a propriedade do capital é pré-requisito para alguém se tornar empresário e o investimento depende da acumulação do capital das empresas a partir dos lucros correntes, tornando o mercado de crédito mais acessível quanto maior a magnitude do capital. Portanto, verifica-se neste ponto a relevância do crédito, na medida em que este está ligado ao autofinanciamento do investimento. Nesta seara, diante de uma poupança do período anterior retraída ou mesmo ausente, no caso de novas empresas, o crédito atuaria no sentido de não permitir a restrição do investimento.

Se alguns capitalistas aumentam seu investimento usando para esse fim sua reserva líquida, os lucros dos outros capitalistas se elevarão *pro tanto* e dessa forma as reservas líquidas investidas passarão às mãos destes últimos. Se o investimento adicional for financiado por crédito bancário, o dispêndio das quantias em questão fará com que idênticas quantias de lucros poupados se acumulem sob a forma de depósitos bancários. Os capitalistas investidores poderão, dessa maneira, emitir títulos de crédito no mesmo valor e dessa forma saldar os empréstimos bancários assumidos. (Kalecki, 1977, p.70).

O nível de investimento deriva preliminarmente dos recursos próprios das empresas e de seus lucros. Entretanto, com a ajuda do crédito, esse investimento pode ser superior ao nível de recursos próprios à disposição dos empresários. Em outras palavras, o investimento é inferior sem a presença de crédito bancário. Se os investimentos forem financiados a partir do crédito, ou ainda por reservas acumuladas, eles criarão uma contrapartida de renda, à medida que forem sendo realizados. E essa renda, por sua vez, transforma-se em poupança, servindo posteriormente para o pagamento dos empréstimos adquiridos. A parte da renda não utilizada como consumo, ou no pagamento de dívidas, acumula-se na forma de depósito ou aplicações financeiras, possibilitando o fomento de novos investimentos (SOUZA, 2005).

Trazendo a perspectiva kaleckiana para um cenário mais atual, as empresas com capital diminuto, devido à escassez de recursos e tendo em vista que o lucro destas empresas não é tão elevado a ponto de suscitar novos investimentos, encontram dificuldades no acesso

ao mercado de crédito tradicional, restando a estas buscar realizar investimentos através da tomada de empréstimos.

2.1.1.6 A guisa da discussão

Dos pressupostos aqui elencados, a despeito das interpretações diversas dadas pelos autores, evidencia-se, em comum, o papel desempenhado pelo crédito como instrumento para o desenvolvimento econômico no sistema capitalista, tendo em vista o seu potencial como financiador de investimentos, em outras palavras, os recursos oriundos da consecução do crédito possibilitam a o aumento da cadeia produtiva, com a aquisição de imobilizados, matérias primas e mão de obra, sendo, portanto, propulsor de projetos.

Adam Smith foi um dos primeiros a verificar que a capacidade produtiva dos países poderia aumentar com o incremento do crédito.

Marx, por sua vez, considerou o crédito como um desdobramento da função dinheiro enquanto meio de pagamento e enfatizou do papel dual do crédito, onde o mesmo, se por um lado, funciona como instrumento de alavancagem da produção, por outro, ele maximiza a espoliação, por parte de poucos, do capital alheio, além de potencializar as crises de superprodução.

Schumpeter afirma que o crédito é crucial para o favorecimento das novas combinações das forças produtivas e, em consequência, do desenvolvimento econômico. Neste sentido, o crédito na visão schumpeteriana representa a transferência do poder de compra ao empresário e o possibilita de realizar as inovações necessárias ao desenvolvimento econômico.

Para Keynes e Kalecki o investimento é *causa causans*, ou seja, última causa no que tange a determinação da renda e da poupança, em contraposição à visão ortodoxa, e o crédito, por sua vez, desempenha papel decisivo na decisão de investir dos empresários, uma vez que é um dos responsáveis direto pelo financiamento do investimento, e por consequência, pelo aumento da renda e da poupança.

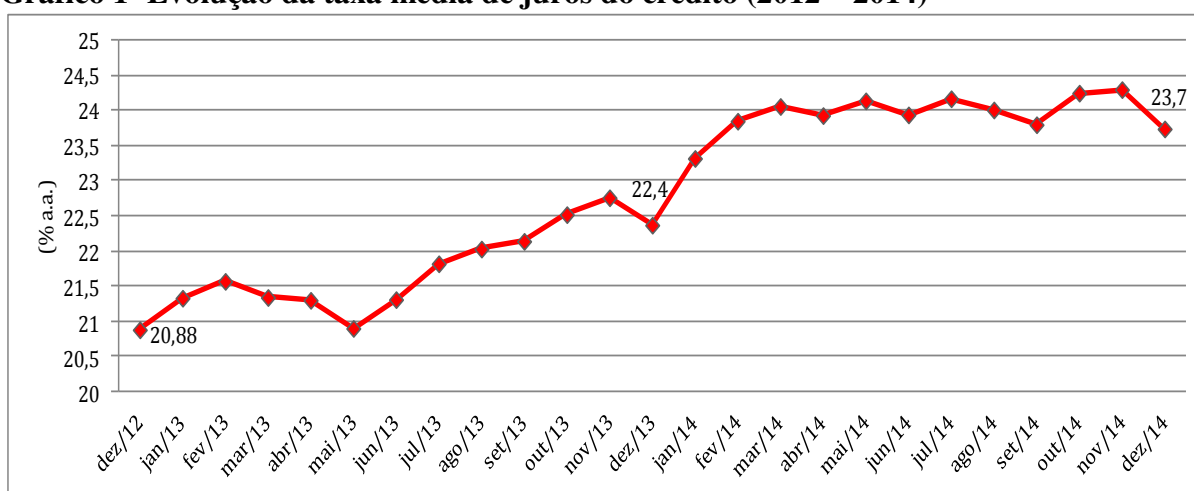
Desta forma, releva-se, portanto, a relevância do papel do crédito nas economias capitalistas, e evidencia-se que a limitação da oferta de crédito, constitui-se em entrave à elevação do nível de investimentos suscitados pelos agentes econômicos.

2.1.2 A problemática do acesso ao crédito

O fato de o Brasil possuir uma taxa de juros do crédito relativamente elevada dificulta o acesso pelos clientes nacionais aos programas de crédito. Essa barreira é quanto mais intransponível quanto menor a renda do candidato postulante ao crédito. Nesta toada, com uma taxa de juros brasileira em patamares elevados há um óbice à expansão do crédito, sobretudo, para financiamentos de baixo valor.

Segundo os dados do último relatório divulgado pelo Banco Central do Brasil (BCB), publicado no Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2014, a taxa média anual de juros das operações de crédito do sistema financeiro, considerando as operações com recursos livres e direcionados⁶, situou-se em 23,7 %, no mês de dezembro de 2014, conforme demonstrado no gráfico 1. Neste cenário, percebe-se que houve uma elevação de 1,3 ponto percentual (p.p.) em relação ano de 2013 e de 2,86 p.p. comparando-se com o ano de 2012. Portanto, uma elevação constante nos últimos anos. Essa trajetória de elevação da taxa básica de juros é acompanhada, do mesmo modo, pelo aumento dos *spreads*⁷, conforme apontado no gráfico 2. Ainda segundo os dados do BCB (2014), levando-se em consideração apenas os recursos livres, a taxa média de juros situou-se em 37,3%, com alta de 3,9 p.p., enquanto no crédito direcionado, o custo médio aumentou 0,3 p.p., atingindo 7,8%.

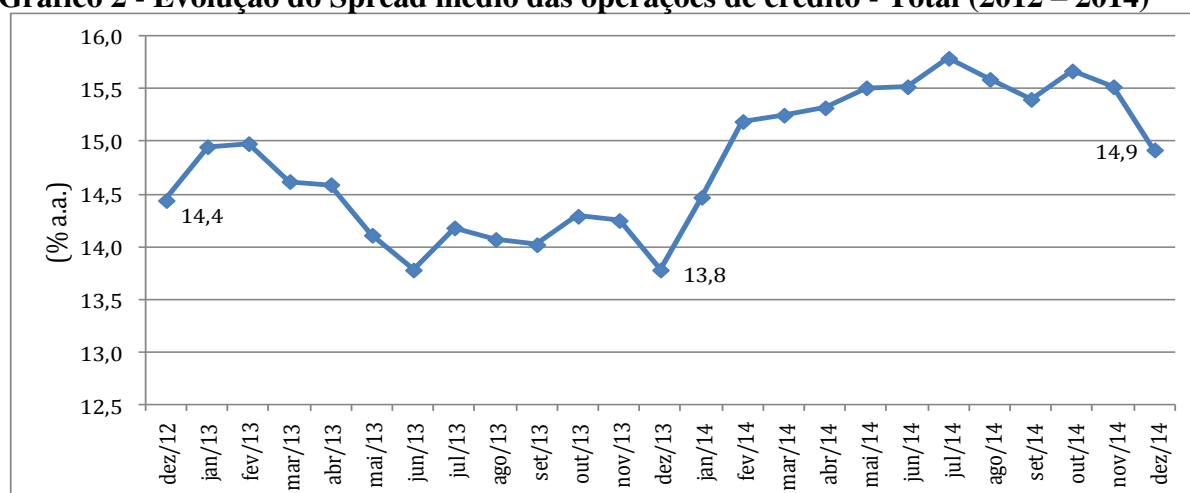
Gráfico 1- Evolução da taxa média de juros do crédito (2012 – 2014)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do BCB.

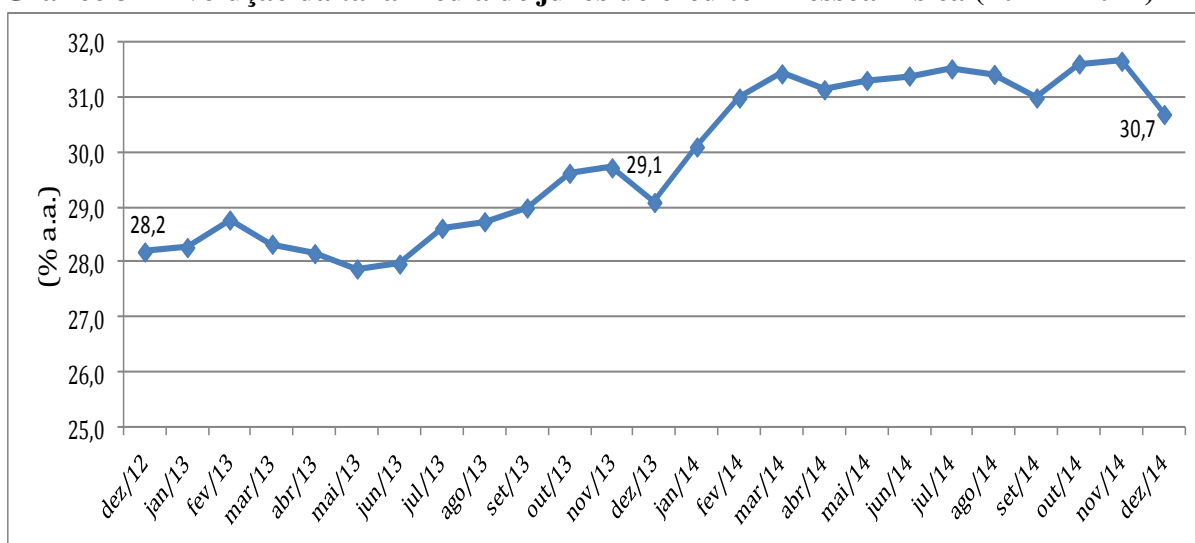
6 Esta classificação é adotada pelo BCB. Os créditos com recursos livres referem-se aqueles em que são oferecidos de modo autônomo pelos bancos, enquanto o crédito com recursos direcionados são aqueles em que as instituições devem, obrigatoriamente, aplicar em determinadas linhas em função de leis ou regulamentações com taxas de juros subsidiadas, destinados, basicamente, aos setores habitacional, rural e de infraestrutura.

7 Diferença entre as taxas de juros de captação de recursos e aplicação em operações de empréstimos das instituições financeiras.

Gráfico 2 - Evolução do Spread médio das operações de crédito - Total (2012 – 2014)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SGS do BCB.

Em relação aos créditos destinados a pessoas físicas, conforme apresentado nos dados do BCB, a taxa média de juros cobrada no período de dezembro de 2014, foi de 30,7%, representando um crescimento de 1,6 p.p., em relação ao mesmo mês do período anterior, conforme verificado no gráfico 3. Levando em conta somente as operações com recurso livres (gráfico 4), o custo médio elevou-se em 5,6 p.p, situando-se em 49,6%, representado, sobretudo, pelas elevações decorrentes do crédito pessoal não consignado, que aumentou 15,8 p.p, do cartão de crédito rotativo, elevando-se em 18,8 p.p,e, por fim, do cheque especial, onde houve um aumento de 52,9 p.p. Já para os financiamentos às famílias com recursos direcionados (gráfico 4), o custo médio alcançou 7,9%, após uma escalada de 0,3 p.p, resultante de elevações nas taxas de juros dos segmentos rural e imobiliário.

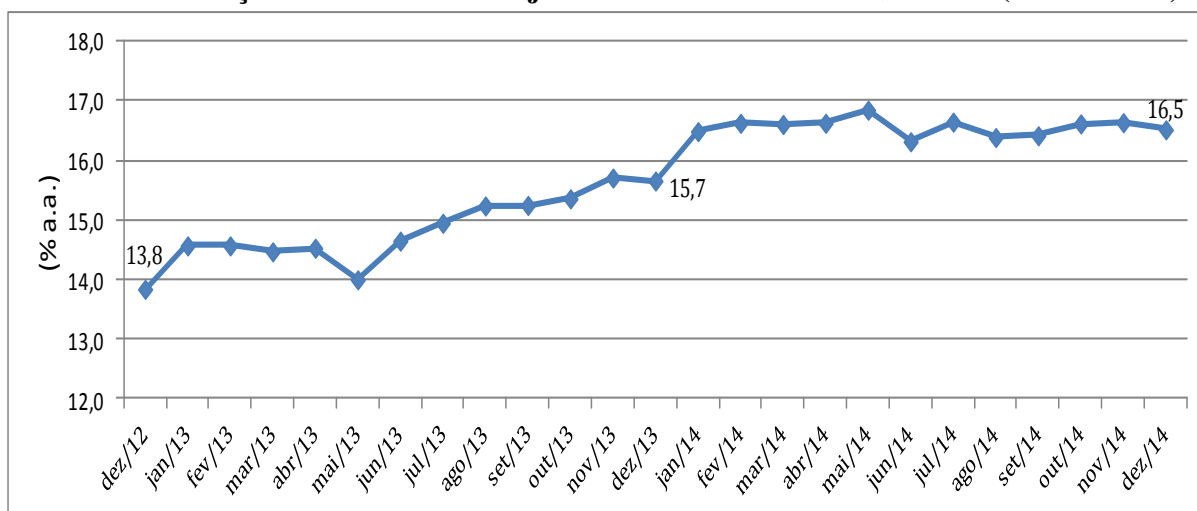
Gráfico 3 – Evolução da taxa média de juros do crédito – Pessoa Física (2012 – 2014)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SGS do BCB.

Gráfico 4 - Taxas de juros – Crédito às pessoas físicas

Fonte: BCB (2014, p.10).

Em análise aos empréstimos concedidos às firmas, percebe-se um aumento da taxa média de juros de 0,8 p.p., fixando-se à taxa em 16,5% em dezembro de 2014, conforme apresentado no gráfico 5.

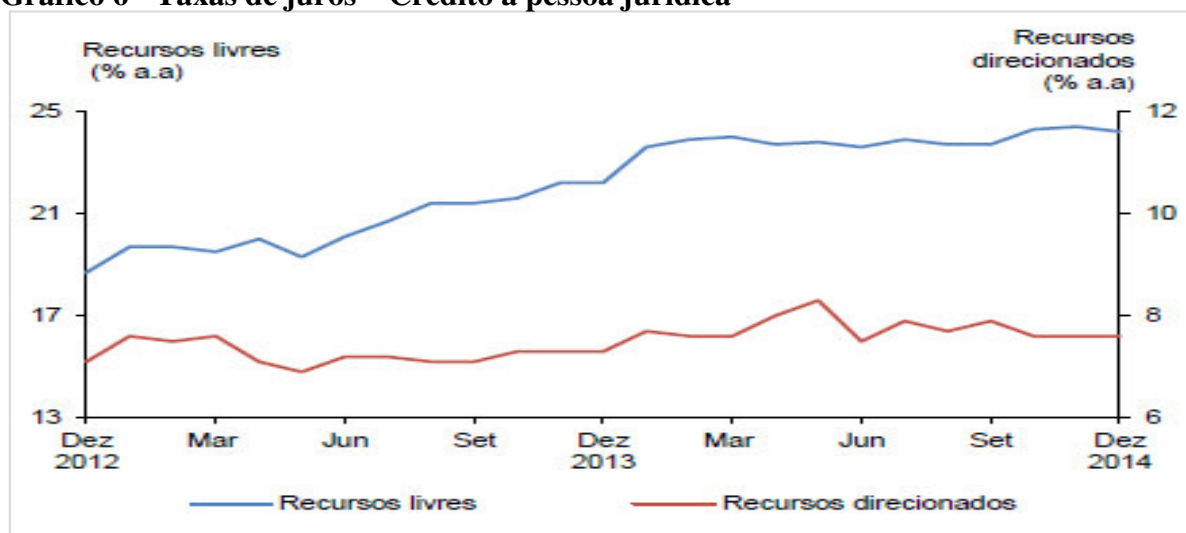
Gráfico 5 - Evolução da taxa média de juros do crédito – Pessoa Jurídica (2012 – 2014)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SGS do BCB.

Para o segmento de recursos livres (gráfico 6), o custo médio alcançou neste mesmo período, após uma elevação de 2,0 p.p., em relação ao ano anterior, 24,2%, destacando-se neste resultado a alta de 1,8 p.p. acurada nos empréstimos de capital de giro, assim como o acréscimo de 3,5 p.p. na modalidade conta garantida. Levando-se em consideração as operações de recursos direcionados (gráfico 6), houve também um aumento nos juros médios, atingindo em dezembro de 2014 a casa de 7,6%, em face do um aumento

0,3 p.p., com destaque para a ampliação nos custos médios do crédito rural, com taxas reguladas, e das operações com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Gráfico 6 - Taxas de juros – Crédito a pessoa jurídica



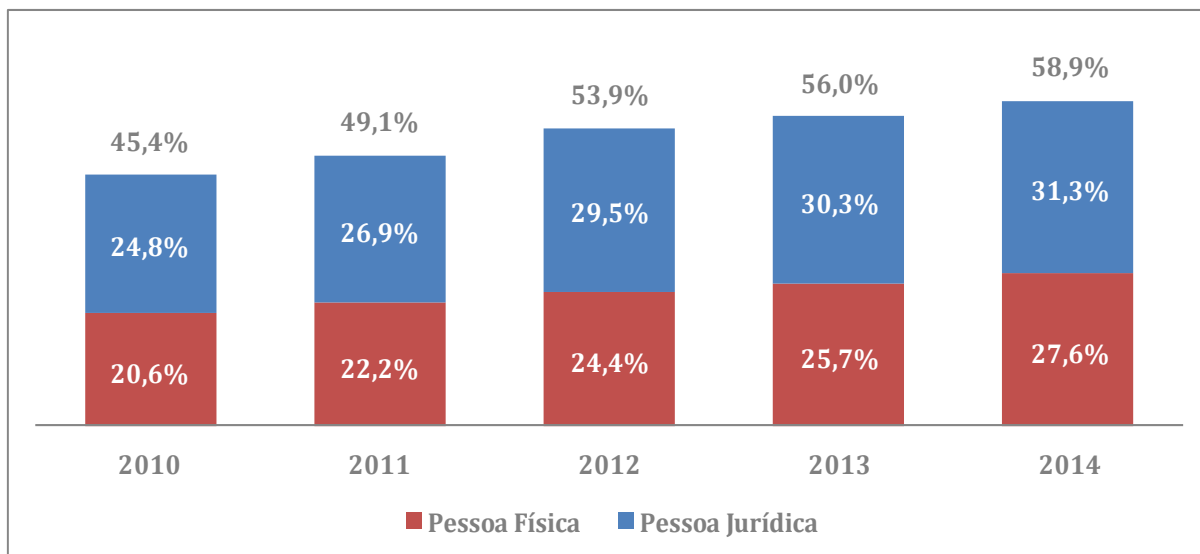
Fonte: BCB (2014, p.10).

Como se pode verificar na tabela 1, o Brasil em relação ao estoque do crédito vem apresentando evolução nos últimos anos, impactando na relação crédito sobre o Produto Interno Bruto (PIB) que atingiu 58,9% em 2014 - ante 56,0%, em 2013, e 53,9%, em 2012, conforme apontado no gráfico 7.

Tabela 1 - Evolução do Crédito (2010-2014)

	R\$ bilhões				
Discriminação	2010	2011	2012	2013	2014
Total	1 712,7	2034,0	2368,3	2711,4	3017,5
Pessoas jurídicas	936,3	1112,9	1294,2	1465,5	1605,7
Recursos livres	502,6	603,8	707,3	764,0	793,8
Direcionados	433,7	509,1	586,9	701,5	811,9
Pessoas físicas	776,4	921,1	1074,1	1245,9	1411,8
Recursos livres	555,2	628,4	689,3	742,8	783,4
Direcionados	221,2	628,4	384,8	503,1	628,4
Participação %:					
Total/PIB	45,4	49,1	53,9	56,0	58,9
Pessoas jurídicas/PIB	24,8	26,9	29,5	30,3	31,3
Pessoas físicas/PIB	20,6	22,2	24,5	25,7	27,6
Recursos livres/PIB	28,1	22,2	31,8	31,1	30,8
Recursos direcionados/PIB	17,4	19,4	22,1	24,9	28,1

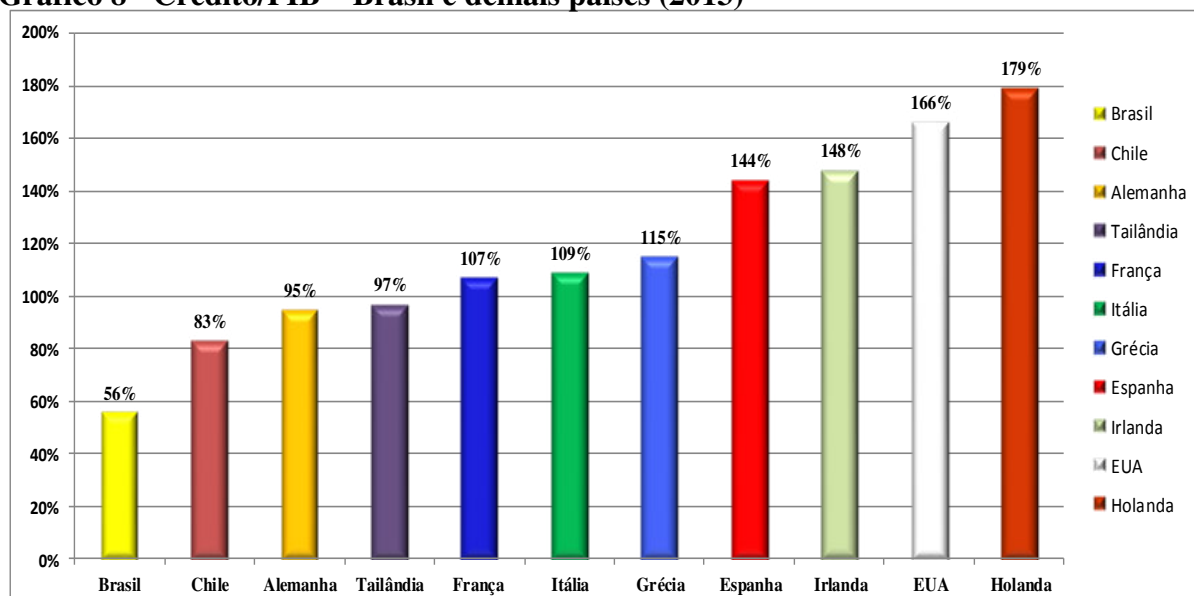
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SGS do BCB.

Gráfico 7 - Evolução do Crédito/PIB no Brasil (2010 – 2014)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SGS do BCB.

No entanto, os resultados recentes obtidos não foram suficientes para alcançar patamares internacionais, conforme constatado no gráfico 8. Observa-se que o Brasil, somente recentemente, começou a lograr de uma relação crédito/PIB superior a 50%, ao passo em que em economias desenvolvidas, tais como Estados Unidos, França, Holanda e Irlanda este percentual supera a casa dos 100% do PIB.

Há de fato uma correlação forte entre o crédito e o PIB, sendo que países com um setor bancário pequeno apresentam níveis inferiores de desenvolvimento (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2005).

Gráfico 8 - Crédito/PIB – Brasil e demais países (2013)

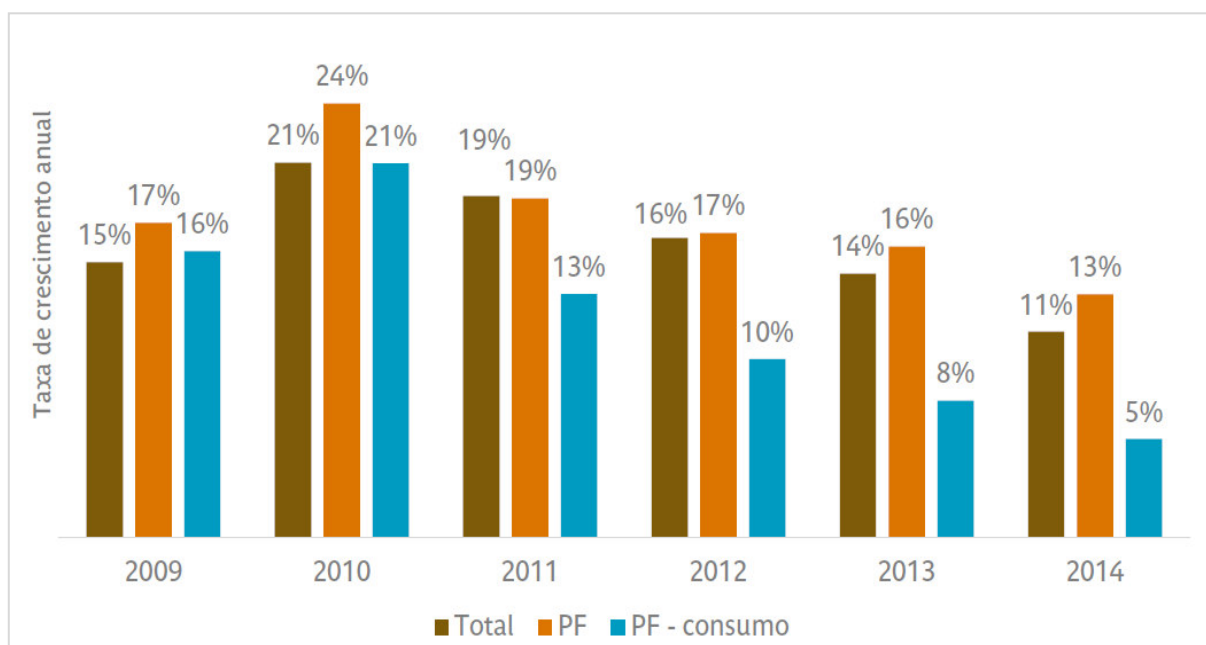
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB e do Banco Centrais dos países selecionados.

Portanto, o Brasil ainda se apresenta como uma economia de restrição de crédito. Apesar, de como foi verificado anteriormente, ter sido verificado uma evolução em termos de estoque de crédito e de o país possuir um sistema financeiro relativamente sofisticado há uma ênfase no empréstimo de curto do prazo e com juros elevados, fazendo com que a capacidade de expansão do crédito seja reduzida.

A razão pela qual o crédito no Brasil encontra-se em patamares menores do que os observados por países desenvolvidos dar-se em função da elevada taxa de juros que acaba desestimulando os investimentos produtivos. Além disso, taxas de juros altas freiam o crescimento econômico e contribuem para elevação dos custos das empresas endividadas, resultando na elevação dos preços de seus produtos e na perda parcial do seu mercado (GALEANO; FEIJÓ, 2010).

No que tange à evolução do crédito nos últimos anos, os principais fatores responsáveis por este crescimento, de acordo com o BCB (2015), foram o desempenho positivo dos indicadores de emprego e renda. Conforme observado no Gráfico 9, até 2010, a retomada da atividade econômica foi acompanhada de uma aceleração da demanda por créditos, especialmente pelas famílias.

Gráfico 9 - Taxa de crescimento anual do crédito

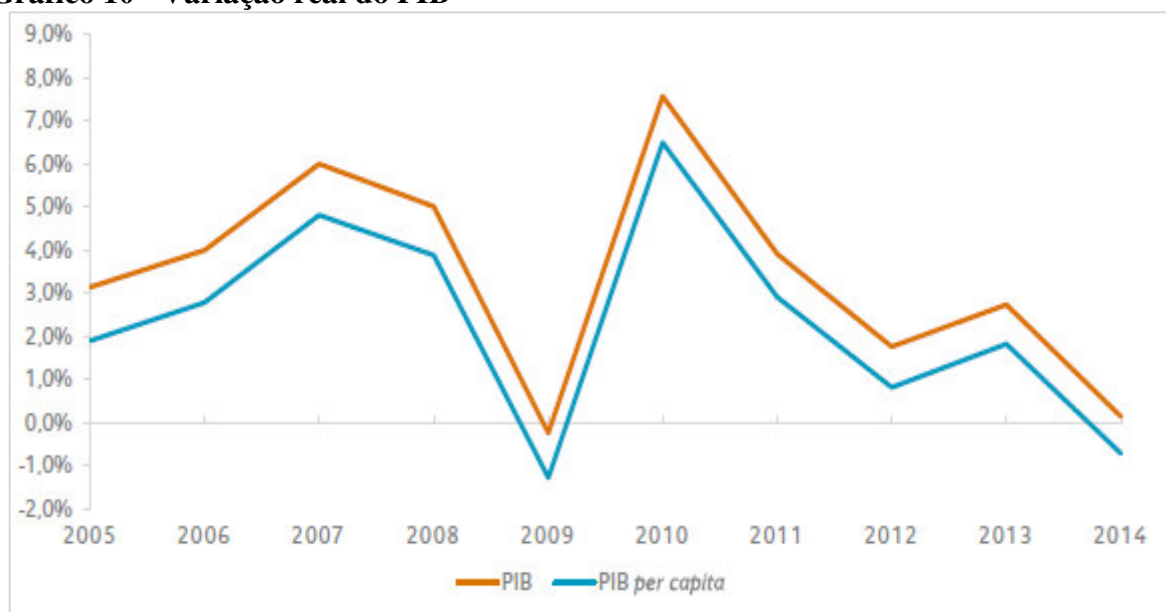


Fonte: BCB (2015, p.78).

Entretanto, a partir daí, com a desaceleração do PIB, conforme nota-se no Gráfico 10, há da mesma forma uma diminuição da taxa de crescimento anual do crédito. Neste mesmo ano, com o fito de fomentar o desenvolvimento sustentável do mercado de crédito,

medidas macroprudenciais foram adotadas pelo Banco Central, na tentativa de minimizar as contratações de maior risco, o que resultou no processo de retirada dos incentivos adotados durante a crise de 2008. Paralelamente, as instituições financeiras trataram de adotar critérios cautelosos de concessão de crédito. Por conseguinte, os ciclos de elevada taxa básica de juros (até agosto de 2011 a partir de abril de 2013) concorreram para moderação da demanda por crédito, culminado no arrefecimento da expansão do crédito, a partir de 2011.

Gráfico 10 - Variação real do PIB



Fonte: BCB (2015, p.77).

Além do custo do crédito do Brasil ser elevado, as dificuldades de financiamento decorrem ainda das restrições de acesso ao crédito. Nesta ótica, Abramovay e Carvalho (2004) observam duas razões pelos quais essa situação limita a capacidade de crescimento das empresas: por não disporem de acesso a serviços financeiros à altura de suas necessidades e, para aquelas possuem relações permanentes com os bancos, por transmitirem parcela significativa de sua renda ao setor financeiro na rolagem de suas dívidas, tendo em vista as elevadas taxas de juros cobradas.

Na visão de Neri e Giovanni:

A obtenção de crédito, em geral, é feita a partir de garantias oferecidas pelas pessoas em busca de um empréstimo. Como vivemos num país grande, heterogêneo e desigual, essa forma de acesso a crédito está restrita a grupos específicos, e produtores pobres têm dificuldade em obtê-lo.

A dificuldade de acesso a crédito para os pobres pode ser explicada pela falta de ativos que teriam a oferecer e pela qualidade destes ativos. Como o acesso à propriedade para os pobres não está bem definido, o acesso a crédito pode ficar restrito mesmo àqueles que possuem ativos. Entretanto, o problema não fica restrito

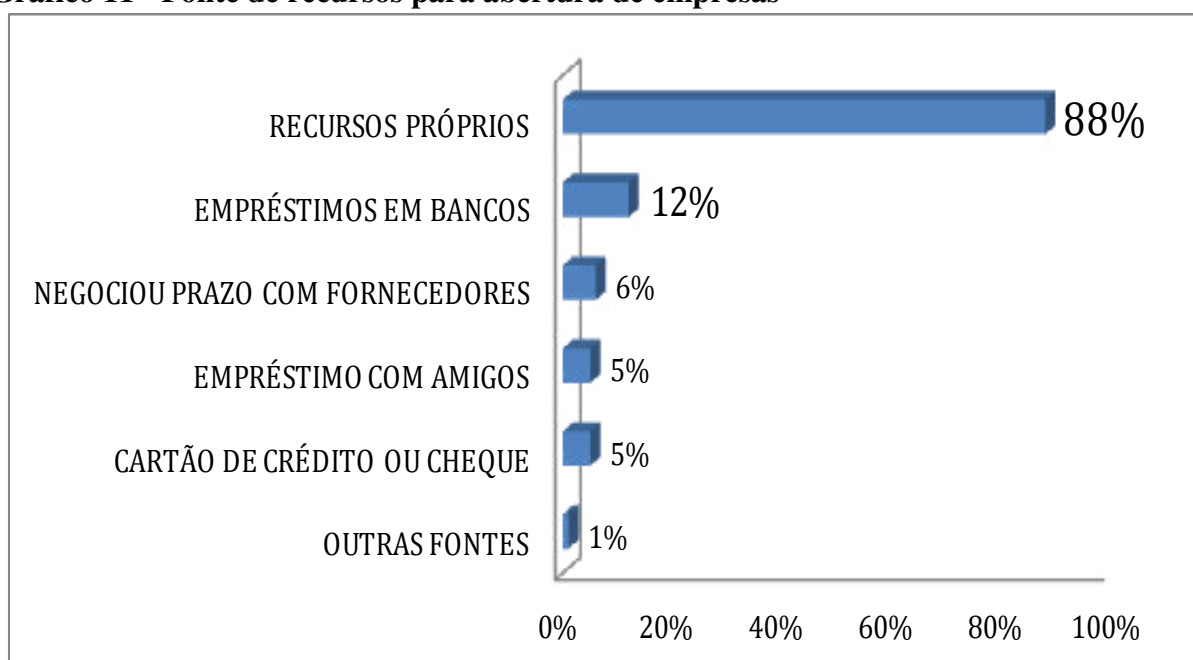
aos ativos; o fato de possuírem uma renda baixa e instável também pode prejudicar o acesso a crédito (NERI; GIOVANINI, 2005, p.643).

O acesso ao crédito é uma das mais importantes ferramentas ao desenvolvimento econômico de um país. Sem a obtenção de recursos as empresas diminuem sua capacidade produtiva e de investimento, reduzem os patamares de faturamento e de geração de emprego e renda (STIGLITZ; WEISS, 1981).

Os recursos necessários para a realização dos planos de gastos pelos os agentes econômicos são oriundos do crédito. É por meio deste que as famílias podem aumentar o seu consumo (normalmente restringido pela renda) e as empresas conseguem investir produtivamente, sem a necessidade de dispor da totalidade do aporte necessário para o investimento. A concessão de crédito é um instrumento eficaz para o crescimento econômico de um país, pois contribui para elevar a demanda efetiva da economia e, conseqüentemente, aumentar o volume da produção e do emprego (COUTO; TRINTIM, 2012).

Em recente pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), junto a empresas constituídas no estado de São Paulo, foi demonstrado, conforme disposto no gráfico 11, que 88% das empresas entrevistadas contaram basicamente com recursos próprios ou da família para iniciarem os seus negócios. E para o mesmo fim, apenas 12% lograram êxitos na consecução de crédito junto às instituições bancárias.

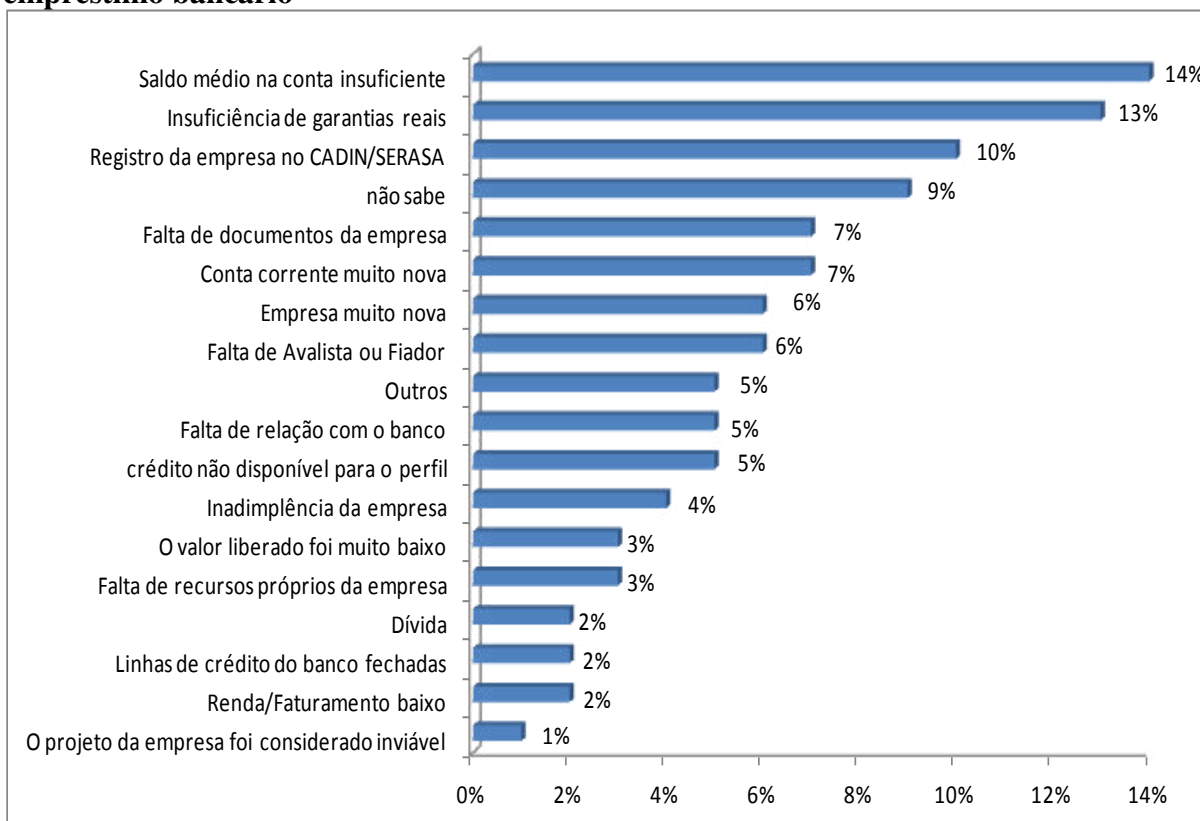
Gráfico 11 - Fonte de recursos para abertura de empresas



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SEBRAE (2014a).

Em outra pesquisa realizada pelo SEBRAE quanto ao financiamento dos pequenos negócios, conforme demonstrado no gráfico 12, a maioria dos entrevistados relatou que as principais razões dadas pelos bancos para não aprovação de pedidos de empréstimos foram a existência de conta insuficiente e a não disposição de garantias reais.

Gráfico 12 - Razão dada pelos bancos às empresas para não aprovação dos pedidos de empréstimo bancário



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SEBRAE (2014b).

Assim, restam demonstrados que aqueles que desejam constituir empresas encontram dificuldades na obtenção de recursos junto aos bancos, sobretudo os pequenos empreendedores que não possuem ativos e/ou garantias. Nesta conjuntura de acesso restrito a empréstimos bancários, as empresas buscam em última instância, o financiamento do investimento por outras vias, como, por exemplo, através da utilização dos recursos próprios, que permitem, de certa forma, um dinamismo e uma possibilidade de crescimento, porém de forma mais contraída do que se houvesse a participação creditícia.

De acordo com Abramovay (2004) o acesso ao sistema bancário formal representa de fato um custo elevado, o que leva os pequenos negociantes a decidirem por modalidades informais de prestação de serviços financeiros. Assim, os mais pobres só conseguem reproduzir-se porque se apoiam na força das finanças informais.

Segundo Keynes, determinados agentes econômicos, embora dispostos a pagar a taxa de juros vigente no mercado, não logram de acesso ao crédito, tendo em vista que o ajuste entre oferta e demanda no mercado de crédito se dá pela restrição da quantidade, ou seja, com os bancos promovendo limitações no acesso ao crédito. Nessas circunstâncias, os “insatisfeitos” constituem um excesso de demanda de crédito à taxa de juros vigente (MAIA, 2009).

Diante deste cenário, as instituições financeiras em vista do risco do crédito e da oferta reprimida adotam procedimentos definidores das concessões do crédito. Alguns destes procedimentos serão analisados na próxima seção deste trabalho.

2.1.3 Análise de crédito

Conforme verificado na seção anterior deste capítulo, o Brasil adota uma taxa de juros relativamente elevada e o montante de crédito ainda está aquém do adotado do mercado internacional pelos países desenvolvidos, o que na prática restringe a obtenção efetiva do crédito para determinados setores da economia. Em vista deste panorama, os agentes financeiros utilizam-se de informações qualificadas para identificar os riscos nas situações de empréstimo, avaliar capacidade de pagamento do tomador e proceder com as recomendações relativas à melhor estruturação e tipo de empréstimo a conceder. Esta análise de crédito refere-se ao processo de decidir se o crédito será ou não concedido a certos clientes e envolve coletar informações relevantes e determinar o risco de crédito.

Quando se vende espera-se receber o dinheiro oriundo da transação, assim como quando se compra espera-se receber o produto. De nada adianta um contrato se na data acordada não há o recebimento pela venda ou não há a entrega da mercadoria (CENTA, 2014).

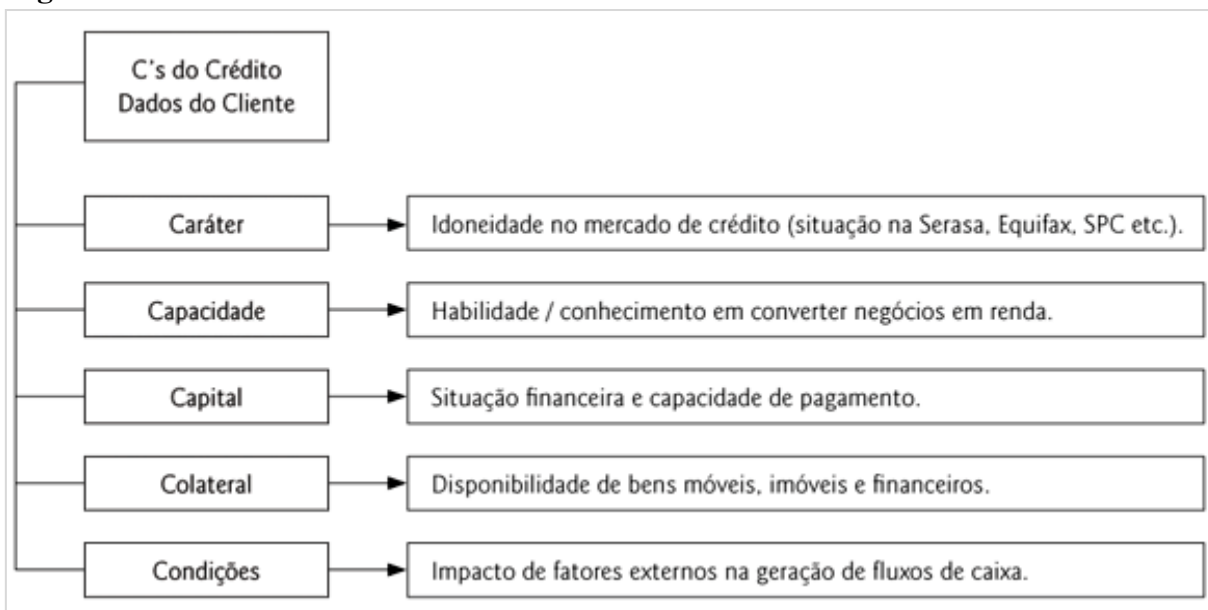
Para Schrickel (2000) quando alguém empresta algo, indistintamente, é feita uma análise e decisão de crédito, mesmo por poucos segundos, sem utilizar de qualquer critério tido como mais técnico ou intuitivamente. Qualquer que seja, afinal, a decisão, este é um inequívoco processo de crédito, mesmo que simples e descomplicado.

Portanto, quem concede o crédito se depara com a promessa de pagamento, porém tem conhecimento que está sujeito ao risco de o tomador não honrar com seus compromissos, seja por fatores morais ou financeiros. Diante de uma taxa de juros elevada e de uma oferta de crédito somenos à demanda, é natural que as instituições bancárias recorram à análise de crédito, em primeira instância, na tentativa de escolher àqueles mutuários capazes de assumir

com as suas obrigações.

Destarte, a fim de minimizar o risco da concessão de crédito a quem não dispõe de recursos suficientes, as instituições do mercado financeiro, ao realizarem suas análises, utilizam comumente neste processo os chamados “C’s” do crédito, conforme ilustrado na figura 1 e que serão pormenorizados nas próximas subseções.

Figura 1 - C’s do crédito



Fonte: (SANTOS, 2000).

2.1.3.1 Os C's do crédito

As informações necessárias para as diretrizes tradicionais e subjetivas da capacidade financeira dos tomadores de créditos são usualmente conhecidos como “C’s” do crédito: caráter, capacidade, capital, colateral e condições. Estes são os fatores utilizados na avaliação do risco do crédito.

Analisando o potencial do devedor sob a ótica dos "C" do crédito, estar-se-á tendo uma base primária para decisão de concessão de crédito, que compreende a avaliação de seu caráter, sua capacidade, seu capital, suas condições, seu colateral e seu conglomerado. (Baraldi, 1990, p.5).

Os C's do crédito permitem fornecer uma visão da complexidade que uma avaliação de crédito requer e é primordial para liberação de uma linha de crédito, tanto no que tange à precificação do empréstimo quanto na classificação de risco (BLATT, 1999).

O processo de análise desses fatores tradicionais de avaliação é desenvolvido com

fulcro na experiência que se tem com o cliente e, também, baseado em uma série de informações e indicadores a serem coletados com o proponente do crédito e no próprio mercado, visando subsidiar a decisão (ASSAF NETO, 2006).

2.1.3.1.1 Caráter

Ross, Westerfield e Jordan (2010, p. 451) definem o caráter em breves palavras como a “disposição do cliente para saldar seus compromissos de crédito”.

Neste prisma, refere-se ao histórico do cliente no cumprimento das obrigações assumidas. A constatação de descumprimento deve trazer impactos na avaliação do seu caráter. A existência de títulos protestados pode evidenciar uma possível dificuldade financeira do tomador, fato que deve influenciar a decisão sobre a concessão do crédito (LEMES JÚNOR; RIGO; CHEROBIM, 2005).

Segundo Blatt (1999, p.43) “o caráter faz menção ao risco moral, ou seja, a intenção ou a determinação do cliente de honrar ou não seus compromissos assumidos”.

Nestes termos, o caráter está relacionado à índole do tomador do empréstimo frente à sua capacidade em pagar o financiamento, sendo verificado o histórico do pretendente em relação aos seus financiamentos anteriores. Durante a análise, há a possibilidade de análise da inscrição do proponente em cadastro de órgãos de restrição ao crédito, bem como em cartórios e ainda verificar se existem ações judiciais contra a empresa ou seus sócios.

2.1.3.1.2 Capacidade

Nas perspectivas de Ross, Westerfield e Jordan (2010, p. 451) a análise da Capacidade trata das “possibilidades com que conta o cliente para saldar seus compromissos usando os fluxos de caixas gerados por suas operações”.

Destarte, a Capacidade leva em consideração os ganhos ou o desempenho operacional e financeiro do cliente, a fim de verificar se a geração de recursos obtida permitirá o pagamento do compromisso pretendido. No caso de pessoas jurídicas são verificados os índices contábeis e para pessoas físicas são apuradas as comprovações de rendimentos e a relação de compromissos assumidos (LEMES JÚNOR; RIGO; CHEROBIM, 2005).

Em suma, esta análise consiste em verificar o quanto o cliente suporta de endividamento sem que possa prejudicar o pagamento do crédito.

2.1.3.1.3 Capital

O estudo do Capital representa o potencial financeiro do proponente ao crédito, face à sua posição patrimonial.

Preocupa-se, com o comprometimento do patrimônio líquido com valores exigíveis da empresa e os respectivos índices de lucratividade. Para as pessoas físicas, a indicação da existência de comprometimento de seus ganhos com prestações mensais, aluguéis, consórcios etc. pode mostrar insuficiência de recursos para pagamento do crédito pretendido (LEMES JÚNOR; RIGO; CHEROBIM, 2005, p. 359).

O capital, que busca medir a situação financeira, econômica e patrimonial, leva em consideração nesta análise os seguintes fatores: a composição dos recursos (quantitativamente e qualitativa), onde são aplicados e como são financiados (SANTOS, 2000).

No caso de pessoas físicas, a avaliação do capital ocorre levando em consideração renda mensal do pretendente, haja vista a dificuldade de se evidenciar o capital para este ente (SCHRICKEL, 2000).

Nesta etapa é dada atenção especial aos índices de endividamento, liquidez corrente e de cobertura de juros (WESTON; BRIGHAN, 2004).

Em suma, a apreciação desta análise requer a verificação da dívida do requerente, bem como a verificação das demonstrações financeiras, através dos principais índices contábeis das empresas.

2.1.3.1.4 Colateral

Também chamado de garantia, são “ativos oferecidos pelo cliente como garantia em caso de inadimplência” (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2010, p. 451).

Leva em consideração o que o cliente pode ofertar como garantia (real ou não) ou ainda se o cliente pode arcar com o valor exigido para a transação por meio da posse de bens e outros recursos (LEMES JÚNOR; RIGO; CHEROBIM, 2005).

Neste sentido, a chance de a instituição financeira reaver o crédito fornecido se torna maior quanto maior for o montante e qualidade dos ativos do proponente.

A exigência de garantias tem o intuito de contrabalançar (ou apenas atenuar) os impactos negativos que por ventura ocorram em um dos três C's: capacidade, capital e condições (SCHRICKEL, 2000).

Esta análise constitui-se como um dos grandes óbices à obtenção do crédito à população de baixa renda e ao pequeno empresário, posto que estes agentes não dispõem da garantia exigida pelas instituições bancárias tradicionais.

2.1.3.1.5 Condições

As condições dizem respeito ao cenário em que tomador do empréstimo se insere. No caso de empresas, o cenário relaciona-se com seu ramo de atividade e a economia de modo geral (SCHRICKEL, 2000).

Em uma visão mais abrangente as condições avaliam:

O grau de exposição aos possíveis efeitos de ocorrências exógenas sobre a capacidade do cliente para pagar suas dívidas, como por exemplo influências de variação no nível da atividade econômica, agressividade da concorrência etc. no caso de pessoa física, é importante considerar de que modo os ganhos estão condicionados às variações da atividade econômica, nível de emprego, estabilidade no emprego etc (LEMES JÚNOR; RIGO; CHEROBIM, 2005, p. 359).

Segundo Santos, esta análise é relevante para se mensurar o risco total do crédito:

Está associada com a análise do impacto de fatores sistemáticos ou externos sobre a fonte primária de pagamento (renda ou receita). A atenção nessa informação é de extrema importância para a determinação do risco total de crédito, uma vez que, dependendo da gravidade do fator sistemático – exemplos típicos de situação recessiva com aumento nas taxas de desemprego -, o banco poderá enfrentar grandes dificuldades para receber os créditos (SANTOS, 2000, p. 47).

As empresas diante de um cenário econômico de imprevisibilidades são afetadas por diversas formas, o que, por certo, repercute nas transações de crédito. Outro ponto importante a ser destacado é a sazonalidade do mercado, a exemplo do que ocorrem com os produtos agrícolas onde determinados cultivos não apresentam um padrão de colheita ao longo do ano.

Nesta senda, as condições econômicas são fatores que são constantemente levados em consideração na avaliação de concessão de crédito.

2.1.3.2 A teoria da Informação Assimétrica

As restrições do crédito verificadas nas seções anteriores deste trabalho podem ser explicadas ainda pela ótica da teoria da assimetria da informação, cuja abordagem foi elaborada, na década de 70, pelos economistas George Akerlof, Michael Spence e Joseph

Stiglitz.

Essa assimetria da informação, como o próprio nome já dá uma pista, ocorre quando uma das partes envolvidas em um processo de negociação detém mais conhecimento em relação à outra. Esta problemática reside no fato das transações ocorrerem em um ambiente de alta complexidade, onde os indivíduos possuem limitações em relação às diversas informações inseridas neste universo. Este cenário de incerteza motiva, em alguns casos, o possuidor de informação privilegiada a obter vantagem sobre aquele detentor da informação mais frágil.

Para Vasconcellos (2006) os problemas resultantes da informação assimétrica decorrem quando a parte detentora na informação, chamado de “agente”, tenta tirar proveito da transação da parte menos informada denominada de “principal”.

Sendo isto, é bastante comum a sua ocorrência no mercado de crédito, tendo em vista que o tomador de empréstimo possui mais conhecimento acerca da sua situação financeira do que o prestamista e, em consequência, da sua capacidade em honrar o pagamento do financiamento. Esta desinformação pelas instituições financeiras em relação ao postulante ao crédito acaba repercutindo no estoque de crédito e nos *spreads* adotados pelos bancos.

De acordo com Braga e Toneto Jr (2000), nos países em desenvolvimento os problemas decorrentes da informação assimétrica fazem com que as instituições financeiras adotem uma postura mais conservadora em relação ao crédito, o que acaba resultando na exclusão do acesso creditício para determinados setores da economia, a exemplo da população de baixa renda, os setores informais, as empresas recentes e os micros e pequenos empresários.

Para Carvalho *et al* (2007) os emprestadores possuem dificuldade em julgar se os projetos pleiteados são bons ou ruins, ou seja, de verificar se estes projetos são rentáveis ou se há um baixo ou alto risco de inadimplência.

Diante desta configuração, dois problemas resultantes da assimetria de informações podem surgir: Seleção Adversa e Risco Moral.

2.1.3.2.1 Seleção adversa

É um problema ocorrido antes de o empréstimo ser concedido. Considerando um caso hipotético onde os bancos por falta de conhecimento em relação aos riscos dos projetos adotassem uma política de concessão de empréstimos a altas taxas. Neste caso, o problema da

seleção adversa ocorreria levando em consideração que, nesta situação, somente os investidores com riscos elevados e, em consequência, com retornos esperados elevados, se sentiriam motivados a tomar os empréstimos (CARVALHO *et al*, 2007).

De acordo Mishkin (2000) os maus tomadores são os maiores demandantes dos empréstimos. Como estes agentes não estão preocupados com inadimplência, quanto mais empréstimos conseguirem obter melhor. Assim, este problema da seleção adversa dá uma probabilidade maior de que os empréstimos sejam concedidos a projetos que possuem um mau risco de crédito, o que faz com que os emprestadores decidam por não conceder empréstimos ainda que possuam bons riscos de crédito.

Para Pindyck e Rubinfeld (2006) a seleção adversa advém da igualdade dos preços face à distinção da qualidade dos produtos. No mercado de crédito esse problema acarreta a seguinte situação:

Em comparação com os tomadores de empréstimo de alta qualidade, os de baixa qualidade estão mais propensos a desejar crédito, o que acaba elevando a taxa de juros, o que aumenta o número de tomadores de empréstimo de baixa qualidade, o que, mais uma vez, força um aumento da taxa de juros, a assim por diante” (PINDYCK; RUBINFELD, 2006, p. 533).

O problema da seleção adversa neste tipo de mercado pode suscitar que alguém que deseja emprestar dinheiro o faça selecionando o mau pagador, posto que há uma dificuldade relativamente alta de diferenciação entre este e o bom pagador (VASCONCELLOS, 2006).

2.1.3.2.2 Risco moral

Este problema ocorre após a concessão do empréstimo. Refere-se à possibilidade do tomador do empréstimo utilizar os recursos obtidos em projetos alheios aos projetos apresentados durante a fase de análise. (CARVALHO *et al*, 2007).

Para Hillbrecht (1999) há uma possibilidade de uma das partes envolvidas não honrar com o contrato, em razão de má administração ou mesmo por questões de caráter. Nas instituições bancárias o risco moral caracteriza-se quando o tomador do empréstimo utiliza os recursos financeiros para fins diversos, como por exemplo, fazer uso do empréstimo para pagamento de dívidas trabalhistas quando o escopo previa a aquisição de maquinário.

De acordo com Vasconcellos (2006), no caso do mercado de crédito, o tomador do empréstimo pode agir de forma não desejada (desvio de recursos, não utilização adequada

do empréstimo no projeto financiado etc.) e sem o monitoramento do credor, comprometendo com estas ações o pagamento do empréstimo.

Este monitoramento do comportamento dos agentes se torna inviável na medida em que os custos resultantes desta atividade poderiam inviabilizar as transações (MISHKIN, 2000).

2.1.3.2.3 Conclusão sintética

Em apertada síntese, conclui-se que assimetria da informação, por meio da seleção adversa e do risco moral, traz prejuízos ao mercado de crédito, posto que estes problemas acarretam a elevação dos custos de transação, através da elevação da taxa de juros do empréstimo e o racionamento do crédito, repercutindo negativamente inclusive para os bons pagadores.

De acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2006) essa elevação ocorrida na taxa de juros ocasiona à piora na qualidade dos tomadores, podendo reduzir o retorno das instituições pelo maior grau de inadimplência.

Destarte, considerando que a informação assimétrica pode ocasionar o racionamento do crédito a atuação das instituições financeiras é relevante no sentido de mitigar a seleção adversa e o risco moral e, em consequência, proporcionar a eficiência alocativa dos recursos financeiros, ou seja, é necessária a busca por mecanismos que permitem a redução e as consequências dessas assimetrias, através da qualidade na informação entre principal e agente, pois, de outro modo, o acesso ao crédito será prejudicado pelos problemas resultantes da assimetria da informação.

De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006) uma das possíveis soluções para o problema da seleção adversa é a sinalização de mercado, onde há o envio de sinais por parte do agente, transmitindo informações precisas acerca dos projetos ou da qualidade dos produtos. Pinto e Jr. e Pires (2000) citam ainda o mecanismo chamado de “varredura”, onde nesta situação cabe à outra parte buscar informações (os que desejam informações fornecem incentivos de modo a atrair apenas aqueles que possuem a informação desejada) acerca do cliente.

Em relação ao risco moral, Pinto e Jr. e Pires (2000) estabelecem três possíveis mecanismos de defesas:

- a) monitoramento. Espécie de monitoramento das condições de execução do contrato, o que torna possível a percepção de comportamentos inapropriados

mesmo antes deles ocorrerem;

- b) contratos de incentivo. Mecanismos contratuais que buscam incentivar os comportamentos positivos, ou seja, buscam realizar a convergência entre os comportamentos (alinhamento de incentivos) visando eliminar o risco moral; e;
- c) *Joint-ventures*. Implica a posse conjunta dos ativos; está relacionado a algum grau de integração entre as partes e a finalidade é reduzir o risco de *free-riding*⁸, que é um comportamento oportunista.

2.2 MICROCRÉDITO

Esta seção, baseado na literatura existente, tratará do conceito de microcrédito e sua correlação com a microfinanças, seu contexto histórico em termos mundiais e nacionais, as modalidades das instituições de microcrédito, bem como suas características básicas.

2.2.1 Definições e sua correlação com a microfinanças

É importante frisar que o termo microcrédito, apesar da própria etimologia da palavra nortear a sua ideia central, possui diferentes definições. Para Gulli⁹ (1998, apud NERI 2008, p.29) o microcrédito “consiste em serviços financeiros de pequena escala, isto é, que envolvam valores baixos”. Por outro lado, Schreiner¹⁰ (2001, apud NERI 2008,) não leva em consideração o valor concedido, mas sim a renda a quem se destina. Nessa perspectiva, o microcrédito seria caracterizado pelo crédito concedido a pessoas de baixa renda. Neri (2008) então faz a conjunção destas duas definições e designa o microcrédito como sendo os empréstimos de baixo valor concedido a pessoas de baixa renda.

Barone *et al* (2002) seguem também essa mesma linha, acrescentando a figura das pessoas jurídicas, conforme se vê:

Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um

⁸ O problema do *free-riding* (carona) ocorre quando um ou mais agentes econômicos usufruem de determinado benefício proveniente de um bem, sem que tenha havido a contribuição para obtenção de tal, ou seja, consomem mais do que a parcela justa de recursos.

⁹ GULLI, H. *Microfinance and poverty: questioning the conventional wisdom*. Washington D.C.: Inter-American Development Bank, 1998.

¹⁰ SCHREINER, M. *Informal finance and the design of microfinance*. *Development in Practice*, v. 11, n. 5, p. 637-640, 2001.

crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica (BARONE *et al.*, 2002, p.11).

Por outro lado, Parente (2002, p.16) considera que o conceito de microcrédito vai além dos valores envolvidos, sendo caracterizado principalmente em relação ao seu propósito e ao público alvo a que se destina o crédito: “o conceito de microcrédito não se esgota na noção de valor. Ele carrega um conjunto de atributos relativos à forma como o crédito é concedido e restituído, à finalidade do empréstimo e ao público apto a figurar como tomador”.

Para Yunus (2001), a maior referência mundial atualmente neste assunto, o microcrédito é conceituado como sendo a concessão de empréstimo de pequeno valor aos mais pobres, porém sem a exigência de garantias reais, a fim de apoiar os negócios geradores de renda, tirando-os da pobreza. De acordo com o autor, a exigência de garantias é um dos grandes entraves à obtenção do crédito pelos mais pobres.

Ante a ausência de uma definição regulatória do microcrédito, o Conselho Monetário Nacional (CMN), através da Resolução nº 4.152/12, definiu o microcrédito como sendo a “operação de crédito realizada com empreendedor urbano ou rural, pessoa natural ou jurídica, independentemente da fonte dos recursos [...]”.

Sobrinho e Soares (2008) conceituam o microcrédito o qualificando como sendo um ramo da microfinanças:

[...] a atividade de microcrédito é definida como aquela que, no contexto das microfinanças, se dedica a prestar esses serviços **exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras** de pequeno porte, diferenciando-se dos demais tipos de atividade microfinanceira também pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais. É entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela importância para as políticas públicas de superação da pobreza e também pela geração de trabalho e renda (SOBRINHO; SOARES, 2008, p. 24).

A microfinanças, como indicou Sobrinho e Soares (2008), apesar da aparente analogia como o microcrédito, trata, no entanto, de uma abordagem mais ampla, pois engloba além desse, outros serviços financeiros diversos, tais como: micropoupanças, microseguros, crédito imobiliário e remessas de imigrantes etc.

Em relação ainda a essa atividade, estes autores definiram como sendo a:

[...] prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. Nessa linha, entidades ou IMFs são entendidas como aquelas pertencentes ao mercado microfinanceiro, especializadas em prestar esses serviços, constituídas na forma de Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse

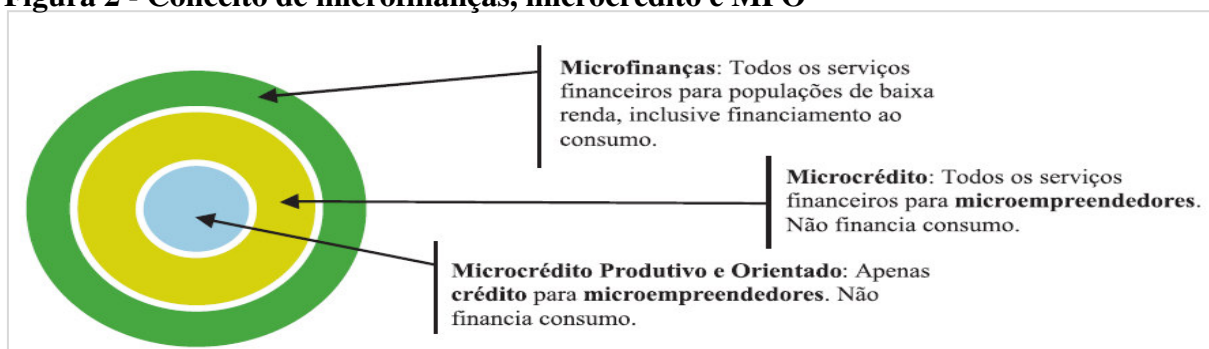
Público (Oscips), cooperativas de crédito, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMs), fundos públicos, além de bancos comerciais públicos e privados (principalmente por meio de correspondentes no País e de carteiras especializadas) (SOBRINHO; SOARES, 2008, p. 23-24).

Assim, nestes termos, o microcrédito e a microfinanças possuem a mesma finalidade, porém se diferenciam pela amplitude, sendo o microcrédito um dos componentes da microfinanças.

O governo Federal trouxe ainda à baila, através da Lei Federal nº 11.110, de 25 de abril de 2015, que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), o conceito do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), metodologia adotada no programa, sendo considerado o empréstimo destinado a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, por intermédio da figura de um agente de crédito responsável pelo levantamento socioeconômico e pela prestação de orientação educativa sobre o planejamento do negócio.

A diferença entre estes três conceitos pode ser mais bem visualizada pela simplificação ilustrada na figura 2 a seguir:

Figura 2 - Conceito de microfinanças, microcrédito e MPO



Fonte: (SOBRINHO; SOARES, 2008, p. 25).

Como se observou, apesar de algumas concepções se aproximarem, não se verifica na literatura uma unanimidade conceitual. Portanto, de modo geral, será utilizada a ideia central dos conceitos aqui abordados, sendo considerado neste trabalho a concepção do microcrédito nos termos do MPO, ou seja, como sendo a oferta de créditos de baixo valor para empreendedores populares, sejam eles formais ou informais, através do acompanhamento dos beneficiários. Esta metodologia é a mais utilizada nos programas de microcrédito atuais, inclusive pelos bancos privados.

2.2.2 Breve contexto histórico

Um dos primeiros resgates históricos do microcrédito que se tem notícia ocorreu já no século XV, na Inglaterra, através de fundos de caridade, de empréstimos de baixo valor a taxas de juros reduzidas (HOLLIS; SWEETMAN¹¹, 1998 APUD LIMA, 2009).

No início do século XVIII, o escritor Jonathan Swift tomou a iniciativa de estabelecer um fundo de 500 libras para empréstimos a *poor industrious tradesmen*. Este valor era emprestado sem juros e saldado em pagamentos semanais, sendo mantida a adimplência dos pagamentos por meio de avais¹² assumidos por dois vizinhos. Essa experiência foi difundida ao longo do mesmo século e no início do século XIX, a exemplo da criação do fundo irlandês de pequenos empréstimos, chamado de *Irish Reproductive Loan Fund Institution*, com base em um capital de 55 mil libras, provido por um comitê londrino de assistência aos pobres (ARAÚJO; LIMA, 2014).

Na Alemanha, no século XIX, as primeiras cooperativas de crédito surgiram inspirando a criação de institutos similares em outras partes do mundo (HOLLIS; SWEETMAN, 1998 APUD LIMA, 2009).

Essa cooperativa de crédito na Alemanha, caracterizada pelo fornecimento de garantia de empréstimos concedida pelos ricos aos mais pobres, evoluiu por meio da política adotada em 1846 por Friedrich W. Raiffeinsen, pastor e prefeito da cidade de Flammersfield, que decidiu, após a ocorrência de um inverno rigoroso na cidade, que resultou no endividamento dos fazendeiros locais os deixando reféns de agiotas, prover farinha de trigo à comunidade, de modo a evitar o cerceamento da produtividade da região e permitir a obtenção de recursos. Após, foi criada então a Associação do Pão, predecessora da cooperativa, que rendeu, através dos recursos gerados, estoques de sementes de batata adquiridas a preços baixos, por intermediação direta de Raiffeinsen. Essa semente foi fornecida aos fazendeiros a título de crédito, tendo sido pago o empréstimo após a colheita das sementes (TANNURI, 2000).

Em 1990, no Canadá, o jornalista da Assembleia Legislativa de Quebec, Alphonse Desjardins, cuja preocupação com a questão do acesso ao crédito aos menos favorecidos era conhecida, resolveu criar um projeto chamado de *Caisses Populaires*, cuja proposta reside na

¹¹ HOLLIS, A.; SWEETMAN, A. Microcredit: what can we learn from the past? World Development Elsevier Science, v. 26, n. 10, p. 1875- 91, mar. 1998.

¹² Percebe-se que não é recente a verificação dos benefícios advindos da metodologia do Aval Solidário, que hoje é amplamente utilizada nos programas de microcrédito.

manutenção, através de depósitos mensais, de um fundo de reserva. Atualmente no Canadá existem cerca de 1.329 *Caisses Populaires* (TANNURI, 2000).

Os primórdios do microcrédito foram verificados ainda nos Estados Unidos, por volta de 1953, onde Walter Krump, presidente de uma metalúrgica, idealizou a criação de um fundo de ajuda participativo, com a ajuda dos próprios operários da fábrica, onde este fundo era destinado ao atendimento de causas imprevistas. Neste sistema, que posteriormente passou a ser chamado de liga de crédito, cada operário interessado era responsável pelo depósito mensal da quantia de um dólar (SILVA¹³, 2005 APUD ALICE; RUPPENTHAL, 2012).

Como verificado, todas as iniciativas anteriores de fomento a concessão de créditos à parcela de desprovida de recursos e as manifestações assistencialistas com a concessão de subsídios, tiveram um caráter regional e eram destinadas a grupos específicos. Foi somente a partir de 1970, com o economista Muhammad Yunus e o seu *Grameen Bank*, que na língua local significa “Banco de Aldeia”, é que o termo microcrédito passou a ganhar destaque, tornando-se esta experiência um marco central como método adotado em todo o mundo.

Além do Banco *Grameen*, destacaram outros programas de microcrédito, a exemplo do Bank Rakyat Indonésia, uma das instituições pioneiras na destinação de serviços financeiros voltados para o público de baixa renda, e a na América Latina, através de uma Organização Não governamental (ONG), sem fins lucrativos, chamada de Promoção e o Desenvolvimento da Microempresa (PRODEM), iniciou-se na Bolívia, em 1986, o Banco Solidarietà S.A. (BANCOSOL). Além desses, podem ser citados ainda a *Asociación Dominicana para el Desarrollo de la Mujer* (ADOPEM) da República Dominicana; Financeira Calpiá em El Salvador; Caja Social na Colômbia; Compartamos no México; MiniBanco no Peru e o CrediAmigo no Brasil (BARONE *et al*, 2002; NERI, 2008).

2.2.2.1 O nascimento do *Grameen Bank*

Muhammad Yunus, então professor de economia da Universidade Estadual do Tennessee, nos Estados Unidos, decidiu, em 1974, voltar à sua terra natal estimulado pela batalha da independência ocorrida em Bangladesh. Em seu retorno, continuou a lecionar, agora na Universidade de Chittagong, vindo a se tornar chefe do departamento de economia dessa Instituição de Ensino Superior. Porém, sua experiência acadêmica em Bangladesh foi abreviada em função de uma forte onda de fome, fruto de uma série de desastres naturais

¹³ SILVA, H. E. da. Microcrédito – Alguns conceitos básicos. O que é o Microcrédito. 2005.

sucedida no início da década de 1970, que acometeu Bangladesh no período 1974 e 1975. Esse período foi marcado pela diminuição da produção agrícola e na renda per capita do país, acarretando escassez de alimentos e, conseqüentemente, a morte de centena de milhares de pessoas.

Diante deste cenário, Yunus criou primeiramente um programa de melhoria da produtividade agrícola por meio da irrigação, trabalhando juntamente com os agricultores habitantes da aldeia de Jobra. A intenção de Yunus segundo suas palavras era que ele “queria compreender a realidade que cerca a existência de um pobre, descobrir a verdadeira economia, a da vida real – e, para começar, a da pequena aldeia de Jobra” (YUNUS, 2001, p.15). Este trabalho resultou na associação agrícola responsável pela administração de um poço artiano e de um sistema de distribuição de água. Por meio deste novo sistema de irrigação, a produtividade dos campos arredores de Jobra logo obteve uma melhora significativa.

Entretanto, Yunus percebeu que os benefícios oriundos do melhor rendimento da colheita não alcançavam os mais pobres, os quais não eram detentores de nenhuma porção de terra e sobreviviam como trabalhadores rurais e artesões, sendo que muito deles viviam até mesmo como pedintes de rua.

Yunus então buscou entender o porquê de mesmo as pessoas trabalhando arduamente para sobreviver não conseguiam sair da extrema pobreza em que se encontravam. Foi então que, segundo Yunus (2008), através de uma conversa com uma aldeã chamada Sufia Begum compreendeu o cerne do problema.

De acordo com Yunus (2008) muitos aldeões exerciam como atividade principal de sustento o artesanato. Para conseguir adquirir a matéria prima necessária ao exercício dessa atividade, muitos recorriam a agiotas. Este por sua vez, como condição *sine qua non* para o empréstimo do dinheiro, se tornava responsável pelo estabelecimento do preço de venda dos produtos fabricados pelos artesões da aldeia. Como resultado deste acordo injusto e levando em consideração ainda as taxas de juros cobradas sobravam apenas alguns centavos de dólar por dia como renda. Para Yunus (2008) não dá para considerar, na concepção comum do conceito, a atividade destes agiotas como empréstimo, mas sim como um recrutamento para o trabalho escravo.

Perante esta constatação, Yunus resolveu catalogar as pessoas submetidas à prática da agiotagem na aldeia de Jobra e percebeu que os empréstimos concedidos equivaliam a pouco menos de 27 dólares americanos. Em conseqüência, com o fito de livrar

essas pessoas do que estava sendo praticado, tomou a iniciativa de oferecer, do próprio bolso, a importância de 27 dólares, sendo verificado prontamente o entusiasmo dos beneficiados.

Entretanto Yunus sozinho não seria capaz de financiar tantas pessoas quanto fossem necessárias. Então, buscou, primeiramente, apoio junto ao banco do *campus* universitário não obtendo uma resposta favorável ao pedido. Conforme relato de Yunus (2008) o banco informou que os pobres não eram merecedores de crédito, já que não possuíam histórico de empréstimos nem tampouco garantias de pagamentos. Ademais, a instituição bancária alegou que a falta de estudos destes agentes os impossibilitavam a simples tarefa de preencher a papelada exigida. Mesmo se oferecendo como fiador não obteve sucesso.

Inicialmente alguns empresários até chegaram a apoiar a causa, o que ajudou no nascimento do projeto Filial Experimental *Grameen* do Banco Agrícola, tendo sido considerado um sucesso. No entanto, todas as tentativas de ampliação do programa para um âmbito nacional esbarravam no desinteresse dos banqueiros (YUNUS, 2008). Ante esta resistência dos bancos em conceder empréstimos aos mais pobres, Yunus decidiu criar em 1976 o seu próprio “banco dos pobres”, chamado de *Grameen Bank*, o qual ganhou *status* formal de banco em 1983, tendo como ideal principal a concessão de crédito as camadas pobres que não possuíam acesso aos empréstimos concedidos da forma tradicional e sem a exigência de garantia de empréstimo. De acordo com Barone *et al* (2002) o *Grameen* adota em sua metodologia dois pontos principais:

- a) o aval solidário, baseado na formação de grupos de cinco pessoas da comunidade atendida, que se responsabilizam mutualmente pelos empréstimos;
- b) a análise e o acompanhamento dos tomadores dos empréstimos realizados por um agente de crédito.

Como reconhecimento pelo seu trabalho em conceder crédito aos mais carentes e ensiná-los a sair da pobreza, Yunus, juntamente com o *Grameen Bank*, foi agraciado em 2006 com o Prêmio Nobel da Paz.

A repercussão positiva do microcrédito na população de Bangladesh resultou na difusão do modelo adotado pelo *Grameen Bank* no mundo todo, tendo servido de referência para mais de 30 países. Apesar das críticas sobre a sustentabilidade financeira do projeto, o *Grameen* foi responsável pelo apoio de um décimo da população de Bangladesh.

2.2.2.2 Experiências brasileiras

Esta subseção traçará a trajetória de algumas das principais instituições fomentadoras de microcrédito surgidas no Brasil.

Como marco inicial dessa caminhada do microcrédito no Brasil, que foi um dos primeiros países do mundo a adotá-lo para o setor informal urbano, foi verificada, já na década de 70, a criação de instituições de microcrédito, a exemplo do que ocorreu nos municípios de Recife e Salvador, com o surgimento da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO).

A UNO foi uma ONG que promovia a concessão microcrédito e capacitação aos trabalhadores de baixa renda do setor informal, sendo suas operações lastreadas por uma espécie de “aval moral”. Resultado de iniciativa técnica da *Acción Internacional*, com apoio de entidades empresariais e instituições financeiras, iniciou seus trabalhos em 1973. Porém, apesar do êxito na área técnica, o programa UNO veio a encerrar suas atividades após 18 anos, possivelmente por não adotar taxas de juros do mercado e por não desenvolver a auto sustentabilidade financeira do programa. Mesmo com seu fechamento, o Programa UNO foi relevante na medida em que seu pioneirismo fomentou a ocorrência de vários estudos sobre o setor informal da economia (BARONE *et al*, 2002; ARAÚJO; LIMA, 2014).

Em 1982, foi criada no Rio de Janeiro a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher – Banco da Mulher, com o objetivo de inserção do papel da mulher na sociedade.

Na Bahia, em 1989, o Banco da Mulher criou seu programa de microcrédito apoiado no Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Este programa utilizou para seus empréstimos a metodologia dos Grupos Solidários, cujo público alvo, inicialmente, era constituído exclusivamente por mulheres (BARONE *et al*, 2002).

Atualmente, o Banco da Mulher, filiado ao *Women's World Bank* (WWB), oferta crédito financeiro, além de fornecer cursos de capacitação de palestras sobre gerência, operando nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Amapá, Amazonas e Minas Gerais.

Em 1986, foram criados o Banco do Microcrédito, no Paraná, e o Programa de Crédito para Microunidades de produção (PROMICRO-UP), no Distrito Federal. Este último, segundo Tannuri (2000), foi uma iniciativa do Governo Federal através de um Convênio assinado entre as Secretarias de Trabalho e Fazenda e o Banco de Brasília (BRB) que

funcionou de 1986 a 1991, tendo como objetivo de permitir ampliação e aprimoramento da produção do setor informal da economia.

A filosofia do “aval solidário”, baseada nas experiências da *Accion Internacional* e das ONGs colombianas, foi utilizada no Brasil, inicialmente, em 1987, em Porto Alegre – RS, com o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores Ana Terra (CEAPE/RS). Os recursos iniciais necessários para a concessão dos empréstimos foram disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pela *Inter American Foudantion* (IAF) e pelo BID (BARONE *et al*, 2002; TANNURI, 2000).

Com o sucesso do programa, o CEAPE foi reproduzindo em outros estados brasileiros e 1990 foi criada a Federação de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE) que é atualmente a rede CEAPE nacional, sendo que cada CEAPE regional atua de forma independente, porém, adotando o mesmo princípio da metodologia de crédito orientado, da sustentabilidade e do apoio aos empreendedores excluídos do sistema de crédito tradicional, sobretudo no que tange ao setor informal (BARONE *et al*, 2002).

De acordo com Monzoni (2008), a rede CEAPE constitui-se como sendo, depois do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a principal Instituição de microfinanças (IMF) do Brasil. Sua expansão se deu principalmente durante a década de 90 da seguinte forma: CEAPE-RN (1989), CEAPE-MA (1989), CEAPE-SE, CEAPE-PE (1991) e CEAPE DF (1992), CEAPE-SP (1993), CEAPE-PB e CEAPE-GO (1994), CEAPE-BA e CEAPE-PA (1995), e CEAPE-PI e CEAPE-ES (1997).

No Maranhão, o CEAPE/MA anteriormente se chamava Associação para o Desenvolvimento da Mulher na Economia Informal (ADIM), instituição de microcrédito pioneira no Estado, surgida em 1989, onde eram atendidas, neste momento, somente mães com filhos em idade escolar e detentoras pequenos negócios informais. Em 1993, com existência da FENAPE e sua intenção de unificar, qualificar e fortalecer a marca, a ADIM passa a se chamar CEAPE/MA, tal qual havia ocorrido com as instituições do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte. No ano 2000, a FENAPE transformou-se em CEAPE/Nacional e o CEAPE-MA ganhou o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

No começo da década surgiram ainda a Pró Renda no Ceará (1990) e o Balcão de Ferramentas (1991) da Caixa Econômica Federal (CEF).

O Pró Renda foi o primeiro programa executado no País por meio de cooperação internacional, através do acordo bilateral entre o Governo do Ceará e o Governo alemão, inovando na introdução do aval ou grupo solidário como garantia de financiamento e no

fornecimento de capacitação técnica e gerencial aos interessados. O intuito do programa, que além da sua fase iniciada em 1990 teve uma segunda fase do programa encetada em 1995, era prestar apoio técnico e financeiro a populações urbanas de baixa renda. Como o público alvo do programa é constituído por microempreendedores ou pessoas interessadas em montar seu próprio negócio, o seu foco é conceder crédito para investimento, capital de giro e reativação ou criação de empresas (TANNURI, 2000).

O Banco de Ferramentas, por sua vez, foi um programa da CEF implantado nos Estados de Alagoas, Goiás, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Mato Grosso, Paraíba, Distrito Federal e Minas Gerais, que teve sua operacionalização entre 1991 e 1992. Diferentemente do Pró renda, tinha como finalidade, exclusivamente, o financiamento para aquisição de pequenas máquinas e ferramentas de trabalho sem destinação para capital de giro ou treinamento para os beneficiados. Suas principais peculiaridades são a inovação na introdução do seguro de crédito, diminuindo a exigência de garantias, e a forma da concessão do crédito que não ocorria por meio de dinheiro, mas de uma carta de crédito que permitia ao seu possuidor o subsídio de 90% na compra dos equipamentos (TANNURI, 2000).

Em 1995, nasce, através da parceria entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e de entidades da sociedade civil, a Instituição Comunitária de Crédito PORTOSOL. Seus aportes iniciais partiram do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, da Prefeitura de Porto Alegre, do BNDES e do SEBRAE/RS e também de instituições internacionais, tais como a IAF e Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ). Seus empréstimos são destinados para aplicação de capital de giro e capital fixo para uso dos pequenos empreendedores. Quanto à forma de garantia é utilizada a metodologia de aval simples ou solidário, cheques e alienação de bens (BARONE *et al*, 2002).

Em 1996, criou-se, por iniciativa da ONG Viva Rio, a associação sem fins lucrativos denominada VivaCred. Esta iniciativa objetivou o financiamento de empreendimentos aos micros e pequenos empresários situados nas comunidades carentes do Rio de Janeiro. Atualmente o programa possui agências na Rocinha, Jacarepaguá, Zona Sul/Centro, Zona Norte/Maré e Santa Cruz. O *funding* do VivaCred foi formado a partir de recursos do BID, BNDES e do Banco Fininvest (MONZONI, 2008).

Em 1996, o BNDES criou o seu Programa de Microcrédito chamado de Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), a fim de desenvolver uma indústria de microfinanças no Brasil, ofertando *funding* para os agentes repassadores de microcrédito. Em 1997, foi firmado um Convênio de Cooperação Técnica não Reembolsável entre o BNDES e o BID,

com vista ao fortalecimento do segmento do microcrédito no Brasil. Em 2003, houve a substituição do PCPP pelo Programa de Microcrédito (PM), que durou por dois anos, e em 2005, foi então instituído o Programa de Microcrédito do BNDES (PMC) que segue as diretrizes do PNMPO do Governo Federal. O PMC se tornou em 2014, um produto do BNDES, sendo oferecido de forma constante pelo Banco e sem prazo de vigência.

O Crediamigo é um programa de microcrédito do BNB criado em 1998 para oferecer crédito aos pequenos empreendedores de baixa renda pertencentes aos setores informal ou formal da economia. Atualmente constitui-se como sendo o maior Programa de MPO da América do Sul.

Em 2003, houve o firmamento de parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC¹⁴), objetivando a operacionalização do PNMPO do Governo Federal, dispondo neste momento de mais de 4.000 colaboradores, dentre Coordenadores, Administrativos, Assessores de Crédito, Recursos Humanos e Técnicos.

Desta parceria compete ao INEC a execução e gerenciamento do Crediamigo, cabendo ao BNB o acompanhamento, supervisão e fiscalização do cumprimento dos termos da parceria.

Hoje em dia, o Crediamigo está ativo em mais de 1.900 municípios, incluindo toda a Região Nordeste, norte de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo, contando com mais de 419 unidades de atendimento, possuindo um carteira de clientes com mais de 1 milhão de clientes ativos. No Maranhão, além da Capital São Luís, está presente nas cidades de Açailândia, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Chapadinha, Codó, Imperatriz, Pedreiras, Pinheiro, Porto Franco, Presidente Dutra, Santa Inês e Zé Doca.

De acordo com Pochmann (2002), a década de 90 foi de fato caracterizada por inúmeras experiências de crédito popular que ocorreram de forma diversificada e de modo bastante acelerado, incluindo-se desde iniciativas de associações de moradores de bairro até as experiências em grandes municípios.

Matos, Macambira e Cacciamalli (2014) apontam três motivos principais para expansão da atividade de microcrédito no final da década de 1990: mudanças na legislação que permitiram o aparecimento de novas figuras institucionais, não submetidas à Lei da

¹⁴ “O Instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 1993 durante a Campanha Nacional de Combate à Fome, à Miséria e pela Vida, por iniciativa de funcionários do Banco do Nordeste.” Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (www.bnb.gov.br).

Usura¹⁵, autorizadas a atuar na atividade de microcrédito, tais como OSCIP e Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM); Implantação do Programa Crediamigo do BNB; e Aportes de recursos por parte do poder público a instituições de microcrédito, fundamentalmente por meio da atuação do BNDES.

Afora as entidades acima destacadas, houve ainda uma grande difusão de experiências de microcrédito no âmbito dos governos estaduais e municipais, sendo muitas delas ligadas ao Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conhecido como “Banco do Povo”, com recursos advindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e em alguns casos por meio de convênio com o MTE (BARONE *et al*, 2002; ARAÚJO; LIMA, 2014).

Mais recentemente em 2005, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) com vistas a incentivar a geração de trabalho e renda, por meio da concessão de crédito a empreendedores populares, baseado na metodologia de assistência técnica aos beneficiários do programa.

A figura 3 demonstra resumidamente a linha do tempo dos principais programas de microcrédito implantados no País.

Figura 3 - Experiência brasileira no microcrédito



Fonte: Elaboração própria.

Do exposto, percebe-se que os principais programas implantados no País, a despeito das diferentes formas de atuação, atuaram ou continuam atuando na tentativa de

¹⁵ A chamada “Lei da Usura” previa a concessão de crédito com taxas de juros superiores a 12% ao ano somente por entidades pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Com a promulgação da Lei nº 9.790, também conhecida como “Lei do Terceiro Setor”, criou-se uma nova qualificação para as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, as chamadas OSCIPs. De acordo com esta Lei, as entidades que tiverem por finalidade a concessão de microcrédito não estarão sujeitas à “Lei da Usura”, se se qualificarem como OSCIP.

oferecer acesso aos agentes que historicamente vêm sendo excluídos dos programas de crédito, impactando também no nível de emprego e investimento, ao se considerar que majoritariamente esses programas fomentam o crédito aos empreendedores, sendo utilizado para abertura de empresas, capital de giro ou ainda para compra de máquinas e equipamentos.

2.2.3 Características básicas do microcrédito

O microcrédito possui algumas características peculiares que as diferenciam quanto à sua forma e constituição em relação a outras formas de crédito. Dentre estes atributos, podem-se citar as seguintes particularidades baseadas nas metodologias adotadas nos programas atuais: a) público alvo constituído pela população de baixa renda; b) crédito produtivo; c) crédito orientado; d) ausência de garantias; e) empréstimos de pequenos valores e com prazos menores; f) taxas de juros menores; e g) baixo custo operacional.

2.2.3.1 Público Alvo Constituído pela População de Baixa Renda

Como já dito exhaustivamente neste trabalho, este tipo de empréstimo é destinado aos mais excluídos financeiramente e socialmente, ou seja, busca fomentar o crédito à parcela da população que não têm acesso ao financiamento bancário tradicional, seja em razão do racionamento do crédito ou face às políticas bancárias adotadas. Portanto, essa propriedade do microcrédito procura focar a população de baixa renda, mais precisamente os indivíduos que possuem pequenos¹⁶ negócios, sejam eles formais ou informais.

De acordo com dados do SEBRAE (2014c), as Micro e Pequenas Empresas (MPE) são as umas das principais geradoras de riqueza do Brasil, representando 53,4 % do PIB no setor de comércio (maior geradora), 22,5% do PIB da indústria (se aproximando das médias empresas que representam 24,5%) e no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios.

Deste modo, fica evidenciada a importância destes empreendimentos de menor porte para a promoção do crescimento e desenvolvimento econômico do país e a relevância

¹⁶ A definição de MPE pode ser feita pelo número de pessoas ocupadas nas empresas ou pela receita auferida: pelo critério de ocupação estabelecidos nas estatísticas do IBGE são classificadas como microempresas aquelas nas atividades de serviços e comércio com até 9 pessoas ocupadas, e como pequena empresa as que tinham entre 10 e 49 pessoas ocupadas; na atividade industrial, são microempresas aquelas com até 19 pessoas ocupadas, e pequenas empresas entre 20 e 99 pessoas ocupadas. Pelo critério de renda auferida as empresas são classificadas, segundo também o IBGE, conforme tenham receita de até R\$ 3.6000.000,00 anuais. Esse também é teto máximo estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006 que determina o favorecimento às MPEs em licitações públicas. No âmbito do PNMPO são considerados microempreendedores populares as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 120 mil.

dos programas de microcrédito uma vez que estes programas apresentam-se como ferramenta disponível de saneamento das necessidades financeiras e de crescimento dos negócios, impactando também do nível de emprego gerado na economia.

2.2.3.2 Crédito Produtivo

Em relação a esta característica, os programas de microcrédito, em geral, têm como finalidade não o consumo, mas o financiamento dos pequenos negócios produtivos, através da compra de máquinas e equipamentos, sendo utilizado também para abertura de empresas e aplicação em capital de giro ou compra de equipamentos, ou seja, trata-se de serviço crédito de pequeno monta que busca o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas.

2.2.3.3 Crédito Orientado

Outro ponto que merece destaque é que os principais programas de microcrédito buscam não apenas conceder empréstimos, mas prestar apoio aos pequenos empreendedores através dos chamados agentes de créditos. Atualmente, o grande expoente dessa metodologia de crédito orientado é o próprio Governo Federal através do PNMPO.

Estes agentes de créditos atuam como elo entre as IMFs e o tomador do empréstimo, dando assistência e concedendo informações e orientações consideradas essenciais ao sucesso do negócio. Esta relação, que deve ser de confiança, traz benefícios a ambas as partes, pois, se de um lado o empreendedor deseja obter retorno com o investimento realizado, por outro, a instituição também deseja obter o retorno do empréstimo concedido, para que assim seja assegurada a sustentabilidade financeira.

Resumidamente, o trabalho dos agentes de crédito consiste, preliminarmente, na realização de entrevista *in loco* ou no próprio domicílio do pretendente ao crédito. Durante a oitiva, o agente realiza o levantamento sócio econômico, que tem por finalidade a identificação das características gerais do empreendimento, tais como ramo de atuação, tipo de produtos produzidos ou comercializados, custos de produção, preço de venda etc. Fazem parte do processo a utilização de índices financeiros, planos de investimentos, fluxos de caixa e outros instrumentos de avaliação. Esta etapa é mais importante, pois é mediante ela que ocorre a decisão pelos valores a serem concedidos ou até mesmo se o financiamento será ou não realizado.

Concedido o empréstimo, o agente de crédito tem as funções de acompanhar monitorar e controlar a aplicação do crédito e é responsável pelos primeiros contatos em caso de atraso ou inadimplência.

2.2.3.4 Ausência de Garantias

A questão da cobrança de colateral constitui-se como um dos principais obstáculos para obtenção do crédito pelos pobres já que estes, via de regra, não dispõem de ativos financeiros suficiente para cobrir os riscos do negócio. Diante desta constatação, Yunus, através do *Grameen Bank*, concedia os empréstimos sem a exigência de garantias reais. No Brasil, como forma minimizar e substituir a exigência das garantias convencionais, as IMFs adotam mecanismos alternativos, tais como o “aval solidário” ou “fiança solidária” que permite a junção de um grupo de pessoas, em geral, de três a cinco, detentoras de pequenos negócios, formando um Grupo Solidário, com o objetivo de assumir a responsabilidade mútua pelos créditos de todo o grupo.

De acordo com Barone *et al* (2002), tendo em vista que o não cumprimento por parte de um membro do grupo acaba impactando nos demais, esse sistema se torna auto seletivo, já que há a vigilância e o apoio do grupo de modo geral, resultando esta prática na baixa inadimplência.

Neri (2008) elenca algumas características importantes em relação ao empréstimo solidário:

a) diminuição dos problemas resultantes da assimetria informacional;

Considera-se que os vizinhos possuam conhecimento maior do que as próprias financeiras em relação à capacidade de pagamento. Neste sentido, ao transformar membros de determinada comunidade em coassinatários de um empréstimo, os problemas de assimetria da informação envolvendo emprestadores e tomadores diminuem, já que os próprios são estimulados ao monitoramento dos seus pares.

b) adimplência pressionada;

Neste tipo de associação aumenta a pressão que os empréstimos sejam pagos, sendo decidida a manutenção ou exclusão do membro que não honra com seus compromissos, sem prejuízo de outras penalidades e sanções.

c) formação de grupos homogêneos;

Os indivíduos tendem a associar-se com outros indivíduos com características semelhantes, ou seja, tomadores mais arriscados inclinam-se na união com outros indivíduos

arriscados. Por outro lado, bons pagadores tendem a juntar-se com bons pagadores. Este comportamento mitiga o problema da seleção adversa, pois permite que os bancos cobrem taxas diferenciadas para grupos distintos, levando em conta a sua capacidade de repagamento, corroborando para a adimplência e na cobrança de taxas de juros menos elevadas.

d) monitoramento dos pares.

A capacidade das pessoas próximas de monitorarem umas às outras, faz com que os tomadores não assumam riscos excessivamente elevados, atenuando o problema do risco moral. Nestas circunstâncias, os bancos podem cobrar taxas de juros menores e elevar a adimplência.

Para aqueles que não desejam participar de grupos solidários, outra alternativa é a apresentação de um fiador/avalista que possua as características impostas pela IMF. Entretanto esta exigência de fiança é mais complicada na grande maioria dos casos, sobretudo, para os clientes residentes em comunidades muito carentes onde não possui relacionamento com pessoas elegíveis para atuarem como fiador. Há ainda uma questão de cunho pessoal posto que alguns participantes do grupos podem preferir não expor sua incapacidade financeira de qualificar-se a um empréstimo isoladamente.

2.2.3.5 Empréstimos de Pequenos Valores e com Prazos Menores

Mais uma peculiaridade em relação aos créditos oferecidos pelas IMFs, diferindo dos empréstimos tradicionais, é que a quantia ofertada é relativamente pequena variando de acordo com a política da IMF, podendo aumentar à medida que os empréstimos são renovados e é sendo demonstrada a assiduidade nos pagamentos e a adimplência ou baixa inadimplência do cliente.

Quanto aos prazos de pagamento, também são reduzidos, ocorrendo de forma semanal, quinzenal e mensal, permitindo o controle no cumprimento dos prazos. Assim, essa metodologia de empréstimo é escalonada e de fornecimento de empréstimo inicial pequeno, podendo aumentar à medida que vão sendo liquidados, trazendo incentivo à adimplência e gerando solidez financeira do negócio.

2.2.3.6 Taxas de Juros Menores

A sexta característica diz respeito à grande dificuldade encarada pela população de baixa renda postulante ao crédito, em vista à elevada incidência da taxa de juros cobrada

via empréstimo bancário tradicional. Nesta circunstância, ainda que o postulante ao crédito passe pelo crivo da análise do empréstimo, o retorno do seu investimento deve ser tão elevado quanto à taxa do empréstimo obtida, o que historicamente não reflete a realidade das pequenas empresas. Assim, as IMFs concedem os empréstimos a taxa de juros mais atrativas de modo a compatibilizar com realidade dos seus clientes. Esta atratividade do juro reduzido é importante para o pequeno empreendedor, pois assim haverá maior facilidade no pagamento, já que, em muitos casos, a taxa de juros impõe ao prestamista o pagamento final bem mais elevado do que o valor capitado.

2.2.3.7 Baixo Custo Operacional

Por fim, esta característica diz respeito à necessidade de diminuição dos custos das transações, tendo em vista que em muitos casos não há a disposição de recursos suficientes para arcar com custos extras e custo de tempo (ausência do local de trabalho), já que os responsáveis também geralmente estão envolvidos diretamente no funcionamento do negocio.

Nas transações convencionais, a tramitação da demanda do crédito costuma levar um tempo considerável, sobretudo, quando o candidato ao empréstimo não é correntista do banco escolhido.

Neste prisma, a viabilidade da transação depende de alguns fatores, tais como a proximidade junto ao cliente, a diminuição da burocracia e a celeridade nos prazos de liberação do crédito.

3 PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

Este capítulo aborda o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) responsável pela política do Governo Federal do microcrédito no Brasil, que está estruturado de modo que as instituições operadoras habilitadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) atuem diretamente com os pequenos empreendedores. Neste capítulo, tratar-se-á das seguintes seções: Instrumento da Política; Estrutura operacional, Fonte de Recursos e Análise dos dados do Programa do seu nascimento até o ano de 2015.

3.1 INSTRUMENTO DA POLÍTICA

O PNMPO foi inicialmente instituído pela medida provisória nº 226 em 29 de novembro de 2004, sendo, posteriormente, convertida na Lei Federal nº 11.110, de 25 de abril de 2005, no âmbito do MTE, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.

Apesar da finalidade específica do PNMPO de “disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado” (§ 2º, art. 1º, lei 11.110), este também tem o papel de oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

Para subsidiar a coordenação e a implementação do Programa foi criado o Comitê Interministerial, composto por representantes dos Ministérios do Trabalho e Emprego (como coordenador), da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Em suma, segundo a lei que a institui, este programa consiste na concessão de crédito aos chamados “microempreendedores populares”, assim considerados àqueles que auferem renda bruta anual de até R\$ 120 mil, conforme limite estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.607/2008, visando o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando-se da metodologia de relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

Repise-se que a metodologia de concessão do crédito adotada no PNMPO é baseada no relacionamento direto com o empreendedor, sendo que este contato deve ocorrer ainda no local onde a atividade econômica é executada, levando-se em consideração ainda o que prescreve o §3º, art. 1º, da Lei nº 11.110/2005:

I - o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II - o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e

III - o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos [...] (BRASIL, 2005).

De acordo com o BCB (2011) as operações de microcrédito, no âmbito do PNMPO, devem seguir as seguintes condições:

- a) cobrança de taxas de juros efetivas não excedente a 4% a.m. (quatro por cento ao mês);
- b) valor do crédito não superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
- c) prazo da operação não inferior a cento e vinte dias; e
- d) valor da taxa de abertura de crédito não superior a 3% (três por cento).

Estas disposições tencionam viabilizar a obtenção do crédito pelos clientes e ao mesmo tempo garantir a sustentabilidade financeira das IMFs.

3.2 ESTRUTURA OPERACIONAL

De acordo com Sobrinho e Soares (2008), o PNMPO é operado por uma rede operacional de agentes de intermediação, distribuídos conforme a seguir:

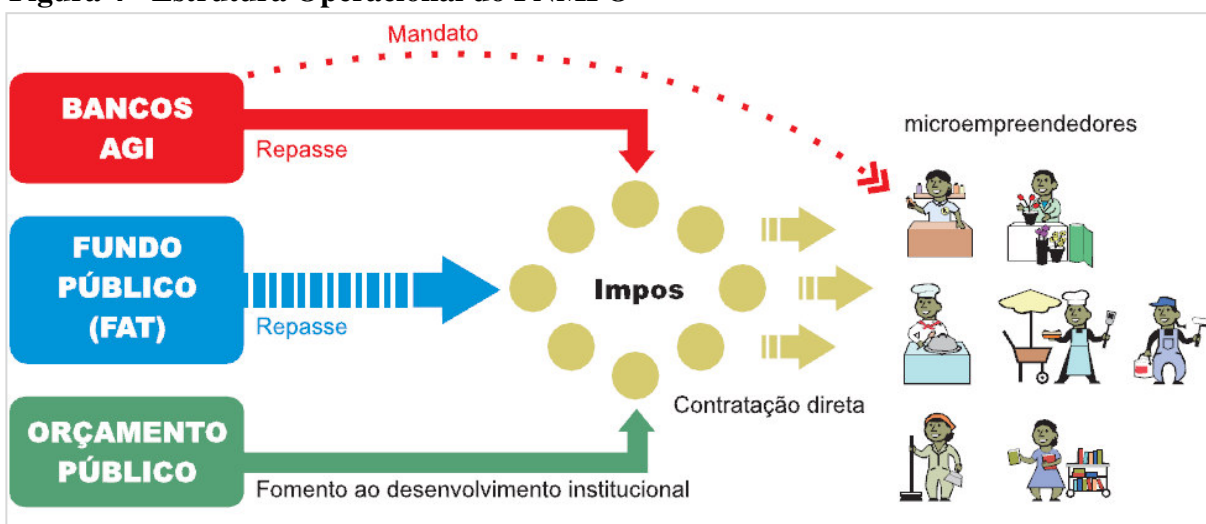
- a) Instituições Financeiras Operadoras (IFO): instituições oficiais que operam os recursos do FAT (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia), o Banco Nacional de Desenvolvimento Social e as instituições que operam a parcela dos recursos de depósitos à vista (bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e os bancos oficiais);
- b) Instituições de Microcrédito Produtivo e Orientado (IMPO): formado pelas cooperativas de crédito singulares; as agências de fomento, as sociedades de crédito ao microempreendedor e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;
- c) Agentes de Intermediação (AGI): os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento, os bancos cooperativos e as cooperativas centrais de crédito podem atuar como repassadores de recursos das IFOs para as IMPOs.

As operações de créditos no âmbito do PNMPO, através dos recursos advindos do FAT, ocorrem por meio de contratação direta, mandato, repasses e aquisição de operações de créditos. Nessa linha, Sobrinho e Soares (2008) elucidam as formas de operação destes recursos:

- a) Contratação Direta: contratação de operação com o Microempreendedor, realizada diretamente por IMPO¹⁷ ou IFO, mediante utilização de estrutura própria;
- b) Mandato: contratação de operação com o Microempreendedor, por intermédio de IMPO investida de autorização para contratar em nome da IFO que lhe outorgou o mandato;
- c) Repasse: contratação de operação para repasse de recursos à IMPO, que os destinará às suas contratações diretas de operações de microcrédito produtivo orientado, podendo ser de forma direta ou via AGI;
- d) Aquisição de Operações de Crédito: compra, por IFO, de operações de microcrédito produtivo orientado pertencentes a IMPO.

A Figura 4 demonstra de forma simplificada a estrutura operacional dessa rede de microcrédito e como seus agentes se relacionam com o PNMPO e com os beneficiários do programa.

Figura 4 - Estrutura Operacional do PNMPO



Fonte: SOBRINHO; SOARES (2008, p. 191).

¹⁷ A habilitação dessas instituições como IMPO ocorre por meio de cadastro junto ao MTE, através do site da instituição, devendo ainda ser apresentado termo de compromisso e plano de trabalho, detalhando a metodologia de microcrédito produtivo orientado a ser adotada, a forma de acompanhamento dos financiamentos, com os respectivos instrumentos a serem utilizados, e os índices de desempenho.

3.3 FONTE DE RECURSOS

No que tange à fonte de recursos do programa, esta é proveniente de quatro fundos, conforme §4º, art. 1º, da Lei nº 11.110/2005:

§ 4º São recursos destinados ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO os provenientes:

I - do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT;

II - da parcela dos recursos de depósitos à vista destinados ao microcrédito, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003;

III - do orçamento geral da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, somente quando forem alocados para operações de microcrédito produtivo rural efetuadas com agricultores familiares no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF;

IV - de outras fontes alocadas para o PNMPO pelas instituições financeiras ou instituições de microcrédito produtivo orientado [...] (BRASIL, 2005).

Dentre estas fontes de recursos relacionadas na referida lei, o montante dos recursos disponibilizados pelo PNMPO é advindo, principalmente, do FAT e dos 2% dos depósitos compulsórios à vista junto ao Banco Central.

Em relação à primeira fonte de recurso do PNMPO, foi definida pela Resolução 511, de 18 de outubro de 2006, do MTE, a autorização da alocação de recursos do FAT, em depósitos especiais remunerados nas IFOs, conforme sua Programação Anual de Depósitos Especiais do FAT (PDE).

Quanto à fonte de recurso advinda da parcela dos depósitos à vista em operações de microcrédito, esta é uma aplicação obrigatória, devendo as instituições financeiras (bancos múltiplos com carteira comercial, os bancos comerciais e a Caixa Econômica Federal) captadoras desses depósitos, com exceção das cooperativas de crédito, aplicar, no mínimo, o percentual de 2% dos saldos captados, em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores (a chamada exigibilidade¹⁸) (BCB, 2011).

Sendo assim, as instituições devem comprovar a aplicação dos valores captados, caso contrário, o recurso fica retido compulsoriamente no Banco Central, não podendo ser utilizado como fonte de recursos para outras finalidades.

¹⁸ Estão isentos dessas exigibilidades os depósitos captados por instituições financeiras públicas, estaduais ou federais, que sejam oriundos de entes federados, autarquias, sociedades de economia mista, bem como instituições financeiras públicas estaduais, titulados por entidades públicas municipais da respectiva unidade federativa.

3.4 EVOLUÇÃO DO PNMPO (2005-2015)

3.4.1 Considerações iniciais

Através do Sistema de Informações Gerenciais do PNMPO (SIMPO), o MTE monitora as atividades do PNMPO, a fim de viabilizar o processo de cadastramento das instituições que buscam habilitação e coletar dados sobre a execução das instituições operadoras do Programa.

Em relação ao último objetivo, o MTE, a partir do ano de 2007, começou a disponibilizar relatórios gerenciais, apresentando os resultados gerais do programa, bem como informações do perfil dos clientes, tais como: distribuição dos clientes por gênero, por situação jurídica, por ramo de atividades, por finalidade de crédito, distribuição geográfica e a carteira ativa por constituição Jurídica.

Ressalta-se que em relação aos relatórios dos anos de 2007 e 2008 há uma observação a ser feita, quanto à periodicidade da publicação dos relatórios. Os relatórios, a partir de 2009, são divulgados contendo as informações acerca dos resultados do programa, com frequência trimestral, sendo consolidados os dados do ano no relatório do último trimestre, ou seja, no relatório gerencial do quarto trimestre. Somente para aqueles dois primeiros anos os relatórios ocorreram com publicação de dados consolidados anuais.

Há de se destacar ainda que apesar da ausência de relatórios gerenciais relativos aos anos de 2005 e 2006, foi possível a extração dos dados relativos às operações de microcrédito e valores nominais concedidos, a partir dos relatórios dos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010, permitindo, portanto, a consecução das principais informações que subsidiarão a análise.

Com o decorrer dos anos, o padrão dos relatórios foi sendo alterado, de modo que nos relatórios mais recentes constam informações não disponíveis nos relatórios mais antigos. Assim, algumas características do PNMPO não puderam ser auferidas desde os primórdios do programa, principalmente, em relação aos anos de 2005 (início do programa) e 2006, os quais, como já mencionado, não tiveram seus relatórios disponibilizados pelo MTE.

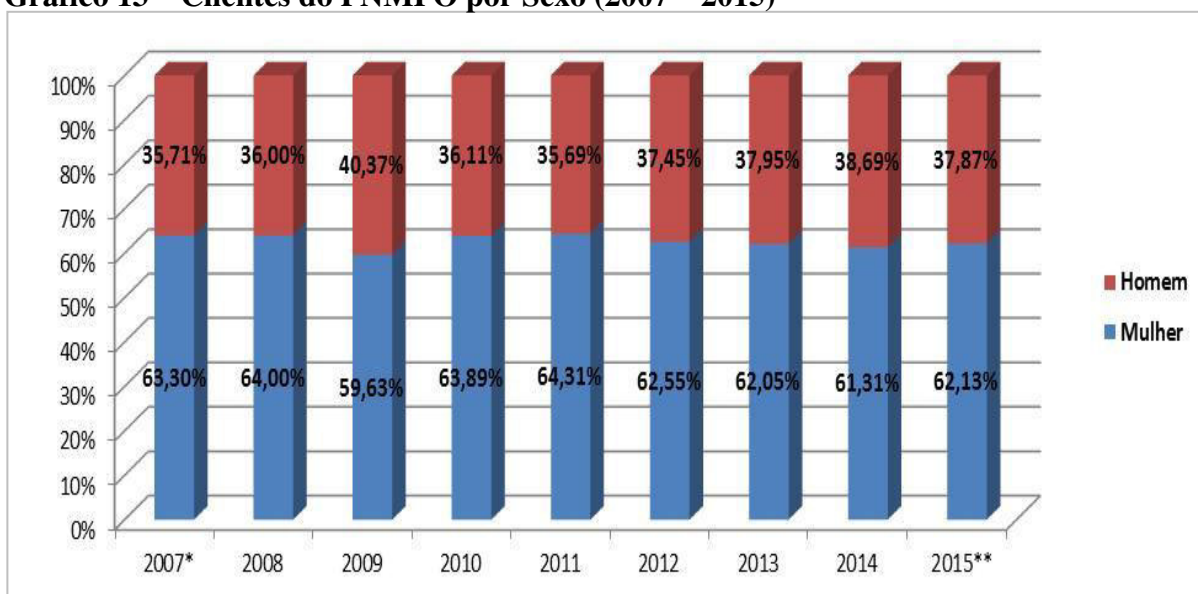
Na próxima seção será demonstrada a análise do PNMPO levando-se em consideração informações acerca da Distribuição por Gênero, Distribuição por Situação Jurídica, Distribuição por finalidade do crédito, Distribuição por ramo de atividade, Distribuição por constituição Jurídica, Distribuição do microcrédito por Região e Estado e, por fim, a demonstração da execução consolidada do PNMPO, no período de 2005 a 2015.

3.4.2 Apresentação e análise dos resultados do PNMPO

3.4.2.1 Distribuição por Gênero

O gráfico 13 revela a distribuição dos clientes por sexo, demonstrando a forte presença da mulher como principal perfil do público atendido ao longo de todo o PNMPO (tabela completa com os valores ver Apêndice A).

Gráfico 13 – Clientes do PNMPO por Sexo (2007 – 2015)



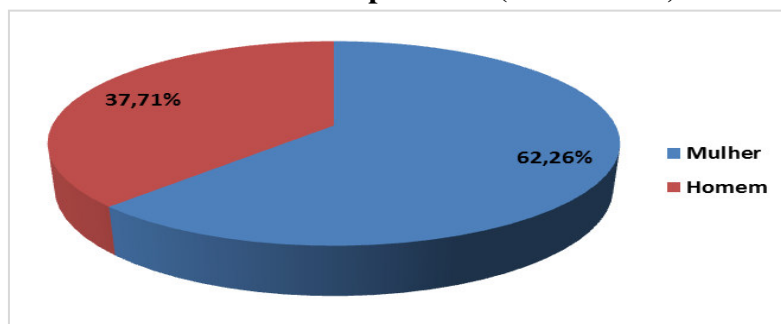
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE, (vários anos).

Notas: * 0,99% do total dos clientes não foram declarados.

** : valor consolidado até o mês de setembro.

A participação das mulheres durante o período analisado representou, em média, conforme demonstrado no gráfico 14, 62,26% do total de clientes ativos no programa, sendo a maior concentração verificada no ano de 2011, o qual atingiu o percentual de 64,31%. Em relação ao público masculino, a participação foi, em média, de 37,71%, sendo em 2009, com 40,37%, verificada a maior concentração desse público.

Fica evidente a semelhança dos dados nacionais e o *Grameen Bank*, o qual prioriza a participação do público feminino nas operações de microcrédito. De acordo com Yunus (2001), a renda quando proferida pela mulher beneficia mais o conjunto dos membros da família, além de a mulher ter a tendência de priorizar mais os filhos. Assim, nessa lógica, o crédito concedido às mulheres reverte em maiores benefícios ao conjunto dos membros de uma família.

Gráfico 14 – Média dos clientes do PNMPO por Sexo (2007 – 2015)

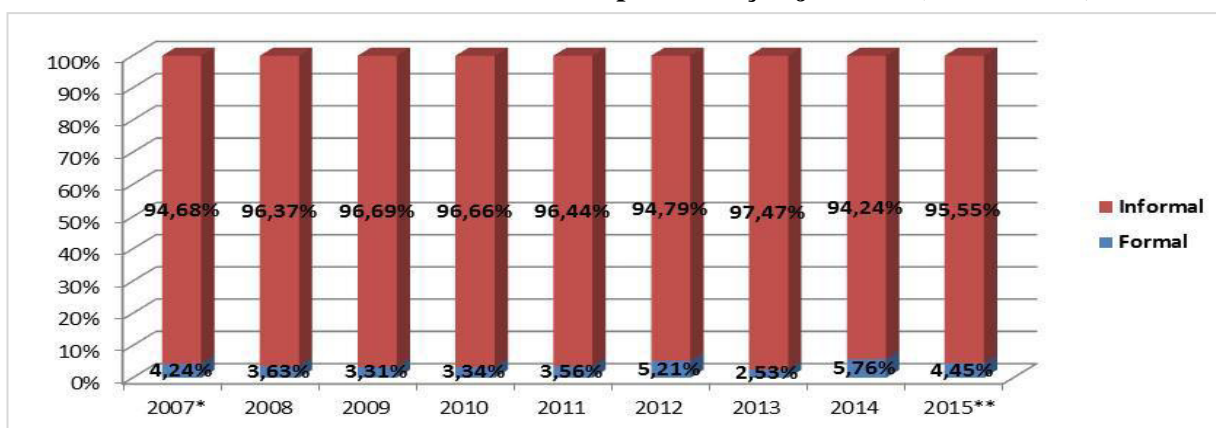
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

De acordo com Neri (2008) as mulheres apresentam menor mobilidade, reduzindo o risco de inadimplência, além de evidências empíricas demonstrarem que esse público investe mais na educação e saúde dos filhos, havendo uma probabilidade maior de aumento do bem estar familiar.

Ademais, esses dados ratificam o forte espírito empreendedor do público feminino, propiciando o aumento da autonomia, da autoridade e do empoderamento das mulheres perante a economia e a sociedade.

3.4.2.2 Distribuição por Situação Jurídica

Através do gráfico 15, o qual apresenta a distribuição dos clientes por situação jurídica (tabela completa com os valores ver Apêndice B), é possível afirmar que, desde o começo, o PNMPO vem destinando, preponderantemente, os empréstimos para os empreendimentos informais.

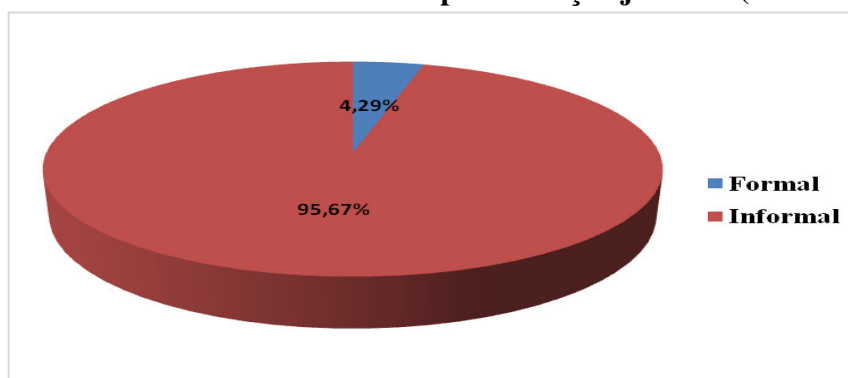
Gráfico 15 – Média dos clientes do PNMPO por Situação jurídica (2007 – 2015)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Notas: * 1,08% do total dos clientes não foram declarados.

** : valor consolidado até o mês de setembro.

Gráfico 16 – Média dos clientes do PNMPO por Situação jurídica (2007 – 2015)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Conforme apontado no gráfico 16, em média, 95,67% de todos os clientes atendidos ao longo do período analisado estão sob a condição de informalidade, enquanto que as empresas em situações formais representam, em média, apenas 4,29% dos clientes atendidos.

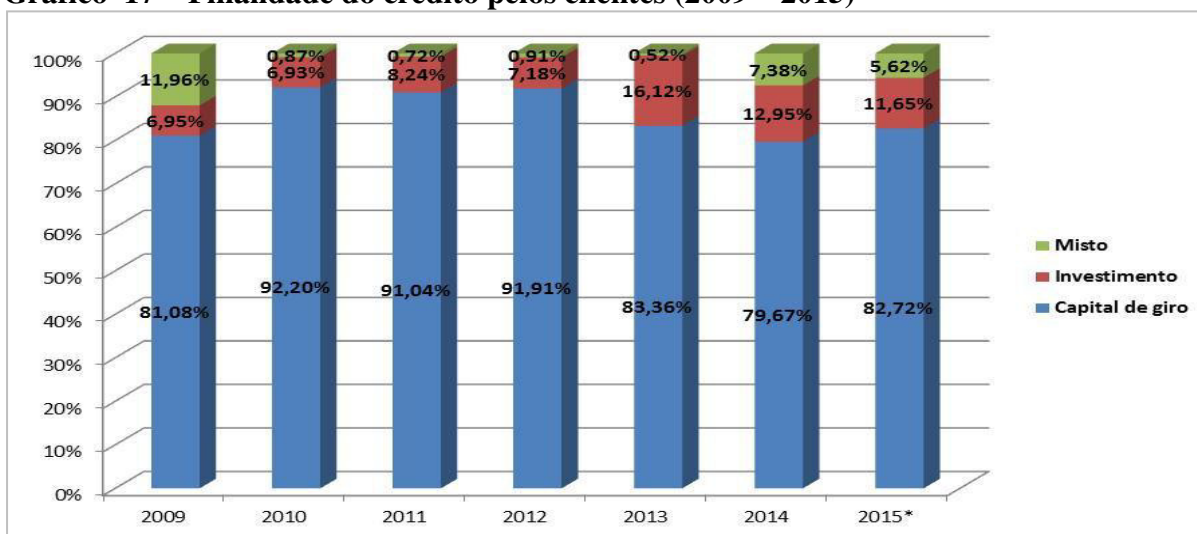
De acordo com Dantas (2014), a razão pela qual a metodologia do microcrédito atende ao empreendedor informal se dá pelos seguintes fatores:

- a) foi para onde vive e trabalha o empreendedor;
- b) encontrou alternativas para a garantia real;
- c) desenvolveu uma metodologia de análise econômico-financeira de negócios informais, de pequeno porte, sem registros, que “monta”, juntamente com o cliente, a sua DRE, sua capacidade de pagamento;
- d) reduziu ao mínimo os custos de transação;
- e) assegurou uma linha de crédito constante ao cliente;
- f) acompanha, com valores crescentes, as necessidades de desenvolvimento do negócio.

Portanto, os empreendimentos informais demandam fortemente o microcrédito em razão da dificuldade encontrada para obtenção do crédito ofertado sob outras modalidades.

3.4.2.3 Distribuição por Finalidade do Crédito

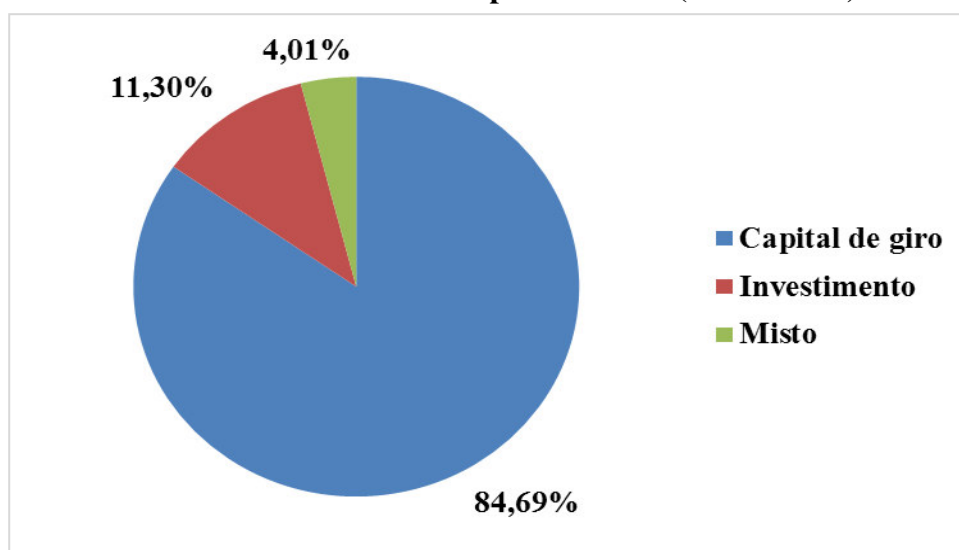
Em relação à finalidade do crédito, os clientes atendidos pelo PNMPO solicitaram, conforme demonstrado no gráfico 17, empréstimos visando à aplicação primeiramente em capital de giro, em segundo, com exceção do ano de 2009, marco inicial da divulgação desse indicador, em investimento, e por último os recursos foram requeridos para aplicação em ambos (tabela completa com os valores ver Apêndice C).

Gráfico 17 – Finalidade do crédito pelos clientes (2009 – 2015)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Nota: * valor consolidado até o mês de setembro.

De acordo com o apontado no gráfico 18, em média, 84,69% dos clientes atendidos pelo programa pleitearam o microcrédito visando a composição/recomposição de capital de giro, sendo o ápice atingido no ano de 2010 quando esse percentual atingiu 92,20%, conforme gráfico 17. Por outro lado, 11,30% (gráfico 18), em média, do total de clientes atendidos no período demandaram microcrédito com vias ao investimento (tabela completa com os valores ver Apêndice D).

Gráfico 18 – Média da finalidade do crédito pelos clientes (2009 – 2015)

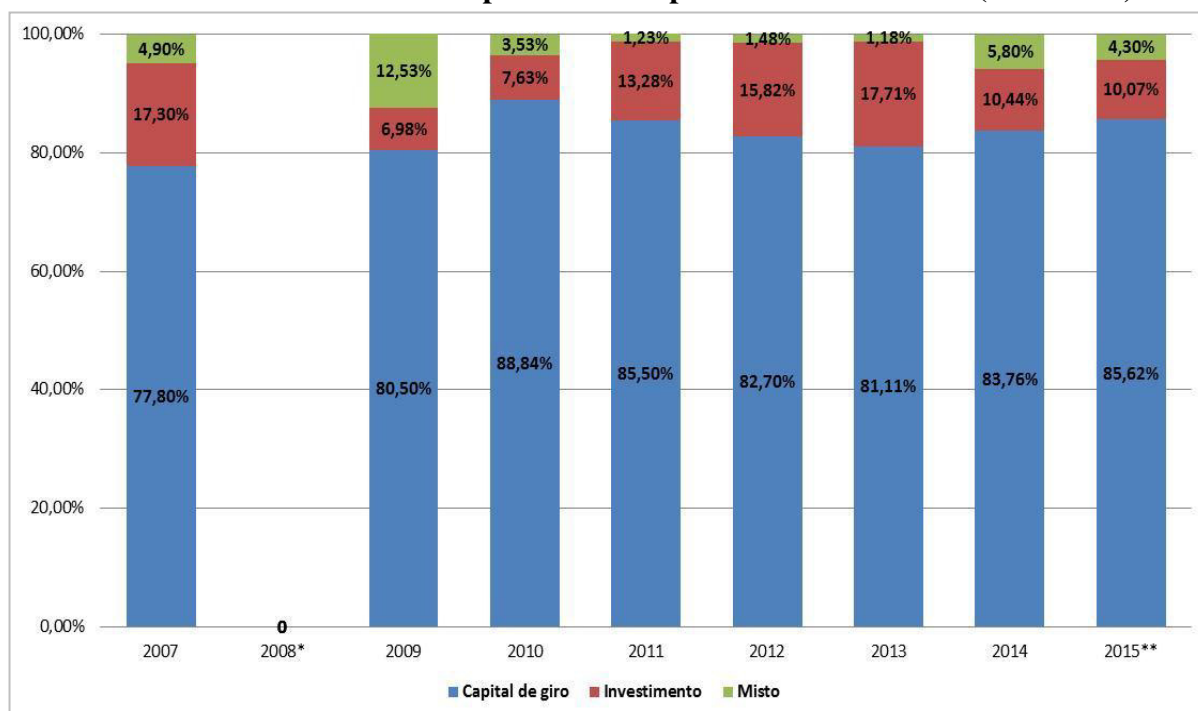
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

A partir de 2011, é possível verificar um crescimento da demanda do microcrédito voltado para implicação em investimento, passando de 6,93% para 16,12% no

intervalo de dois anos, apesar de ter se evidenciado uma queda nos últimos anos. Este resultado, não por acaso, coincide com a implantação do Programa Crescer¹⁹ do Governo Federal.

Por fim, o percentual de clientes que utilizaram o microcrédito visando tanto capital de giro quanto investimento foi, em média, de apenas 4,01% (gráfico 18).

Gráfico 19 – Finalidade do crédito pelos clientes por volume de crédito (2007/2015)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Nota: * Dados não disponíveis nos relatórios disponibilizados pelo MTE.

Nota: ** valor consolidado até o mês de setembro.

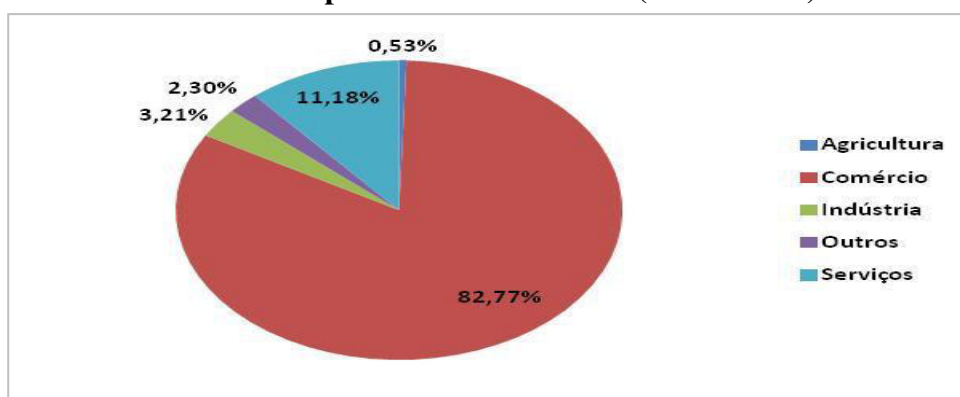
Quando considerado o montante dos valores concedidos, onde foi possível a obtenção ainda de dados relativos ao ano de 2007, o gráfico 19 demonstra quadro bastante semelhante ao verificado na demanda dos clientes, ou seja, os valores concedidos foram utilizados substancialmente para fins de aplicação em capital de giro das empresas, com destaque também para o ano de 2010 quando 88,84% dos recursos obtidos foram utilizados pelos empreendedores para este tipo de aplicação, acompanhado do investimento, com exceção do ano de 2009, quando a aplicação mista foi a segunda maior.

¹⁹ Na conjuntura atual, os Bancos Públicos Federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste) seguem as diretrizes do Programa Crescer do Governo Federal, cujo objetivo é a facilitação do crédito, a formalização e geração de trabalho e renda, bem como o atendimento das necessidades de capital de giro e/ou investimento, sobretudo máquinas e equipamentos. Este crédito é voltado exclusivamente às atividades produtivas.

3.4.2.4 Distribuição por Ramo de Atividade

De acordo com o gráfico 20, o segmento que obteve mais investimento do microcrédito ao longo do intervalo pesquisado foi o setor de comércio que, em média, obteve 82,77%, seguido pelo setor de serviços, 11,18%, indústria, 3,21%, outros, 2,30%, e, por fim, agricultura, com 0,53%.

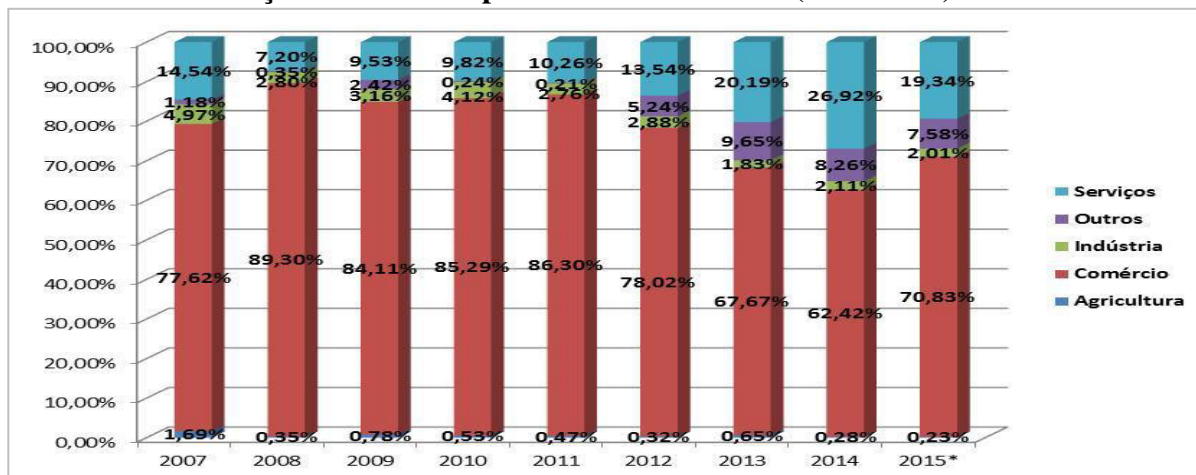
Gráfico 20 – Média do PNMPO por ramo de atividade (2007 – 2015)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Ao longo do período, de acordo com o gráfico 21, sublinha-se o ano de 2008, quando o setor de comércio atingiu a sua maior marca com 89,30%. A partir de 2011, influenciado pelo Programa Crescer, essa concentração do comércio vem caindo, dando espaço, principalmente, ao setor de serviços, o qual se elevou em aproximadamente 1000% o montante do valor concedido (ver Apêndice E), apesar de que no último ano, o comércio voltou a novamente evoluir.

Gráfico 21 – Evolução do PNMPO por ramo de atividade (2007-2015)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Nota: * valor consolidado até o mês de setembro.

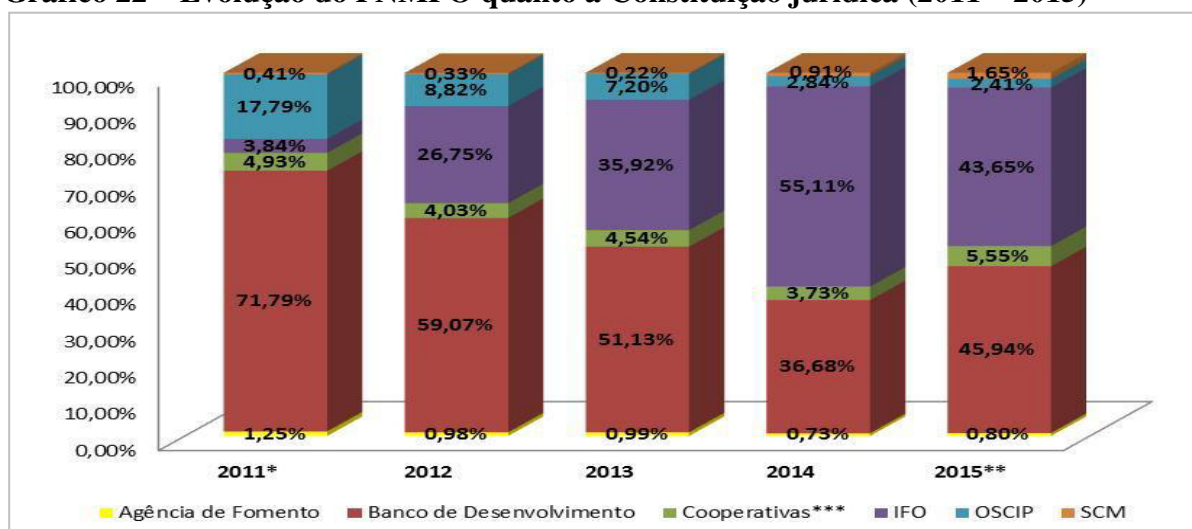
Pelos dados apresentados, apesar dos relatórios não detalharem a distribuição dos valores entre os meios rural e urbano, é possível afirmar, ainda que de forma indireta, que o público alvo do PNMPO está localizado mais precisamente nas regiões urbanas, posto que o programa esteve voltado para setores caracteristicamente urbanos, tais como comércio, serviços e indústria, sendo que o setor de agrícola foi o menos beneficiado com recebimentos dos empréstimos, sendo constatado, com exceção do ano de 2013, uma crescente redução dos investimentos nesse setor ao longo de todo o período.

No caso da indústria, justifica-se a menor constituição ao longo do programa, pelo fato desse setor exigir uma maior inversão em imobilizados, tais como espaço físico, maquinarias e equipamentos e uma maior qualificação do empreendedor e da mão de obra utilizada, portanto, não sendo compatível, via de regra, com a clientela do programa que é constituída por empreendedores operando na informalidade.

3.4.2.5 Distribuição por Constituição Jurídica

Em relação a este indicador, o MTE começou a medi-lo somente a partir do segundo trimestre do ano de 2011. Nota-se pelo gráfico 22, que nesse ano o maior volume concentrou-se nos Bancos de Desenvolvimento, com pouco mais de 71% dos recursos, tendo o conjunto de OSCIPs como a segunda maior carteira, com aproximadamente 18% dos recursos sob essas instituições (tabela completa com os valores ver Apêndice F).

Gráfico 22 – Evolução do PNMPO quanto à Constituição jurídica (2011 – 2015)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Notas: * Valores consolidado a partir do 2º semestre.

** : valor consolidado até o mês de setembro.

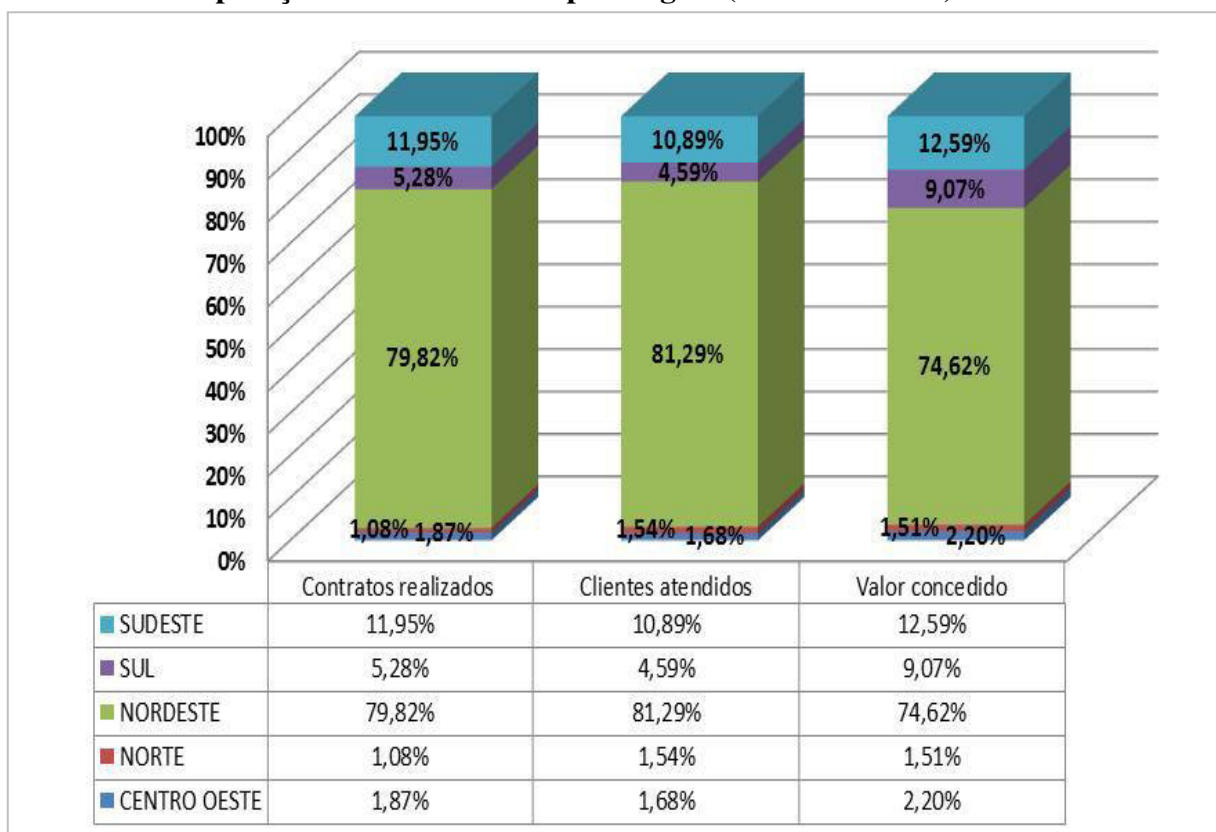
***: Foram concatenados os dados relativos aos bancos cooperativos, cooperativas central de crédito e cooperativas de crédito.

No entanto, a partir do ano de 2012 percebe-se claramente uma expansão substancial das IFOs, estimulada, sobretudo, pela participação dos Bancos Públicos Federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste), por meio do Programa Crescer do Governo Federal. Esse crescimento das IFOs é acompanhado da redução da participação dos Bancos de Desenvolvimento e, principalmente, das OSCIPs que passaram de 17,79%, em 2011, para somente 2,41% em 2015. As IFOs, por outro lado, tiveram aumento da sua carteira de 3,84%, em 2011, para 43,65% em 2015, com destaque para o ano de 2014, quando atingiu o maior volume das carteiras ativas. Os Bancos de desenvolvimento, apesar da redução ocorrida ao longo do período do programa, retomou, no último ano, a dianteira dentre as instituições responsáveis pela oferta de microcrédito produtivo orientado.

3.4.2.6 Distribuição do Microcrédito por Região

A partir do segundo semestre do ano de 2009, o MTE passou a disponibilizar relatório contendo informações gerenciais segmentando os dados por Unidade Federativa.

Gráfico 23 – Operações de microcrédito por Região (2009* – 2015)**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

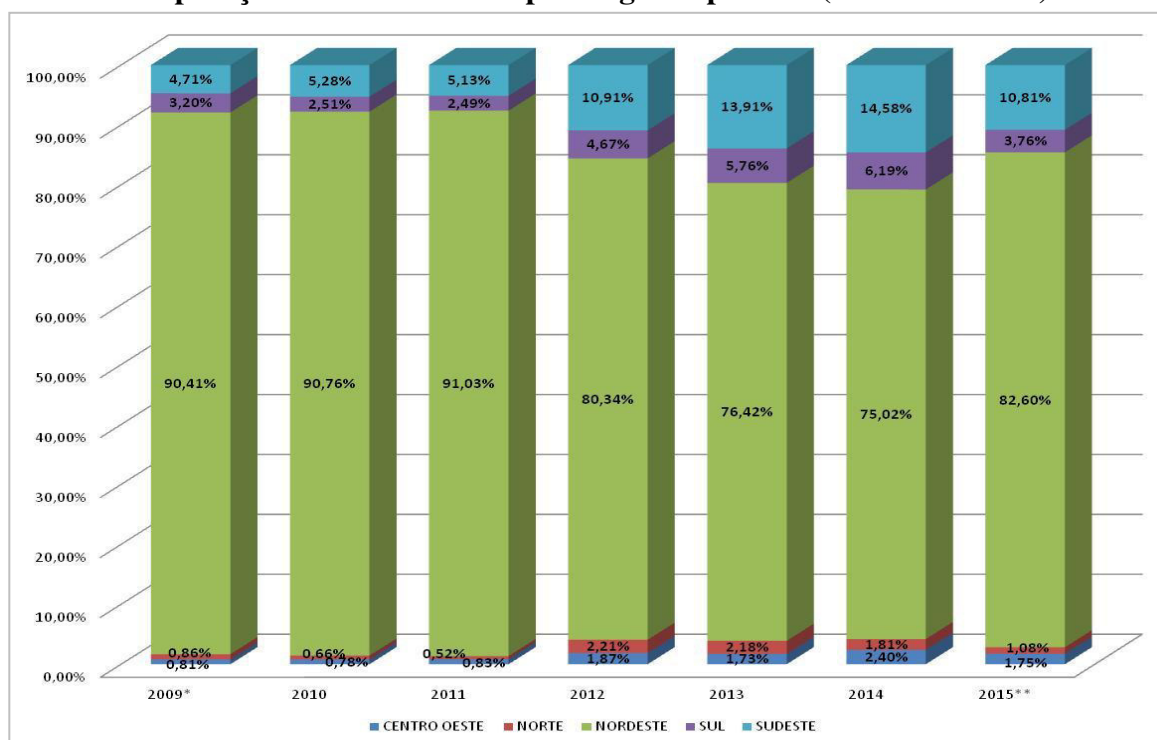
Nota: * valor consolidado a partir do segundo semestre.

** : valor consolidado até o mês de setembro.

Depreende-se do gráfico 23, a expressiva concentração de recursos alocados e de cliente atendidos na Região Nordeste, centralizando 79,82% dos contratos realizados, 81,18% dos clientes atendidos e 74,62% dos valores fornecidos, com destaque para oferta de microcrédito nos estados do Ceará, Bahia e Maranhão que responderam sozinhos por aproximadamente 42% do total de microcrédito concedido ao longo do período analisado (tabela completa com os valores ver Apêndice G).

Essa concentração relativa na Região Nordeste, verificada durante o período analisado, de acordo com o demonstrado no gráfico 24, deve-se, principalmente, à operação do Programa Crediamigo do BNB, que é o maior ofertante de microcrédito produtivo orientado no País e na América Latina.

Gráfico 24 – Operações de microcrédito por Região e por ano (2009* – 2015)**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Nota: * valor consolidado a partir do segundo semestre.

** : valor consolidado até o mês de setembro.

Com a implementação do Programa Crescer em 2011, apesar da Região Nordeste ainda ser responsável por parcela significativa da demanda do microcrédito, percebe-se que houve uma melhor distribuição, após esse ano, entre as regiões, com destaque para a Região Sudeste que passou de 5,13% para 14,58% em 2014 (tabela completa com os valores ver Apêndice H). Somente no ano de 2015 a demanda da Região Nordeste passou novamente a aumentar.

3.4.2.7 Execução Consolidada do PNMPO (2005-2015)

Por fim desta análise, tem-se a apresentação dos dados consolidados do PNMPO de 2005, início do programa, até o terceiro trimestre de 2015, último relatório divulgado pelo MTE.

De acordo com os dados relativos às operações de microcrédito e o volume de crédito concedido, conforme demonstrado nos gráficos 25 e 26, é possível verificar a rápida evolução nos primórdios do programa, haja vista que entre 2005 e 2006 houve um aumento expressivo de aproximadamente 31% no número de operações e pouco mais de 38% em relação ao valor nominal concedido (tabela completa com os valores ver Apêndice I).

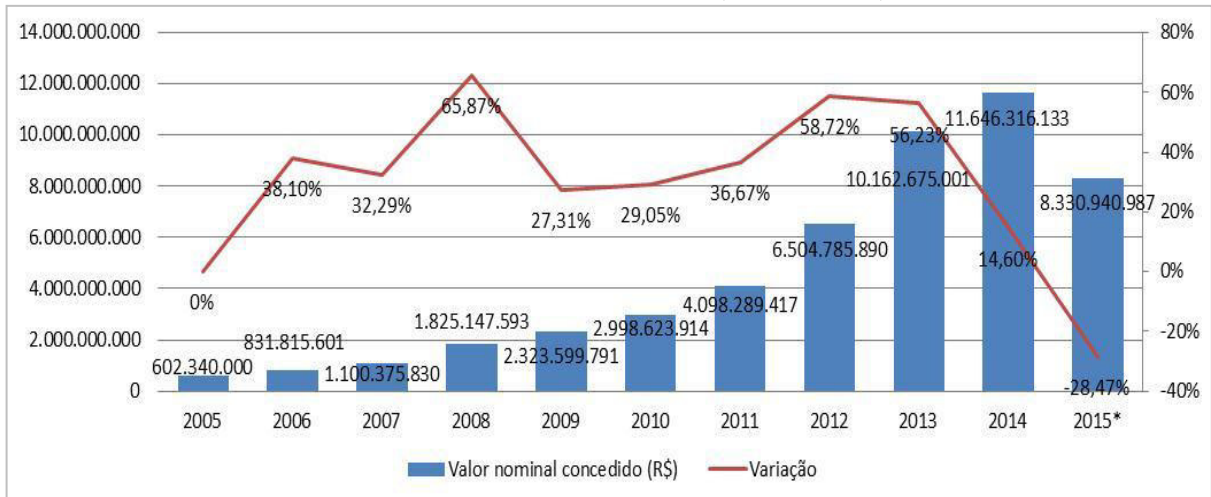
Gráfico 25 – Operações de microcrédito no PMMPO (2005 - 2015)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Nota: * valor consolidado até o mês de setembro.

Gráfico 26 – Valor nominal concedido no PMMPO (2005 - 2015)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

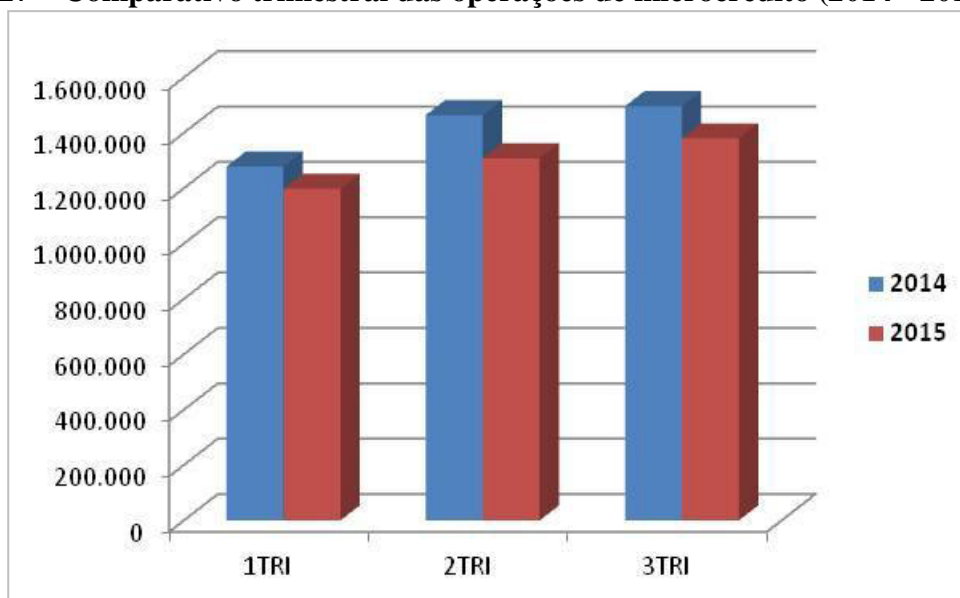
Nota: * valor consolidado até o mês de setembro.

Destaca-se, ainda, que diante do cenário de incertezas no campo macroeconômico decorrentes da crise ocorrida em 2008, o fomento do microcrédito no âmbito do PNMPO manteve seu crescimento em termos absolutos, em relação ao número de operações e aos valores concedidos, no entanto sofreu reduções no seu ritmo de crescimento, porém retomado no ano de 2010.

Em relação aos dois últimos anos, vêm se verificando uma retração primeiramente no número de operações e, posteriormente, no valor concedido. No ano de 2014 houve uma diminuição no número de operações em relação ao ano anterior, mas ainda assim manteve um crescimento em relação ao valor concedido, apesar desse crescimento ter sido o mais baixo durante todo o programa.

No tocante ao ano de 2015, embora não haja informações acerca do último trimestre, em comparação aos três trimestres do ano anterior, percebeu-se nitidamente pelo gráfico 27 uma redução nos trimestres da quantidade de operações realizadas.

Gráfico 27 – Comparativo trimestral das operações de microcrédito (2014 - 2015)



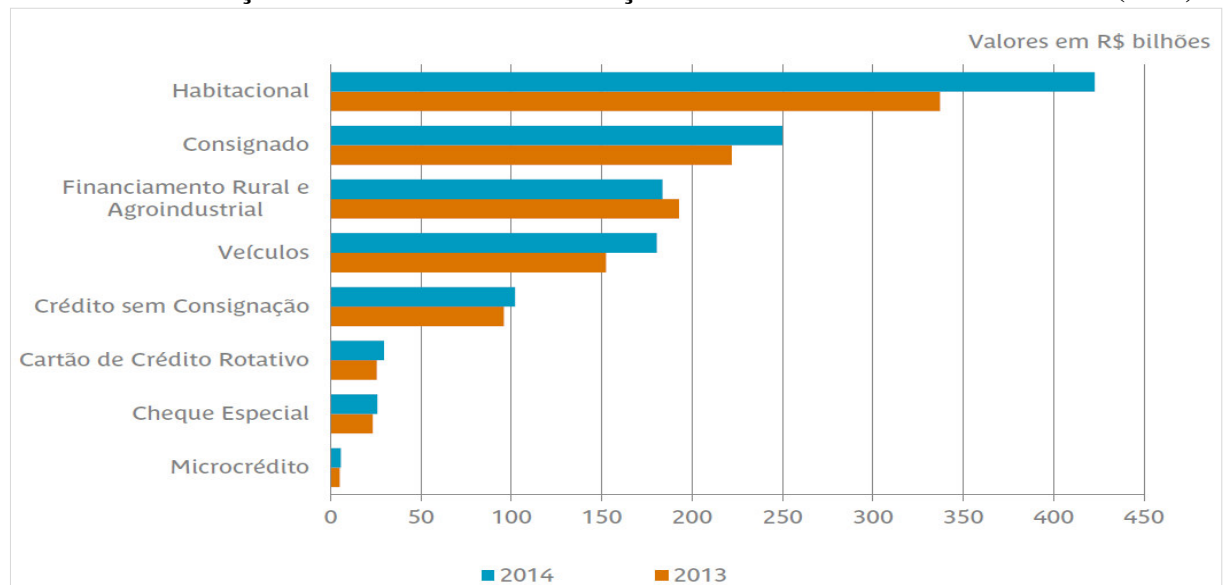
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (2014c, 2015c).

A despeito do declínio dos resultados recentes do PNMPO, o programa de modo geral obteve uma grande expansão, sendo verificada a realização de mais de 28 milhões de operações em todo país, sendo concedido um valor superior a 50 bilhões de reais.

Em comparação ao ano de criação do PNMPO, a quantidade de operações de microcrédito produtivo orientado passou de 632.106 operações no seu primeiro ano de implementação para 5.667.287 em 2014, registrando crescimento de 796,57%, enquanto o

valor dos créditos concedidos cresceu de R\$ 602.340 milhões em 2005 para R\$ 11,6 bilhões de reais em 2014.

Gráfico 28 - Atuação do microcrédito em relação ao Sistema Financeiro Nacional (SFN)



Fonte: BCB (2015, p. 130).

Apesar do crescimento no número de operações e valores concedidos a participação do microcrédito, comparativamente a demais modalidades do SFN ainda é bastante tímida, conforme se pode verificar no gráfico 28.

Assim, verifica-se a possibilidade de expansão do crédito sob a rubrica do microcrédito, de forma a alcançar um número mais expressivo de empreendimentos aliadas do sistema convencional de crédito.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou estudar, inicialmente, sob a ótica de diferentes visões teóricas o papel desempenhado pelo crédito na economia e conseqüentemente no desenvolvimento econômico.

Em seguida, verificou-se ainda, no referencial teórico, que, a despeito da evolução do crédito ocorrida nos últimos anos, há ainda uma inanição da oferta de crédito a determinados agentes econômicos, sobretudo, a população de baixa renda, que se depara com um cenário onde o sistema de crédito tradicional não abarca as suas necessidades, constringendo a realização de investimentos por este setor da economia. Inserem-se nessa demanda não atendida as MPEs e o setor informal, que atuam de forma relevante no setor produtivo da economia.

Diante dos entraves condicionados ao acesso ao crédito, sobretudo para os mais pobres, o microcrédito atua no sentido de agente catalisador daqueles que se encontram à margem no sistema de crédito tradicional. Para esses agentes econômicos, o montante da renda disponível não é suficiente para suscitar qualquer tipo de financiamento ao investimento. Na realidade, sua renda é quase que totalmente (ou totalmente) destinada à subsistência da família. Em outros termos, a partir do momento em que é colocada uma barreira de proteção sobre o crédito, a exemplo da necessidade de garantias e a cobrança de elevadas das taxas de juros, os atores não abastados estão condicionados a não realização de investimentos produtivos. E é neste ponto, que o microcrédito atua no sentido de abranger esta parcela da população que está obstruída pelos meios convencionais de obtenção de crédito.

Destarte, os programas de microcrédito vêm assumindo um papel importante como instrumento de inclusão financeira. Em suma, a metodologia do microcrédito consiste em fomentar capital mínimo para permitir a realização de investimento pelos pequenos empreendedores, sejam eles formais ou informais, possibilitando a manutenção e crescimento dos seus negócios, contribuindo, em conseqüência, com a geração de renda e trabalho.

Diante destes termos, buscou-se como linha de estudo deste trabalho analisar os resultados obtidos pelo PNMPO que tem como intuito justamente a destinação de recursos aos empreendedores populares, visando esses fins. Desta forma, com base nos relatórios gerenciais dos anos 2007 a 2015 fornecidos pelo MTE, buscou-se verificar o atendimento do programa ao longo de todo o período de sua implantação, o qual se iniciou em 2005, com a promulgação da Lei Federal nº 11.110/2005.

Por meio da pesquisa e dos dados obtidos foi possível relacionar os principais resultados e contribuições do PNMPO, levando-se em consideração os aspectos qualitativos e quantitativos.

Primeiramente em relação a termos qualitativos, os dados da pesquisa relevaram que a maioria dos clientes atendidos é formada pelo público feminino. A concessão do crédito a esse público foi verificada durante todos os anos do programa. Como já mencionado, de modo geral, o PNMPO tem como objetivo basicamente propiciar crédito para os empreendedores populares, visando à geração de renda e trabalho. Entretanto, é possível alegar, através deste perfil do público atendido, que o programa, de forma indireta, tem contribuindo para também o empoderamento, dignidade e liberdade de atuação das mulheres na sociedade, possibilitando ainda o incremento da renda e melhorias das condições de vida das famílias das beneficiárias.

Outro dado importante extraído na pesquisa foi o fato de que os recursos oriundos do PNMPO foram amplamente destinados aos empreendedores informais do mercado de trabalho, sendo constatada uma baixa variação durante todo o período do programa. Assim, pelo que foi explicitado nos dados, é possível afirmar que, neste sentido, a clientela atendida pelo programa, resulta notoriamente de parcela da população que encontra dificuldade para alcançar o crédito necessário para o seu empreendimento.

Esses dados expressivos podem levar a uma visão alternativa de que o programa está priorizando as empresas informais em detrimento das empresas formalizadas. Entretanto, acredita-se que a interpretação mais correta é a de que, em tese, os empreendedores informais possuem maiores dificuldades no acesso ao sistema financeiro tradicional, em relação aos empreendedores formais, ainda que estes também possuam obstáculos, porém em menor grau. Por esta razão, os primeiros vislumbram no programa uma das poucas vias, em alguns casos a única via, de financiamento dos seus negócios, portanto, nesse contexto, o setor informal se torna o maior demandante do programa, por visualizar baixa alternativa de obtenção de crédito que não pelo PNMPO.

Este tipo de política pública é relevante no sentido de viabilizar o exercício da atividade exercida pelos pequenos negócios que em muitos casos atuam na informalidade, e que por esta característica, se deparam com um cenário de difícil acesso ao mercado tradicional de crédito, seja em razão da sua informalidade ou ainda adicionando o fato de não disporem de comprovação de ativos financeiros como garantia dos empréstimos. Nestes termos, diante de tal resultado, entende-se que o PNMPO cumpre com essa finalidade na medida em que promove o atendimento das necessidades financeiras aos empreendedores

populares, em sua grande maioria na condição de informalidade, possibilitando, assim, que estes atores possam se desenvolver gerando renda e emprego.

Em relação a termos quantitativos, observou-se, primeiramente, que parcela bastante representativa dos tomadores do microcrédito tem optado por aplicar esse recurso na forma de capital de giro.

Essa predileção dos empreendedores que recorrem ao microcrédito para esse tipo de aplicação pode ser explicada, considerando que boa parte das empresas sente dificuldade em manter capital necessário para financiar a continuidade das operações da empresa, bem como de possuir reserva financeira para ser usada em momentos de necessidade. É cediço que essa forma de aplicação de recursos é essencial para a manutenção e operacionalidade dos empreendimentos. Assim, acredita-se que outro resultado indireto que pode ser atribuído ao programa é o fato que ele poderá estar contribuindo para prevenção na mortalidade prematura das empresas participantes do programa e na possível expansão dos negócios.

Em relação ao ramo de atividade dos participantes do PNMPO, apesar de não explícito, pode ser interpretado que o programa está voltado mais para as atividades urbanas. Alguns fatores que podem ser considerados como inibidores são a dispersão geográfica (dificuldades com supervisão, recuperação de crédito, obtenção de informações, entre outras) das unidades agrícolas junto às instituições financeiras - já que uma das principais características do programa é constante acompanhamento dos beneficiários, por meio do chamado agente de crédito - e a existência de programas de crédito específicos para atividades rurais, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Agroamigo do BNB.

Em relação à questão regional, percebeu que o programa tem assistindo de forma majoritária a Região Nordeste, em decorrência, principalmente, do programa Crediamigo do BNB. Aqui se entende que o PNMPO pode ser expandido no sentido de haver uma melhor distribuição nas demais regiões do país, sobretudo, em favor das regiões norte e centro-oeste.

Constatou-se ainda que a implementação do Programa Crescer em 2011 trouxe modificações na linha de tendência de algumas distribuições no PNMPO. Em relação à finalidade do crédito, percebe-se que, apesar dos clientes utilizarem, significativamente, o microcrédito para fins de capital de giro, houve uma diversificação da aplicação em favor do investimento. Quanto ao ramo de atividade, com a concepção do Crescer houve um crescimento expressivo em prol do setor de serviços. Essa elevação foi verificada mais ainda às IFOS no que tange à constituição jurídica das instituições concessionárias dos empréstimos. Por fim, verificou-se, também, que o Crescer alterou, ainda que timidamente, a distribuição

dos créditos em relação às regiões do país, sendo observado um crescimento na Região Sudeste. Por fim, nota-se que no último ano houve um arrefecimento do impacto no programa Crescer no PNMPO, ou seja, a alteração da linha de tendência perdeu força no último ano.

De modo geral, apesar de ter havido uma diminuição em relação a contratos e valores concedidos nos últimos anos, observou-se que ao longo do período de dez anos houve uma evolução robusta do PNMPO, sendo realizadas quase 29 de milhões de operações e concedidos pouco menos de 50,5 bilhões de reais, levando crédito aos empreendimentos que de, outro modo, encontrariam entraves à obtenção de recursos por meio do sistema financeiro tradicional. Porém, apesar destes avanços, entende-se que há ainda uma oportunidade de expansão do programa, considerando que em comparação com as demais modalidades do SFN as operações de microcrédito ainda possuem uma atuação bastante tímida.

Em relação ao problema de pesquisa, conclui-se, pois, que, a despeito dessa possibilidade de elevação do programa e da diminuição de sua participação nos derradeiros anos, o PNMPO tem fomentado o crédito aos agentes que notoriamente se deparam com um cenário de dificuldade de acesso ao crédito pelo sistema financeiro tradicional.

Por fim, este trabalho não teve por objetivo esgotar assunto, ao contrário, espera-se que a discussão aqui realizada abra um leque de sugestões de pesquisa e que estimule e sirva de base para novas interpretações.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **A densa vida financeira das famílias pobres**. In: Laços financeiros na luta contra a pobreza. São Paulo: Editora Annablume, 2004.

ABRAMOVAY, R.; CARVALHO, C. E. **O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro**. Sistema Financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas. Brasília. SEBRAE 2004.

ALICE, L.; RUPPENTHAL, J. E. **Microcrédito como fomento ao empreendedorismo na base da pirâmide social**. GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, Ano 7, nº 1, jan-mar/2012, p. 23-34.

ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A. Microcrédito ontem e hoje. In: Franco de Matos; Júnior Macambira; Maria Cristina Cacciamalli. (Org.). **A Atividade e Política de Microcrédito no Brasil**: visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT, USP, 2014, p. 35-53.

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.000, de 25 de agosto de 2011**. Altera e consolida as normas que dispõem sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2011/pdf/res_4000_v1_O.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2016.

_____. **Resolução nº 4.152, de 30 de outubro de 2012**. Disciplina as operações de microcrédito por parte das instituições que especifica. Diário Oficial, Brasília, DF, 31 out. 2012. Seção 1, p. 45.

_____. **Relatório de Inclusão Financeira**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?RELINCFIN2015>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

_____. **Série Cidadania Financeira**: Estudos sobre educação, proteção e inclusão. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/relinconfin/SerieCidadania_1panorama_micro.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016.

_____. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Libertar o crédito**: como aprofundar e estabilizar o financiamento bancário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BARALDI, M. R. (Coord.). **Manual de política e processo decisório de crédito**. 2.ed. São Paulo: IBCB, 1990.

BARONE, F.M.; LIMA, P.F.; DANTAS, V.; REZENDE, V. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BARRERE, A. **Teoria econômica e impulso keynesiano**. Tradução Pierre Santos. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

BESSA, L. R. **O consumidor e os limites dos bancos de dados de proteção ao crédito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BLATT, A. **Créditos inadimplidos e inadimplência**. 2. ed. São Paulo: STS, 1999.

BRAGA, M. B.; TONETO JR, R. **Microcrédito**: aspectos teóricos e experiências. Revista Análise Econômica, ano 18, n. 33, p. 69-86, maio 2000.

BRASIL. **Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005**. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPPO. Diário Oficial, Brasília, DF, 26 abr. 2005. Seção 1, p. 1.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado**: Análise dos Dados Consolidados – Ano 2007. Brasília, DF, 2007. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado**: Análise dos Dados Consolidados – Ano 2008. Brasília, DF, 2008. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 1º. Trimestre de 2009**. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 2º. Trimestre de 2009**. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 3º. Trimestre de 2009**. Brasília, DF, 2009c. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 4º. Trimestre de 2009**. Brasília, DF, 2009d. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 1º. Trimestre de 2010**. Brasília, DF, 2010a. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 2º. Trimestre de 2010**. Brasília, DF, 2010b. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 3º. Trimestre de 2010.** Brasília, DF, 2010c. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 4º. Trimestre de 2010.** Brasília, DF, 2010d. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 1º. Trimestre de 2011.** Brasília, DF, 2011a. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 2º. Trimestre de 2011.** Brasília, DF, 2011b. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 3º. Trimestre de 2011.** Brasília, DF, 2011c. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 4º. Trimestre de 2010.** Brasília, DF, 2011d. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 1º. Trimestre de 2012.** Brasília, DF, 2012a. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 2º. Trimestre de 2012.** Brasília, DF, 2012b. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 3º. Trimestre de 2012.** Brasília, DF, 2012c. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 4º. Trimestre de 2012.** Brasília, DF, 2012d. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 1º. Trimestre de 2013.** Brasília, DF, 2013a. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 2º. Trimestre de 2013.** Brasília, DF, 2013b. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do 3º trimestre de 2013.** Brasília, DF, 2013c.

Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do 4º trimestre de 2013**. Brasília, DF, 2013d. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do 1º trimestre de 2014**. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do 2º trimestre de 2014**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do 3º trimestre de 2014**. Brasília, DF, 2014c. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do 4º trimestre de 2014**. Brasília, DF, 2014d. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do 1º trimestre de 2015**. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do 2º trimestre de 2015**. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do 3º trimestre de 2015**. Brasília, DF, 2015c. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

CARVALHO, F. SOUZA, F. SICSU, J. PAULA, L.F. STUDART, R. **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CENTA, S. A. **Análise de crédito**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2004.

COUTO, A. C. L.; TRINTIM, J. G. **O papel do BNDES no financiamento da economia brasileira**. In: Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 5, São Paulo, 2012

DANTAS, V.A. O setor de microfinanças e as políticas de microcrédito no Brasil. In: Franco de Matos; Júnior Macambira; Maria Cristina Cacciamalli. (Org.). **A Atividade e Política de Microcrédito no Brasil**: visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT, USP, 2014, p. 159-175.

GALEANO, E. V.; FEIJÓ, C. **Crédito e Crescimento Econômico**: Uma exploração Regional para a Economia Brasileira nos Anos 2000. VI Encontro de Economia Baiana. Set, 2010.

GERMER, C.M (1995). **Dinheiro, capital e dinheiro de crédito** – o dinheiro segundo Marx. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRASEL, D.; SANTANA, E. A. . **Os modelos de Keynes e Kalecki e o Investimento Produtivo no Brasil**: 1980/90. Revista de Estudos Sociais , EdUFMT: Cuiabá/MT, v. 01, n. ano 1 n. 2, p. 87-116, 1999.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HILLBRECHT, R. **Economia monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Economia Informal Urbana**. 2005. Disponível em: <
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6150.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica**: ensaio sobre as mudanças cíclicas e à longo prazo da economia capitalista. Tradução Paulo de Almeida. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1977.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução Mário R. da Cruz. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultura, 1996.

_____. **A teoria ex ante da taxa de juros**. In: IPEA. Tradução Mary Cardoso. Clássicos de literatura econômica: textos selecionados de macroeconomia. 3. ed. Brasília: Ipea, 2010. p. 85-96.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: amostragens e técnicas de pesquisa, planejamento e execução de pesquisas, elaboração análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2006.

LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração financeira**: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.

LIMA, S. N. **Microcrédito como política de geração de emprego e renda**. Revista do Bndes 32, p.64-72, dez. 2009.

MAGNABOSCO, A.L (2015). **Fatores determinante dom investimento e o papel das mudanças institucionais na acumulação de capital e no crescimento do Brasil.** (dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Economia, São Paulo.

MAIA, G. B. S. **Racionamento de crédito e crise Financeira:** Uma avaliação keynesiana. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 61-84, jun. 2009.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro 3, v.4, t. 1. Tradução Régis Barbosa, Flávio R. Kothe. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Livro 1, v.1, t. 1. Tradução Régis Barbosa, Flávio R. Kothe. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATOS, F.; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALLI, M.C. O setor de microfinanças e as políticas de microcrédito no Brasil. In: Franco de Matos; Júnior Macambira; Maria Cristina Cacciamalli. (Org.). **A Atividade a e Política de Microcrédito no Brasil:** visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT, USP, 2014, p. 17-34.

MISHKIN, F. S. **Moedas, Bancos e Mercados Financeiros.** Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MOLLO, M. L. **Crédito, Capital Fictício, Fragilidade Financeira e Crises:** discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual, Economia e Sociedade, v. 20, n. 3 (43), p. 449-474, dez, 2011.

MONZONI, M. **Impacto em renda do microcrédito.** São Paulo: Petrópolis, 2008.

NAPOLEONI, C. **O pensamento econômico do século XX.** Rio de Janeiro, Presença, 1979.

_____. **O futuro do capitalismo.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

NERI, M.; GIOVANINI, F. S. **Negócios nanicos, garantias e acesso a crédito.** Revista de Economia Contemporânea, v. 9, n. 3, set./dez. 2005.

NERI, M (org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro:** perfil e performance dos clientes do CrediAmigo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OLIVEIRA, GUILIANO C. **Crédito Bancário no Brasil no Período Recente (2003-2006):** Uma Abordagem Pós-Keynesiana. PRIMEIRO ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 2008, Campinas SP. Anais..., Campinas: UNICAMP, 2008.

OLIVEIRA, T. S.; GONÇALVES, A.S.; ANDRADE, M. A. **A teoria do tripé schumpeteriano e o papel do microcrédito no desenvolvimento econômico uma análise do crediamigo.** In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, 2010, Natal. I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, 2010.

PARENTE, S. **Microfinanças:** saiba o que é um banco do povo. (Coleção Prazer em Conhecer). Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

PAULA, L. F. **Sistema financeiro e o financiamento da inovação**: Uma abordagem Keynesiana-Schumpeteriana. In: 39º Encontro nacional de economia, 2011, Foz do Iguaçu. Anais eletrônicos. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2011.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

PINTO JR, H.Q; PIRES, M. C. P. **Assimetria de informações e problemas regulatórios**. Rio de Janeiro: ANP, 2000. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/eco02036/pintojr-pires-2000.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**: Novos caminhos para inclusão social. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R.W.; JORDAN, B.D. **Princípios de administração financeira**. Tradução Andrea Maria Accioly Fonseca Minardi. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, J. O. **Análise de crédito para empresas e pessoas físicas**. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHRICKEL, W. K. **Análise de crédito**: concessão e gerência de empréstimo. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHUMPETER, J.A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Tradução Maria Sílvia Possas. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Causa mortis**: o sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida. 2014a. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mortalidade/causa_mortis_2014.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. **O financiamento dos pequenos negócios no Brasil**. 2014b. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/76ac93f03bc955d91939b0896644c743/\\$File/5138.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/76ac93f03bc955d91939b0896644c743/$File/5138.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. 2014c. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SILVA, J. P. da. **Gestão e Análise do Risco de Crédito**. São Paulo: Atlas, 2000.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: uma investigação sobre sua natureza e suas causas. Coleção Os Economistas. Tradução Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

SOBRINHO, A. D. M.; SOARES, M. M. **Microfinanças**: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do Cooperativismo de Crédito. 2. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, A. **Credit rationing in markets with imperfect information**. The American Economic Review, 3, v. 71, June 1981, p. 393-409.

TANNURI, D. M. J. **Microcrédito**. In: Desenvolvimento Local: Práticas Inovadoras. SPITZ, A.; PEITER, G. (Orgs.). Rio de Janeiro : Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2000 p. 39-68. Disponível em:<https://issuu.com/mobilizadorescoep/docs/caderno_5/1>. Acesso em: 03 abr. 2016.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia**: micro e macro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

WESTON, J. F.; BRIGHAM, E. F. **Fundamentos da Administração Financeira**. Tradução Sidney Stancatti. 10. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.

YUNUS, M. **O Banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática. 2001.

_____. **Um mundo sem pobreza**: a empresa social e o futuro do capitalismo. São Paulo: Ática. 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Tabela 2 - Clientes do PNMPO por Sexo (2007 – 2015)

Ano	Gênero		Valores relativos		Total de clientes ativos
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	
2007 ⁽¹⁾	324.749	183.204	63,30%	35,71%	513.032
2008	409.887	230.561	64,00%	36,00%	640.448
2009	444.717	301.016	59,63%	40,37%	745.733
2010	571.116	322.775	63,89%	36,11%	893.891
2011	795.676	441.530	64,31%	35,69%	1.237.206
2012	1.359.404	813.926	62,55%	37,45%	2.173.330
2013	1.663.862	1.017.623	62,05%	37,95%	2.681.485
2014	2.191.311	1.382.653	61,31%	38,69%	3.573.964
2015 ⁽²⁾	1.937.097	1.180.796	62,13%	37,87%	3.117.893

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Notas: (1) 0,99% do total dos clientes não foram declarados.

(2): valor consolidado até o mês de setembro.

APÊNDICE B: Tabela 3 - Clientes do PNMPO por Situação Jurídica (2007 – 2015)

Ano	Formal	Formal (%)	Informal	Informal (%)	Total
2007 ⁽¹⁾	21.753	4,24%	485.739	94,68%	513.032
2008	23.248	3,63%	617.200	96,37%	640.448
2009	24.673	3,31%	721.060	96,69%	745.733
2010	29.874	3,34%	864.017	96,66%	893.891
2011	44.044	3,56%	1.193.162	96,44%	1.237.206
2012	113.156	5,21%	2.060.174	94,79%	2.173.330
2013	67.768	2,53%	2.613.717	97,47%	2.681.485
2014	205.898	5,76%	3.368.066	94,24%	3.573.964
2015 ⁽²⁾	138.597	4,45%	2.979.296	95,55%	3.117.893

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Notas: (1) 1,08% do total dos clientes não foram declarados.

(2): valor consolidado até o mês de setembro.

APÊNDICE C: Tabela 4 – Finalidade do crédito pelos clientes (2009 – 2015)

Finalidade do crédito	Ano (Continua)					
	2007 ⁽¹⁾		2008 ⁽²⁾		2009	
	Cientes ativos	Cientes ativos (%)	Cientes ativos	Cientes ativos (%)	Cientes ativos	Cientes ativos (%)
Capital de giro	-	-	-	-	604.667	81,08%
Investimento	-	-	-	-	51.849	6,95%
Misto	-	-	-	-	89.217	11,96%
TOTAL	513.032	-	640.448	-	745.733	100%

Finalidade do crédito	Ano (Continua)					
	2010		2011		2012	
	Cientes ativos	Cientes ativos (%)	Cientes ativos	Cientes ativos (%)	Cientes ativos	Cientes ativos (%)
Capital de giro	824.203	92,20%	1.126.394	91,04%	1.997.522	91,91%
Investimento	61.936	6,93%	101.930	8,24%	156.064	7,18%
Misto	7.752	0,87%	8.882	0,72%	19.744	0,91%
TOTAL	893.891	100%	1.237.206	100%	2.173.330	100%

Finalidade do crédito	Ano (Conclusão)					
	2013		2014		2015 ⁽²⁾	
	Cientes ativos	Cientes ativos (%)	Cientes ativos	Cientes ativos (%)	Cientes ativos	Cientes ativos (%)
Capital de giro	2.235.313	83,36%	2.847.504	79,67%	2.579.267	82,72%
Investimento	432.171	16,12%	462.736	12,95%	363.282	11,65%
Misto	14.001	0,52%	263.724	7,38%	175.344	5,62%
TOTAL	2.681.485	100%	3.573.964	100%	3.117.893	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Notas: (1) Dados não disponíveis nos relatórios disponibilizados pelo MTE.

(2): valor consolidado até o mês de setembro.

APÊNDICE D: Tabela 5 – Finalidade do crédito por volume de crédito (2007/2015)

Finalidade do crédito	Ano (Continua)					
	2007		2008 ⁽¹⁾		2009	
	Valor concedido	Valor (%)	Valor concedido	Valor (%)	Valor concedido	Valor (%)
Capital de giro	855.568.498	77,80%	-	-	1.838.551.847	80,50%
Investimento	190.248.522	17,30%	-	-	159.315.944	6,98%
Misto	53.885.420	4,90%	-	-	286.087.453	12,53%
TOTAL	1.099.702.440	100%	1.807.071.718	-	2.283.955.244	100,00%

Finalidade do crédito	Ano (Continua)					
	2010		2011		2012	
	Valor concedido	Valor (%)	Valor concedido	Valor (%)	Valor concedido	Valor (%)
Capital de giro	2.557.293.333	88,84%	3.210.451.659	85,50%	5.158.330.259	82,70%
Investimento	219.635.902	7,63%	498.642.368	13,28%	986.621.084	15,82%
Misto	101.465.386	3,53%	46.012.039	1,23%	92.627.896	1,48%
TOTAL	2.878.394.621	100,00%	3.755.106.065	100,00%	6.237.579.239	100,00%

Finalidade do crédito	Ano (Conclusão)					
	2013		2014		2015 ⁽²⁾	
	Valor concedido	Valor (%)	Valor concedido	Valor (%)	Valor concedido	Valor (%)
Capital de giro	7.019.263.437	81,11%	9.653.553.143	83,76%	7.092.696.200	85,62%
Investimento	1.532.275.947	17,71%	1.203.447.608	10,44%	834.514.774	10,07%
Misto	102.218.046	1,18%	668.644.966	5,80%	356.297.755	4,30%
TOTAL	8.653.757.430	100,00%	11.525.645.716	100,00%	8.283.508.729	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Notas: (1) Dados não disponíveis nos relatórios disponibilizados pelo MTE.

(2): valor consolidado até o mês de setembro.

APÊNDICE E: Tabela 6 – Evolução do PNMPO por ramo de atividade (2007 – 2015)

Finalidade do crédito	Ano (Continua)					
	2007		2008		2009	
	Valor concedido	Valor (%)	Valor concedido	Valor (%)	Valor concedido	Valor (%)
Agricultura	18.584.971	1,69%	6.324.751	0,35%	17.724.848	0,78%
Comércio	853.589.034	77,62%	1.613.715.044	89,30%	1.921.091.939	84,11%
Indústria	54.655.211	4,97%	50.598.008	2,80%	72.281.850	3,16%
Outros	12.976.489	1,18%	6.324.751	0,35%	55.174.283	2,42%
Serviços	159.896.735	14,54%	130.109.164	7,20%	217.682.324	9,53%
TOTAL	1.099.702.440	100,00%	1.807.071.718	100,00%	2.283.955.244	100,00%

Finalidade do crédito	Ano (Continua)					
	2010		2011		2012	
	Valor concedido	Valor (%)	Valor concedido	Valor (%)	Valor concedido	Valor (%)
Agricultura	15.292.353	0,53%	17.694.106	0,47%	20.182.893	0,32%
Comércio	2.454.932.954	85,29%	3.240.717.186	86,30%	4.866.412.853	78,02%
Indústria	118.596.883	4,12%	103.693.181	2,76%	179.498.535	2,88%
Outros	6.927.393	0,24%	7.705.876	0,21%	326.934.504	5,24%
Serviços	282.645.037	9,82%	385.295.716	10,26%	844.550.454	13,54%
TOTAL	2.878.394.620	100,00%	3.755.106.066	100,00%	6.237.579.239	100,00%

Finalidade do crédito	Ano (Conclusão)					
	2013		2014		2015 ⁽¹⁾	
	Valor concedido	Valor (%)	Valor concedido	Valor (%)	Valor concedido	Valor (%)
Agricultura	56.547.386	0,65%	32.397.017	0,28%	19.337.837	0,23%
Comércio	5.856.243.973	67,67%	7.194.839.730	62,42%	5.867.417.688	70,83%
Indústria	157.989.576	1,83%	243.740.670	2,11%	166.390.346	2,01%
Outros	835.385.358	9,65%	951.465.565	8,26%	628.175.411	7,58%
Serviços	1.747.591.139	20,19%	3.103.202.735	26,92%	1.602.187.447	19,34%
TOTAL	8.653.757.430	100,00%	11.525.645.716	100,00%	8.283.508.729	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Nota: (1) valor consolidado até o mês de setembro.

APÊNDICE F: Tabela 7 – Constituição jurídica por Carteira Ativa²⁰ (2011 – 2015)

Finalidade do crédito	Ano (Continua)					
	2011 ⁽¹⁾		2012		2013	
	Valor da Carteira Ativa	Valor (%)	Valor da Carteira Ativa	Valor (%)	Valor da Carteira Ativa	Valor (%)
Agência de Fomento	50.073.671	1,25%	91.020.570	0,98%	146.423.714	0,99%
Banco de Desenvolvimento	2.879.661.451	71,79%	5.482.332.142	59,07%	7.525.612.574	51,13%
Cooperativas ⁽²⁾	197.693.130	4,93%	374.459.504	4,03%	667.864.381	4,54%
IFO	154.093.945	3,84%	2.482.823.866	26,75%	5.286.025.069	35,92%
OSCIP	713.405.734	17,79%	818.917.258	8,82%	1.059.368.759	7,20%
SCM	16.286.698	0,41%	30.889.812	0,33%	31.934.574	0,22%
TOTAL	4.011.214.630	100,00%	9.280.443.152	100,00%	14.717.229.071	100,00%

Finalidade do crédito	Ano (Conclusão)			
	2014		2015 ⁽³⁾	
	Valor da Carteira Ativa	Valor (%)	Valor da Carteira Ativa	Valor (%)
Agência de Fomento	188.708.304	0,73%	141.346.781	0,80%
Banco de Desenvolvimento	9.457.497.831	36,68%	8.092.644.050	45,94%
Cooperativas**	960.866.214	3,73%	977.478.501	5,55%
IFO	14.209.749.042	55,11%	7.690.217.805	43,65%
OSCIP	732.711.099	2,84%	424.049.723	2,41%
SCM	233.655.126	0,91%	291.548.855	1,65%
TOTAL	25.783.187.617	100,00%	17.617.285.714	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Notas: (1) Valores consolidado a partir do 2º semestre.

(2): Foram concatenados os dados relativos aos bancos cooperativos, cooperativas central de crédito e cooperativas de crédito.

(3): valor consolidado até o mês de setembro.

²⁰ A carteira ativa, que representa o saldo a receber dos valores emprestados, reflete a capacidade de colocação do microcrédito no âmbito das operações realizadas pelas entidades habilitadas.

APÊNDICE G: Tabela 8 – Operações de microcrédito por Região (2009⁽¹⁾ - 2015⁽²⁾)

UF/Região	Contratos realizados	%/Brasil	Clientes atendidos	%/Brasil	Valor concedido	%/Brasil
CO	464.034	1,87%	396.700	1,68%	947.588.718	2,20%
DF	133.167	0,54%	126.141	0,54%	276.254.064	0,64%
GO	196.607	0,79%	157.882	0,67%	402.759.971	0,94%
MS	52.498	0,21%	42.787	0,18%	101.986.769	0,24%
MT	81.762	0,33%	69.890	0,30%	166.587.915	0,39%
N	267.134	1,08%	363.283	1,54%	650.811.474	1,51%
AC	17.992	0,07%	19.404	0,08%	35.586.859	0,08%
AM	37.786	0,15%	42.244	0,18%	75.121.065	0,17%
AP	11.410	0,05%	9.483	0,04%	17.589.009	0,04%
PA	129.446	0,52%	232.951	0,99%	386.613.829	0,90%
RO	33.426	0,13%	29.249	0,12%	66.632.744	0,15%
RR	8.385	0,03%	7.023	0,03%	16.604.041	0,04%
TO	28.689	0,12%	22.929	0,10%	52.663.927	0,12%
NE	19.775.789	79,82%	19.146.594	81,29%	32.089.753.565	74,62%
AL	1.075.158	4,34%	1.066.507	4,53%	1.692.175.753	3,93%
BA	2.604.255	10,51%	2.348.384	9,97%	4.332.462.396	10,07%
CE	6.640.599	26,80%	5.663.949	24,05%	9.393.185.361	21,84%
MA	1.993.997	8,05%	2.332.111	9,90%	4.359.862.869	10,14%
PB	1.599.265	6,46%	1.428.419	6,06%	2.437.489.898	5,67%
PE	1.510.277	6,10%	1.653.936	7,02%	2.561.787.693	5,96%
PI	2.314.176	9,34%	2.498.065	10,61%	3.746.995.994	8,71%
RN	1.133.585	4,58%	1.126.813	4,78%	1.899.276.411	4,42%
SE	904.477	3,65%	1.028.410	4,37%	1.666.517.189	3,88%
S	1.307.250	5,28%	1.080.537	4,59%	3.900.342.722	9,07%
PR	295.975	1,19%	248.392	1,05%	704.744.896	1,64%
RS	414.806	1,67%	343.609	1,46%	1.181.426.109	2,75%
SC	596.469	2,41%	488.536	2,07%	2.014.171.717	4,68%
SE	2.960.035	11,95%	2.565.270	10,89%	5.416.229.968	12,59%
ES	125.028	0,50%	112.724	0,48%	249.030.505	0,58%
MG	1.237.826	5,00%	1.142.907	4,85%	2.102.515.897	4,89%
RJ	509.829	2,06%	370.320	1,57%	999.035.582	2,32%
SP	1.087.352	4,39%	939.319	3,99%	2.065.647.984	4,80%
BRASIL	24.774.242	100,00%	23.552.384	100,00%	43.004.726.446	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Notas: (1) valor consolidado a partir do segundo semestre.

(2): valor consolidado até o mês de setembro.

APÊNDICE H: Tabela 9 – Operações de microcrédito por Região e por ano (2009⁽¹⁾ - 2015⁽²⁾)

CLIENTES ATENDIDOS								
Região/ UF	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
CO	10.349	15.790	20.960	72.143	79.089	131.397	66.972	396.700
DF	4.011	7.071	10.142	25.864	20.650	37.316	21.087	126.141
GO	3.889	4.203	5.396	24.761	37.840	52.638	29.155	157.882
MS	544	721	1.084	9.176	8.195	16.321	6.746	42.787
MT	1.905	3.795	4.338	12.342	12.404	25.122	9.984	69.890
N	11.014	13.346	13.223	84.999	99.762	99.429	41.510	363.283
AC	0	0	93	2.167	7.297	6.962	2.885	19.404
AM	0	0	842	9.503	14.377	13.768	3.754	42.244
AP	0	0	36	1.854	2.764	3.792	1.037	9.483
PA	10.413	12.849	11.645	58.947	58.987	54.599	25.511	232.951
RO	554	462	295	5.887	7.144	10.376	4.531	29.249
RR	0	0	41	1.270	2.413	2.434	865	7.023
TO	47	35	271	5.371	6.780	7.498	2.927	22.929
NE	1.155.893	1.829.217	2.299.518	3.091.630	3.494.716	4.114.155	3.161.465	19.146.599
AL	65.531	106.045	131.187	180.833	203.672	217.667	161.572	1.066.507
BA	121.352	208.188	268.217	384.677	443.874	532.182	389.894	2.348.385
CE	272.107	478.538	656.880	862.878	988.233	1.303.272	1.102.041	5.663.950
MA	191.250	279.610	303.481	377.768	427.817	438.367	313.818	2.332.112
PB	91.863	133.866	165.533	233.063	254.776	311.734	237.584	1.428.419
PE	119.096	164.758	197.221	284.526	315.359	338.832	234.144	1.653.936
PI	169.187	253.911	318.616	409.423	461.345	509.989	375.594	2.498.066
RN	64.795	105.924	133.699	186.538	207.914	244.287	183.656	1.126.813
SE	60.712	98.377	124.684	171.924	191.726	217.825	163.162	1.028.410
S	40.933	50.487	62.940	179.555	263.353	339.214	144.055	1.080.537
PR	4.724	3.066	7.000	42.300	71.882	84.189	35.231	248.392
RS	7.340	8.077	11.330	57.442	93.515	121.326	44.579	343.609
SC	28.869	39.344	44.610	79.813	97.956	133.699	64.245	488.536
SE	60.245	106.496	129.506	419.787	635.981	799.675	413.580	2.565.271
ES	2.417	4.169	6.233	20.113	28.421	33.754	17.617	112.724
MG	44.562	77.948	98.073	185.167	244.157	297.428	195.572	1.142.907
RJ	5.562	3.305	5.679	54.742	138.933	116.687	45.412	370.320
SP	7.704	21.074	19.521	159.765	224.470	351.806	154.979	939.319
BR	1.278.434	2.015.336	2.526.147	3.848.114	4.572.901	5.483.870	3.827.582	23.552.390

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Notas: (1) valor consolidado a partir do segundo semestre.

(2): valor consolidado até o mês de setembro.

APÊNDICE I: Tabela 10 – Execução consolidada do PNMPO (2005-2015)

Ano	Operações de microcrédito	Variação	Valor nominal concedido (R\$)	Variação	Valor real Concedido ⁽¹⁾ (R\$)	Variação
2005	632.106	-	602.340.000,00	-	1.084.798.498,46	-
2006	828.847	31,12%	831.815.600,80	38,10%	1.460.276.992,13	34,61%
2007	963.459	16,24%	1.100.375.829,94	32,29%	1.843.420.454,52	26,24%
2008	1.280.680	32,93%	1.825.147.592,77	65,87%	2.852.152.120,23	54,72%
2009	1.620.656	26,55%	2.323.599.790,69	27,31%	3.485.870.214,99	22,22%
2010	1.966.718	21,35%	2.998.623.914,48	29,05%	4.498.543.093,06	29,05%
2011	2.576.559	31,01%	4.098.289.416,62	36,67%	5.458.583.394,06	21,34%
2012	3.814.781	48,06%	6.504.785.890,40	58,72%	8.176.878.831,29	49,80%
2013	5.713.091	49,76%	10.162.675.000,69	56,23%	12.099.460.325,67	47,97%
2014	5.667.287	-0,80%	11.646.316.132,59	14,60%	13.039.923.637,97	7,77%
2015 ⁽²⁾	3.885.941	-31,43%	8.330.940.986,69	-28,47%	8.824.384.287,52	-32,33%
TOTAL	28.950.125		50.424.910.155,67		62.824.291.850	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE (vários anos).

Notas: (1) valores atualizados monetariamente pelo INPC/IBGE, data-base (dez/2015).

(2): valor consolidado até o mês de setembro.